UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GEOGRAFIA

VALDOMIRO ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA

A INDÚSTRIA FRIGORÍFICA DE CARNE BOVINA DE MATO GROSSO DO SUL: ENTRE GRUPOS INTERNACIONALIZADOS E AS UNIDADES DE MERCADO INTERNO

DOURADOS

2018

VALDOMIRO ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA

A INDÚSTRIA FRIGORÍFICA DE CARNE BOVINA DE MATO GROSSO DO SUL: ENTRE GRUPOS INTERNACIONALIZADOS E AS UNIDADES DE MERCADO INTERNO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Professora Doutora Lisandra Pereira Lamoso

DOURADOS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L732i Lima, Valdomiro Antonio de Oliveira
A indústria frigorífica de carne bovina de Mato Grosso do Sul : entre grupos internacionalizados e as unidades de mercado interno. / Valdomiro Antonio de Oliveira Lima. –2018.
146 f. : il. algumas color.

Orientadora: Lisandra Pereira Lamoso.
Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

1. Formação socioespacial. 2. Ciclos econômicos. 3. Frigoríficos. Reestruturação Industrial. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com dados fornecidos pelo autor

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

A INDÚSTRIA FRIGORÍFICA DE MATO GROSSO DO SUL: ENTRE GRUPOS INTERNACIONALIZADOS E AS UNIDADES VOLTADAS AO MERCADO INTERNO

BANCA EXAMINADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente / Orientadora
Profª Drª Lisandra Pereira Lamoso

_____

1º Examinador
Prof. Dr. Adáuto de Oliveira Souza

_____

2º Examinadora
Profª Drª Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin

_____

3º Examinador
Prof. Dr. Hermes Moreira Junior

_____

Dourados, 25 de outubro de 2018.

Às minhas gentes, minha mãe, meu pai, minha mulher,
minhas filhas e meu filho, por serem o que são e me amarem como sou.

AGRADECIMENTOS

À minha Orientadora, Lisandra Pereira Lamoso, que conheço desde a graduação, pela paciência, pela excelência nas análises e recomendações, pela dedicação e generosidade, por me apontar caminhos nos momentos de crise e principalmente por não ter desistido de mim, quando outros poderiam ter me deixado pelo caminho. Muito obrigado, de coração, Professora!

Ao PPGG, nas pessoas da Secretária Erika Santos Gutierrez e dos Coordenadores Edvaldo Cesar Moretti e André Geraldo Berezuk, pela organização, presteza e dedicação.

Às professoras e professores da UFGD, da Graduação ao Mestrado. Destaco especialmente a Professora Flaviana Gasparotti Nunes e o Professor Douglas Santos, cujas aulas contribuíram muito para o andamento desta pesquisa.

À Professora Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin e aos Professores Adáuto de Oliveira Souza e Hermes Moreira Junior, pela generosidade das observações e recomendações quando da avaliação deste trabalho.

Aos proprietários, gerentes e trabalhadores dos frigoríficos, e aos funcionários das organizações públicas e associações de classe que, gentilmente, me deram informações imprescindíveis para o nosso trabalho a respeito da atividade da atividade frigorífica no Mato Grosso do Sul.

Às amigas e aos amigos com os quais tive a alegria de conviver ao longo de minha vida acadêmica e profissional.

À minha Mãe Irene, com quem aprendi a vender caro as derrotas, a assumir os erros, a voltar para a guerra, e a não comemorar demais os acertos. Coragem, lealdade e humildade, dizia ela.

Ao meu Pai Valdomiro com quem aprendi que a ser leal, bondoso e dedicado ao trabalho.

À minha mulher Adenilda, interiorana e filha de lavradores, como eu, por me acompanhar por boa parte do meu caminho nesse mundo, por dividir comigo as derrotas e as vitórias, por me amar como sou e me deixar amá-la como ela é.

Às minhas filhas Ana Júlia e Mariana, e ao meu filho Gustavo, pelo amor gratuito, pela capacidade de me devolver a alegria todas as vezes que ela se vai, e por me ajudar a lembrar que a vida é para frente!

À todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para que essa pesquisa pudesse ser realizada.

A poesia está guardada nas palavras - é tudo que eu sei.
Meu fado é o de não saber quase tudo.
Sobre o nada eu tenho profundidades.
Não tenho conexões com a realidade.
Poderoso para mim não é aquele que descobre ouro.
Para mim poderoso é aquele que descobre as insignificâncias (do mundo e as nossas).
Por essa pequena sentença me elogiaram de imbecil.
Fiquei emocionado.
Sou fraco para elogios.

Tratado geral das grandezas do ínfimo
Manoel de Barros

RESUMO

O setor frigorífico de Mato Grosso do Sul é um dos principais responsáveis por inseri-lo no cenário exportador mundial por meio das *commodities* do agronegócio. Os 39 frigoríficos do Estado subdividem-se em 12 unidades internacionalizadas, prioritariamente exportadoras, as denominadas *Global Players* JBS, Marfrig e Minerva, e outras 27 unidades, que atuam prioritariamente no abastecimento do mercado interno da carne bovina. Destas, 13 operam sob o controle do Sistema de Inspeção Federal (SIF) e 14 sob o Sistema de Inspeção Estadual (SIE). O objetivo deste trabalho foi caracterizar a atividade industrial da carne bovina sul-mato-grossense, buscando representá-la em suas articulações e interações setoriais, por meio da análise de seu circuito espacial produtivo. A discussão proposta apoiou-se nas categorias de Formação Socioespacial e na dos Ciclos Econômicos, a partir das quais discutimos a formação pecuária e frigorífica e a capacidade ociosa desta atividade industrial sul-mato-grossense. Partimos da hipótese de que os frigoríficos de carne bovina, diante do desempenho das grandes empresas do setor, promoveram mudanças estratégicas em seus processos produtivos, uma reestruturação industrial de suas plantas de abates. A série histórica dos abates bovinos no período compreendido entre 2006 e 2016, registra aumento do número de animais abatidos nos frigoríficos SIE e SIF no Estado, o que corrobora com a hipótese inicialmente formulada.

Palavras-chave: Formação socioespacial. Ciclos econômicos. Frigoríficos. Reestruturação Industrial.

ABSTRACT

The refrigeration sector in Mato Grosso do Sul is one of the main responsible for inserting it in the world export scenario through agribusiness commodities. The 39 state-owned refrigerators are subdivided into 12 internationalized units, primarily exporters, the so-called Global Players JBS, Marfrig and Minerva, and another 27 units, which act primarily to supply the domestic beef market. Of these, 13 operate under the control of the Federal Inspection System (SIF) and 14 under the State Inspection System (SIE). The objective of this work was to characterize the industrial activity of beef from South-Mato Grosso, seeking to represent it in its articulations and sector interactions, through the analysis of its productive space circuit. The proposed discussion was based on the categories of Socio-spatial Formation and Economic Cycles, from which we discussed the livestock and refrigeration training and the idle capacity of this industrial activity in South-Mato Grosso. We start from the hypothesis that beef slaughterhouses, in view of the performance of large companies in the sector, promoted strategic changes in their production processes, an industrial restructuring of their slaughtering plants. The historical series of bovine slaughtering in the period between 2006 and 2016 shows an increase in the number of animals slaughtered in the SIE and SIF slaughterhouses in the State, which corroborates the hypothesis initially formulated.

Keywords: Socio-spatial formation. Economic cycles. Fridges. Industrial Restructuring.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O ciclo econômico de Kondratieff 25
Figura 2 - Ciclos longos, dualidades e ciclos médios..... 26
Figura 3 - Divisão político administrativa do Estado de Mato Grosso do Sul..... 41
Figura 4 - Biomas do Estado de Mato Grosso do Sul..... 42
Figura 5 - Circuito espacial da carne bovina no Mato Grosso do Sul..... 68
Figura 6 - Unidades frigoríficas em operação no Estado de Mato Grosso do Sul em 2016..... 69
Figura 7 - Localização dos frigoríficos exportadores no Mato Grosso do Sul em 2017.... 70
Figura 8 - Trânsito de bovinos para o município de Naviraí (MS) em 2008..... 71
Figura 9 - *Swift e Pilgrim's Pride* (JBS) nos EUA..... 79
Figura 10 - Evolução da Receita Líquida da JBS (1996-2016)..... 80
Figura 11 - Retorno do BNDES com investimentos na JBS..... 83
Figura 12 - JBS no mundo em 2016/2017..... 84
Figura 13 - Minerva *Foods* pelo mundo em 2017..... 89
Figura 14 - Frigorífico Minerva em Batayporã (MS)..... 91
Figura 15 - Selo de identificação do Serviço de Inspeção Federal-SIF..... 97
Figura 16 - Selo de identificação do Serviço de Inspeção Estadual-SIE..... 98
Figura 17 - Frigorífico do Sistema de Inspeção Estatual (SIE) WS de Eldorado-MS..... 107
Figura 18 - Frigorífico do Sistema de Inspeção Federal (SIF) Naturafrig de Nova Andradina-MS..... 108
Figura 19 - Frigorífico do Sistema de Inspeção Estadual (SIE) Frigovema de Ivinhema-MS..... 113
Figura 20 - Frigorífico do Sistema de Inspeção Estadual (SIE) RD/Esperança de Dourados-MS..... 114
Figura 21 - Captação de recursos do Frigorífico do Sistema de Inspeção Estadual (SIE) Frigomar de Deodápolis-MS 115
Figura 22 - Frigorífico do Sistema de Inspeção Estadual (SIE) Frigomar de Deodápolis-MS..... 116
Figura 23 - Frigorífico do Sistema de Inspeção Estadual (SIE) Municipal de Naviraí-MS 117

Figura 24 - Frigorífico do Sistema de Inspeção Federal (SIF) Frigmann de Amambai-MS..... 123
Figura 25 - Frigorífico do Sistema de Inspeção Federal (SIF) Iguatemi, em Iguatemi-MS..... 124
Figura 26 - Preparação para exportação de carne bovina do Frigorífico do Sistema de Inspeção Federal (SIF) Iguatemi em Iguatemi-MS 125
Figura 27 - Manejo pré-abate no Frigorífico do Sistema de Inspeção Federal (SIF) Iguatemi em Iguatemi-MS 126
Figura 28 - Esteiras de desossa e preparação de peças cárneas do Frigorífico do Sistema de Inspeção Federal (SIF) Iguatemi em Iguatemi-MS 127
Figura 29 - Sistemas de refrigeração do Frigorífico do Sistema de Inspeção Federal (SIF) Iguatemi em Iguatemi-MS..... 128
Figura 30 - Frigorífico do Sistema de Inspeção Federal (SIF) Iguatemi em Iguatemi-MS..... 133

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Consumo total de carne bovina no Brasil (2006-2017) 54
Gráfico 2 - Consumo *per capita* de carne bovina no Brasil (2006-2017) 54
Gráfico 3 - O Brasil no mercado global da carne bovina (2000-2016) 56
Gráfico 4 - Composição da pauta Brasileira de exportações da carne bovina (1997) 58
Gráfico 5 - Composição da pauta brasileira de exportações da carne bovina (2017) 59
Gráfico 6 - Composição da pauta brasileira de exportações de carne bovina (2000-2016) 61
Gráfico 7 - Capacidade instalada dos frigoríficos do Mato Grosso do Sul em 2017..... 103
Gráfico 8 - Capacidade operacional dos frigoríficos do Mato Grosso do Sul em 2017... 104
Gráfico 9 - Fontes de recursos financeiros das unidades frigoríficas dos sistemas SIE e SIF de mercado interno..... 129
Gráfico 10 - Controle decisório nas unidades frigoríficas dos sistemas SIE e SIF de mercado interno 130
Gráfico 11 - Destinação dos recursos financeiros das unidades frigoríficas dos sistemas SIE e SIF de mercado interno 131
Gráfico 12 - Estratégias de crescimento das unidades frigoríficas SIE e SIF de mercado interno 132
Gráfico 13 - Evolução dos abates em unidades frigoríficas do Sistema de Inspeção Estadual (SIE) no Mato Grosso do Sul (2006 – 2016) 136
Gráfico 14 - Evolução dos abates em unidades frigoríficas do Sistema de Inspeção Federal (SIF) no Mato Grosso do Sul (2006 – 2016) 137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Exportações brasileiras de carne bovina de janeiro a dezembro de 2016..... 62
Quadro 2 - Categorias da carne bovina brasileira exportada de janeiro a dezembro de 2016..... 63
Quadro 3 - Exportações brasileiras de carne bovina entre 2006 e 2016 74
Quadro 4 - Exportações sul-mato-grossenses de carne bovina entre 2006 e 2016 75
Quadro 5 - Empresas adquiridas pela J&F fora do setor cárneo..... 81
Quadro 6 - Trajetória da Companhia Frigorífica Minerva *Foods*..... 90
Quadro 7 - O agronegócio na economia de Mato Grosso do Sul (2015/2016)..... 94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Os dez maiores países consumidores de carne bovina *per capita* em 2016.... 55
Tabela 2 - Classificação dos Abatedouros Frigoríficos Bovinos 98
Tabela 3 - Abates em unidades frigoríficas do Sistema de Inspeção Federal (SIF) no Mato Grosso do Sul em 2017..... 101
Tabela 4 - Abates em unidades frigoríficas do Sistema de Inspeção Estadual (SIE) no Mato Grosso do Sul em 2017..... 106
Tabela 5 - Bovinos movimentados para o abate fora do Mato Grosso do Sul em 2016... 109
Tabela 6 - Abates em unidades frigoríficas do Sistema de Inspeção Estadual (SIE) no Mato Grosso do Sul (2006 – 2016) 112
Tabela 7 - Abates em unidades frigoríficas do Sistema de Inspeção Federal (SIF) no Mato Grosso do Sul (2006 – 2016) 120

LISTA DE SIGLAS

ABIEC - Associação Brasileira das Indústrias Exportadores de Carnes

BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNDESPar - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações

BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal

DIT - Divisão Internacional do Trabalho

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EUA - Estados Unidos da América

FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul

FUNDECT - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul

FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

IAGRO - Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

IFMS - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

J&F – José e Flora

JBS - José Batista Sobrinho

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

PIS - Programa de Integração Social

SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária

SECEX - Secretaria de Comércio Exterior

SEINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura

SEMADE - Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul

SEMAGRO - Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIE - Sistema de Inspeção Estadual

SIF - Sistema de Inspeção Federal

SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

USDA - Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 18

CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS SOCIOECONÔMICOS DA INDÚSTRIA DA CARNE BOVINA NO MATO GROSSO DO SUL..... 23

1.1 Sobre ciclos econômicos, dualidades e formação socioespacial..... 23

1.1.1 Ciclos de acumulação..... 23

1.1.2 A dualidade básica da economia brasileira..... 30

1.1.3 A formação socioespacial..... 32

CAPÍTULO II

O MATO GROSSO DO SUL PECUÁRIO..... 36

2.1 Pecuária no Mato Grosso do Sul: da criação à frigorificação 40

CAPÍTULO III

A INDUSTRIALIZAÇÃO DA CARNE BOVINA NO MATO GROSSO DO SUL COM A ENTRADA DOS GRUPOS INTERNACIONALIZADOS..... 53

3.1 Sobre produção, comércio e consumo de carne bovina no Brasil e no Mato Grosso do Sul..... 53

3.2 Frigoríficos internacionalizados exportadores que atuam no Mato Grosso do Sul..... 76

3.2.1 JBS *Foods*..... 76

3.2.2 Marfrig *Global Foods*..... 85

3.2.2.1 Divisão *Keystone Foods* 87

3.2.2.2 Divisão Marfrig *Beef*..... 87

3.2.3 Minerva *Foods*..... 88

CAPÍTULO IV

A INDÚSTRIA DA CARNE BOVINA NO MATO GROSSO DO SUL..... 93

4.1 Unidades frigoríficas de mercado interno no Mato Grosso do Sul..... 99

4.2 Unidades frigoríficas sul-mato-grossenses sob o Sistema de Inspeção Estatual (SIE). 110

4.3 Unidades frigoríficas sul-mato-grossenses sob o Sistema de Inspeção Federal (SIF).. 118

4.4 A indústria frigorífica sul-mato-grossense no século XXI: a hipótese da reestruturação do setor de mercado interno..... 134

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 139

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 142

INTRODUÇÃO

O processo de internacionalização da economia brasileira tem causado modificações no sistema produtivo, notadamente no sentido de agregar novas descobertas científicas e avanços tecnológicos aos processos de produção, com novas metodologias, novos produtos, tudo conectado a uma cadeia produtiva cada vez mais integrada globalmente.

No setor do agronegócio, estas transformações foram, e são, cada vez mais intensas e aceleradas. Ao conjunto formado pela posição do país na divisão do trabalho, à disponibilidade de recursos naturais e à mão-de-obra barata, agregaram-se conhecimentos científicos e tecnológicos que consolidaram o papel do setor produtivo rural como exportador e gerador de divisas para o país.

A economia brasileira, desde a era colonial até meados do século XX foi voltada ao mercado externo, como fornecedora de bens primários e retornou a essa função nos últimos anos, num processo de reprimarização da pauta exportadora. A esse respeito, Lamoso (2010) argumenta:

> O comércio exterior brasileiro, nos anos noventa, apresentou uma redução da participação de produtos manufaturados nas exportações, concomitantemente ao aumento das exportações de produtos básicos, de origem agrícola e mineral. Esse aumento de exportação de produtos de baixo valor agregado provocou discussões acerca da possível "reprimarização" da economia brasileira. (LAMOSO, 2010, p.1)

Ao longo de quase toda a nossa história, desenvolveu-se no país um intrincado processo de produção que tornou o Brasil, não apenas autossuficiente em gêneros agropecuários, como também um dos maiores exportadores de grãos e proteína animal do mercado mundial.

Entre essas exportações, destaca-se o papel desempenhado pela carne bovina. Benites (2000) afirma que na formação histórico-econômica brasileira, a pecuária se desenvolveu primeiramente para abastecer regiões monocultoras, zonas de mineração e centros urbanos litorâneos. A exportação, ao longo da história passou a ser fonte de divisas para o governo, tornando o arranjo territorial dependente das relações estabelecidas pelas demandas externas.

No passado colonial brasileiro, ao interior foi destinada a função produtiva de abastecer o litoral do país com gêneros alimentícios e matérias-primas, contribuindo para a realização da atividade exploratória da metrópole europeia. Notadamente, coube ao oeste brasileiro, o papel de produtor de carne, ainda que outras atividades, como o extrativismo

mineral ou vegetal, também se destacassem ao longo da história.

Mesmo no período republicano mais recente, período em que ocorreu a industrialização, à região onde hoje se encontra o Estado de Mato Grosso do Sul foi relegado o papel secundário de fornecer aquilo que o litoral necessitava. Desenvolveu- se neste território uma economia agrária, destacando-se neste contexto a atividade pecuária bovina, relevante desde os primeiros tempos da colonização. Apenas recentemente, a atividade industrial e de serviços passou a diversificar a economia centro-oestina.

Nesse contexto, a retomada dos investimentos estatais nos anos 2000 por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no sentido de fortalecer empresas de capital nacional, permitiu ao Estado de Mato Grosso do Sul destacar-se, cada vez mais, como exportador de produtos cárneos. Especialmente a partir de 2005, ocorreu uma intensificação da atividade frigorífica no Estado e grupos como o JBS, o Marfrig e o Minerva passaram a representar a internacionalização deste setor.

A atuação decisiva do BNDES permitiu ao Mato Grosso do Sul consolidar o seu papel de exportador de produtos cárneos, desempenhado desde o século XX, mas revigorado no século XXI. Pesquisadores como Galera (2011) e Bertholi (2006) afirmaram que os frigoríficos exportadores se estabeleceram no Estado e passaram a influenciar decisivamente nos rumos da economia. O noticiário da primeira década dos anos 2000 divulgou rotineiramente a formação de monopólio e/ou oligopólio de empresas frigoríficas, que passaram a influenciar todo o processo produtivo, da produção ao consumo. Concomitante a isso, é possível indagar se empresas de pequeno e médio porte foram afetadas pelas corporações, eventualmente provocando demissões, e se os pecuaristas foram afetados por meio do controle de preços da arroba dos animais comercializados.

O setor de carnes do Brasil está entre os maiores do mundo, tanto em produção (2º) quanto em exportação (1º). As 3.166 unidades frigoríficas com registro no Sistema de Inspeção Federal (SIF) foram responsáveis, segundo a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), em 2016, por 7,2% do total de exportações brasileiras, aproximadamente 7% do PIB do país. Produzida em todo o Brasil, a carne bovina é um dos principais produtos do agronegócio do país. Os resultados do Censo Agropecuário de 2017[1], divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que existem no Brasil pouco mais de 2,52 milhões de estabelecimentos agropecuários produtores de bovinos, responsáveis pela criação de

[1] Disponível em: < https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pecuaria.html>. Acessado em 08/09/2018.

aproximadamente 220 milhões de cabeças de gado.

Nesse contexto, o Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadores de Carnes (ABIEC)[2], detém 10,14% do rebanho do país, com aproximadamente de 22,4 milhões de bovinos e foi responsável, em 2017, por 10,14% do total de abates de bovinos no âmbito brasileiro.

Os dados da Superintendência Federal da Agricultura (SFA), por meio de informações do Sistema de Inspeção Federal (SIF), indicam que Mato Grosso do Sul, no ano de 2016, possui em seu parque industrial 25 unidades frigoríficas aptas a exportar seus produtos em plena operação em 20 municípios do Estado.

Dados do IBGE (2017) demonstram que o Brasil exportou apenas 19,2% do total de carne bovina produzida. O consumo *per capita* de 35 kg, verificado em 2016 infere que o Brasil tem um poderoso setor de economia interno de carne bovina que não pode ser desconsiderado numa análise da nossa indústria de produtos primários.

Apesar de a exportação ser o foco principal do Estado brasileiro e sul-mato-grossense, sempre objetivando divisas, a economia de mercado interno da carne bovina é bastante desenvolvida. A maior parte, da produção, 80,8%, segundo o IBGE (2017), ainda é consumida internamente. Mesmo no que diz respeito ao monopólio, evidenciado pelas aquisições, por parte de corporações do setor, de plantas frigoríficas e fechamento de empresas regionais do ramo cárneo, quase metade dos produtores rurais vende seus produtos para frigoríficos locais. Segundo estudo da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), excetuando-se as 12 unidades frigoríficas pertencentes aos três frigoríficos internacionalizados (JBS, Marfrig e Minerva), há outras 13 unidades SIF atuando no setor no Estado. Além destas, segundo a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul (SEMAGRO), há outras 14 unidades frigoríficas de caráter regional, operando sob o Sistema de Inspeção Estadual (SIE) Nossa hipótese é de que, apesar do monopólio exercido pelas corporações internacionalizadas, os frigoríficos menores também se reestruturaram e conseguiram se manter produtivos e viáveis economicamente.

Segundo Galera (2011), o setor frigorífico do Estado de Mato Grosso do Sul é um dos principais responsáveis por inserir o Estado no cenário exportador por meio das *commodities* do agronegócio. O objetivo deste trabalho é caracterizar a atividade industrial da carne bovina,

[2] Disponível em: <http://abiec.siteoficial.ws/images/upload/sumario-pt-010217.pdf> Acessado em 20 de julho de 2018.

com ênfase no segmento que atende o mercado interno, buscando representá-la em suas articulações e interações inter-setoriais, buscando compreender as estratégias de manutenção dos frigoríficos de menor porte no abastecimento do mercado interno do Estado, isso porque apesar de, em tese, não competir pelos mesmos consumidores, há uma competição pela matéria-prima, e tanto a dinâmica do fornecimento quanto a formação do preço, são afetados pela presença dos frigoríficos maiores, que detém uma maior capacidade de negociação.

Para a construção desta pesquisa, realizamos uma revisão bibliográfica objetivando compreender a dinâmica do circuito espacial da produção da carne bovina, a partir do estudo dos ciclos econômicos, das dualidades e da formação socioespacial sul-mato-grossense.

Nesse processo, fizemos uso da ampla base de dados disponibilizados por instituições como o IBGE, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a FAMASUL, a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul (SEMADE), a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a ABIEC, a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO), a SEMAGRO, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e o BNDES. A coleta das informações priorizou o intervalo temporal compreendido entre 2006 e 2016, período no qual ocorreu a reestruturação industrial das unidades frigoríficas sul-mato-grossenses.

Ainda no contexto da busca de informações que viessem a embasar e qualificar nosso trabalho de pesquisa, realizamos um trabalho de campo no período de novembro de 2017 a setembro de 2018, realizando 26 visitas e/ou entrevistas junto a pecuaristas (5), unidades frigoríficas SIF (9), unidades frigoríficas SIE (8) e organizações públicas (2) e setoriais (2) ligadas ao setor da produção de proteína animal do Mato Grosso do Sul.

Essa dissertação será composta por quatro capítulos, além desta Introdução, sendo: Fundamentos socioeconômicos da indústria da carne bovina no Mato Grosso do Sul (I) O Mato Grosso do Sul pecuário (II), A industrialização da carne bovina no Mato Grosso do Sul com a entrada dos grupos internacionalizados (III) e A indústria da carne bovina no Mato Grosso do Sul (IV).

O Capítulo I apresentará os conceitos que embasam nossa análise a respeito do processo histórico de constituição do circuito espacial da carne bovina no Estado do Mato Grosso do Sul. Buscaremos analisar a formação socioespacial do Estado, buscando

compreender como as rugosidades, as heranças do passado econômico e social influenciaram na configuração da produção pecuária e da indústria frigorífica do Estado. Concomitantemente, serão apresentadas duas concepções desenvolvidas por Ignácio Rangel, uma, o estudo dos ciclos econômicos, com suas fases de expansão e retração econômicas e a transferência de recursos ociosos para áreas com capacidade de investimentos estrangulada e outra, a formação das dualidades brasileiras, os pactos de poder estabelecidos ao longo da evolução do capitalismo brasileiro, notadamente no caso sul-mato-grossense, a relação entre as duas elites que caracterizam o desenvolvimento econômico do Estado, uma elite rural, dos fazendeiros pecuários, e uma elite industrial, dos proprietários frigoríficos.

O Capítulo II buscará caracterizar uma parte importante da histórica econômica-social do Mato Grosso do Sul, a partir da ênfase em uma das suas primordiais atividades econômicas capitalistas, a pecuária bovina, voltada prioritariamente ao abastecimento dos Estados litorâneos brasileiros. Nesse contexto, discutiremos as heranças espaciais do território sul-mato-grossense destacando o seu papel na configuração da atividade industrial frigorífica da carne bovina, constituída no Estado na metade final do século XX.

O Capítulo III será dedicado a analisar o processo de industrialização de carne bovina no Estado do Mato Grosso do Sul, com ênfase no seu comércio interno e externo. Também versará sobre a evolução da logística dos transportes e dos sistemas de comunicação, que permitiram aproximar a indústria frigorífica do fornecedor de matéria-prima, no caso, o criador de gado bovino sul-mato-grossense. Por fim, tratará sobre a dispersão espacial da indústria frigorífica pelo território do Estado, caracterizada pela emergência dos frigoríficos internacionalizados, no caso o Marfrig, o Minerva e especialmente a JBS, abordando a centralidade destas empresas no processo de reestruturação industrial frigorífica que ocorreu no Estado na década de 2000.

O Capítulo IV apresentará os 13 frigoríficos SIF e os 14 frigoríficos SIE que, diferentemente de JBS, Marfrig e Minerva, priorizaram ao longo do tempo, o mercado interno para comercializar suas produções. Além de caracterizar e analisar o desempenho dessas empresas, discutiremos a nossa hipótese de reestruturação industrial do setor frigorífico que abastece prioritariamente o mercado interno, de caráter regional, buscando comprová-la. Ao fim, enfatizaremos as estratégias utilizadas por essas empresas no sentido de ganhar competitividade nas disputas comerciais nos mercados brasileiro e global da proteína animal.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS SOCIOECONÔMICOS DA INDÚSTRIA DA CARNE BOVINA NO MATO GROSSO DO SUL

1.1 - Sobre ciclos econômicos, dualidades e formação socioespacial.

É importante ressaltar que partimos de um referencial teórico e metodológico inserido na Geografia Econômica, adotando como princípio categorias de inspiração marxista, em destaque a evolução do processo de acumulação capitalista segundo ciclos de acumulação, abordados no Brasil por Ignácio Rangel. Esses ciclos são os chamados Ciclos Longos ou de Kondratieff e os Ciclos Médios ou Juglarianos brasileiros. Ainda com base em Rangel, buscamos trabalhar com a ideia de dualidade básica da economia brasileira enfocando a transferências de recursos de áreas ociosas para áreas de estrangulamento no processo de produção. Outra categoria de análise é a categoria da formação socioespacial, com base nos trabalhos de Milton Santos, "A formação social como teoria e como método" (1977) e "A natureza do espaço" (1996).

1.1.1 - Ciclos de acumulação

O desenvolvimento econômico no modo de produção capitalista, segundo Ignácio Rangel (1983) ocorre de maneira cíclica. Apesar de reconhecermos outras teorias a respeito de tal processo, como a que desenvolve a ideia de crise e regulação, utilizaremos nessa dissertação a noção dos Ciclos Longos de Kondratieff e dos Ciclos Médios de Juglar. De origem marxista, Rangel foi o pensador que mais desenvolveu o estudo da influência dos ciclos sobre a formação socioespacial brasileira.

Nesse sentido, a economia capitalista, cíclica, portanto, passa por um período de crise e um período subsequente de crescimento. Segundo Silveira (2003, p. 41), no caso brasileiro, a existência desses períodos (os ciclos), têm influência sobre o que Rangel chamou de Dualidade Básica da economia brasileira, influenciando principalmente nas substituições de importações e nas mudanças e formação dos pactos de poder entre as elites nacionais. O mesmo autor afirma:

> Quando da industrialização do Brasil, além da dualidade, os ciclos de Kondratieff contribuíram indiretamente – através da necessidade de substituições industriais de importações incentivadas por esse ciclo da economia brasileira – para o surgimento do ciclo interno, chamado de Juglar. (SILVEIRA, 2003, p. 55)

Silveira (2003), com base nos estudos de Rangel, afirma que podemos perceber a existência desse ciclo interno desde os anos vinte do século passado, época do esforço final de nosso processo de industrialização. Segundo o autor, na coincidência de depressão dos dois ciclos, a crise interna é intensa. Na coincidência de ascensão nos dois ciclos, o crescimento econômico é prolongado.

A indústria da carne bovina brasileira, especialmente no século XX, período da industrialização, da frigorificação, seu crescimento e sustentação ao longo do tempo pode ser compreendida por meio do estudo dos ciclos econômicos de Kondratieff e mais especificamente, no caso brasileiro, os de Juglar.

Segundo Silveira (2003) os ciclos longos concebem fases de expansão e retração da economia capitalista industrial. O autor ressalta a natureza cíclica de tais fases expansivas e depressivas, que esse sistema de expansão e retração da base produtiva acontecia em períodos regulares, formando ciclos de meio século, mais ou menos metade em uma fase expansiva seguida de outra metade, uma fase recessiva.

Nas fases recessivas do ciclo, recursos eram alocados para áreas com potencial de expansão, de reestruturação ou inovação tecnológica. Esses investimentos resultaram, já na fase ascendente em:

> [...] novas invenções e inovações tecnológicas que colocadas em prática abriam novas fronteiras para os negócios, ou seja, produtos tecnologicamente mais avançados eram colocados no mercado para gerar novas demandas. (SILVEIRA, 2003, p. 43)

O mesmo autor assevera que, neste processo, "[...] aumenta-se consideravelmente a produtividade do trabalho e sua reprodução para toda a economia. " (SILVEIRA, 2003, p.43). Ao longo do tempo, as inovações desenvolvidas na fase recessiva do ciclo, iam perdendo competitividade e tornando-se obsoletas, baixando a taxa de lucro, desestimulando investimentos e determinando uma nova fase depressiva.

Nesse sentido, pode-se afirmar, portanto, com base no que escreveram Silveira (2003) e Rangel (1983), que durante todo o século passado, tais determinações puderam ser observadas, sucedendo-se fases expansivas e recessivas na economia mundial.

A Figura 1 busca sintetizar o esquema de funcionamento do ciclo econômico.

Figura 1 - O ciclo econômico de Kondratieff

Fonte: JESUS (2016, p.5)[3]

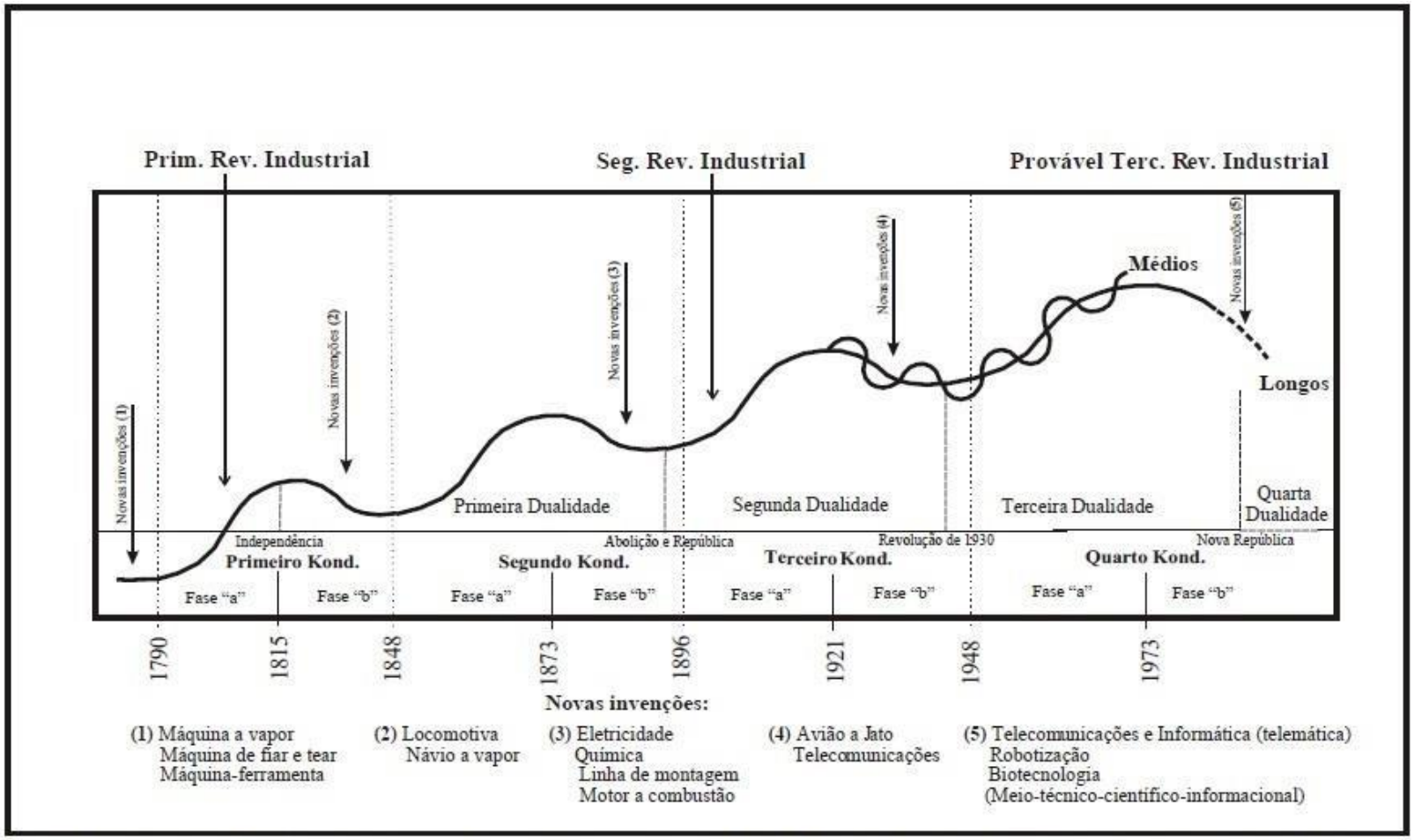
A dinâmica dos ciclos longos[4], que se apresentam em fases recessivas e expansivas também é aplicada ao desenvolvimento dos Ciclos Médios ou Ciclos de Juglar (propostos por Clement Juglar). Esses ciclos médios nos ajudam a compreender a dinâmica do desenvolvimento econômico interno às economias. A esse respeito, Rangel afirma:

> [...] o desenvolvimento do capitalismo vem se fazendo através de uma sequência de revoluções industriais ou, como agora dizemos, de revoluções científico-técnicas. Cada uma delas implica o sucateamento de parcela importante do capital fixo acumulado durante a implantação da tecnologia amadurecida como fruto da anterior revolução científico-técnica e na implantação escalonada da tecnologia resultante da nova revolução. (RANGEL, 1983, p. 33)

A Figura 2 apresenta a dinâmica dos ciclos econômicos de Kondratieff com destaque para as inovações tecnológicas de cada período.

[3] Disponível em: <http://www.geografiaopinativa.com.br/2016/07/os-ciclos-de-kondratiev.html> Acessado em 20 de setembro de 2017.
[4] Neste trabalho não detalharemos a dinâmica dos Ciclos Longos, que pode ser consultada em autores como Rangel (1983), e Silveira (2003).

Figura 2 - Ciclos longos, dualidades e ciclos médios



Fonte: MAMIGONIAN, Armen. Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. **Revista Geosul**, Florianópolis, n. 3, p. 63-71, 1987 e BENITEZ, Miguel Gimenez. **Brasil central pecuário: interesses e conflitos**. Presidente Prudente: UNESP/FTC, 2000.
Organizador: Márcio Rogério Silveira

Fonte: SILVEIRA (2003)

Conforme pode ser visualizado na Figura 2, as inovações tecnológicas surgem na fase depressiva do ciclo (chamada de fase "b"). Na fase de expansão do ciclo, a fase "a" é a fase em que as inovações são aplicadas ao processo de produção e o capitalismo avança, uma fase em que a produção e a lucratividade aumentam. No final, a superprodução e a concorrência impactam na queda da lucratividade, freando investimentos e dando início à fase "b" do ciclo, a fase recessiva, na qual os recursos disponíveis serão realocados para setores com capacidade ociosa iniciando uma nova fase ascendente.

As inovações promovidas nas fases "b" dos segundo e terceiro ciclos, conforme mostrado na Figura 2, favoreceram decisivamente o processo industrial brasileiro. Permitiram, no caso dos frigoríficos, a sua modernização tecnológica, importante tanto para atender às exigências do mercado externo, como também permitindo uma melhoria na logística de comunicação e de transportes, possibilitando a industrialização da carne no interior do Brasil.

O quarto ciclo, cujo esquema também é apresentado na Figura 2, inicia-se logo após a Segunda Guerra e caracteriza-se pelas inovações tecnológicas associadas à petroquímica, a aeronáutica, as pesquisas nucleares, as telecomunicações e as inovações da indústria automobilística. A interiorização dos frigoríficos foi possível, dentre outros fatores, neste contexto de evolução nas comunicações e por contar com transporte refrigerado em longas distâncias.

Em tese, considerando o histórico temporal dos ciclos longos, por volta do ano 1998 a fase recessiva deveria ter chegado ao fim. No entanto, ao longo das últimas duas décadas, o mundo, Brasil incluso, passou por severas crises financeiras (1997 na Ásia, 1998 na Rússia, 2008 nos EUA, por exemplo), todas afetando fortemente a economia mundial. Além disso, vivenciamos um cenário de conflitos internacionais que moldaram o fluxo de mercadorias e recursos financeiros, especialmente os conflitos no Oriente Médio, que se intensificaram a partir de 2001. No Brasil, ao longo deste período, vivenciamos alguns momentos de crescimento econômico, notadamente no ano 2000 e entre 2003 e 2008. De 2014 para cá, a economia brasileira passou a exibir índices menores de produtividade, recessão inclusive, e o Estado, sob a gestão de Michel Temer[5], passou a controlar gastos e reduzir investimentos. O que era para ser uma fase "a", de expansão, o período iniciado em 1998 apresentou oscilações. À parte isto, o setor agropecuário e a indústria mais ligada ao agronegócio apresentam resultados positivos constantes, uma demonstração de que as inovações, ao menos neste setor, deram resultado.

[5] Para maiores informações sobre a situação econômica no período do impeachment, consultar: CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do *boom* ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

Ainda em tese, o quinto ciclo segundo Egler (1994) *apud* Silveira (2003, p.43) "[...] será composto pelas inovações na microeletrônica, informática, telecomunicações (telemática), biotecnologia e os novos materiais", bem como a robótica e a nanotecnologia. Neste contexto, acreditamos também que, dada a realidade exportadora, a pecuária bovina e a indústria frigorífica sul-mato-grossenses, estão totalmente integradas a essa nova era industrial.

No caso brasileiro, Pereira (2001) *apud* Silveira (2003) assevera que é interessante observar que os ciclos de longa duração, ao longo do tempo, impactaram diretamente na dinâmica de nosso processo produtivo. Segundo o autor:

> Aqui, durante a fase expansiva da economia mundial, há uma forte elevação da capacidade de importação e exportação, aumentando-se a capacidade de intercâmbio, aprofundando-se os laços de Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Na fase depressiva, a economia brasileira reage à crise mundial, diminuindo o intercâmbio comercial e consequentemente, substitui importações. (PEREIRA, 2001 *apud* SILVEIRA, 2003, p.45)

As fases recessivas do ciclo longo ocasionam consecutivas substituições de importações, formação e mudanças nas dualidades. A formação econômico-social do sul do Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, foi impactada quando do avanço da industrialização do sudeste brasileiro, recursos foram alocados para o interior do país, mudando o cenário produtivo da região do Brasil Central Pecuário.

Segundo Silveira (2003), nos países que se industrializam podem ser observados os Ciclos Médios ou Juglarianos[6], sendo que no Brasil, a partir da década de 1920. Segundo o autor:

> Nesse período, o país já possuía uma diversificada produção industrial que permitiu desencadear um processo de industrialização por substituição de importações [...] e que assumiu uma forma cíclica de aproximadamente dez anos (SILVEIRA, 2003, P.45)

Os ciclos médios "sucedem-se segundo a lógica básica do processo de substituições de importações" (RANGEL, 1983, p. 39 *apud* SILVEIRA, 2003, p. 45). No Brasil, funcionam de maneira escalonada, segundo as determinantes da Divisão Internacional do Trabalho, bem como as intervenções estatais nos variados governos que se estabeleceram no século XX, especialmente nos casos de Vargas, JK e governos militares. Silveira ressalta que:

[6] Os movimentos do ciclo interno, mais curto que o de Kondratieff, foram estudados por Clement Juglar, uma característica europeia do século XIX. No Brasil estão presentes desde a década de 20, chamados por Rangel de Juglarianos Brasileiros.

> [...] há industrialização por setores, partindo dos bens de consumo simples, contagiando outros setores, como os bens de consumo duráveis, chegando aos bens de produção. (SILVEIRA, 2003, p. 45)

A interiorização da indústria frigorífica tem forte relação com o processo de substituição de importações brasileiro. Há, também, uma expansão territorial, com a inclusão de novos espaços produtores, mas principalmente, consumidores. Essa expansão foi beneficiada não só pelas ferrovias, mas também pelas rodovias, rompendo os vários arquipélagos econômicos estabelecidos ao longo do processo de produção do território brasileiro.

Nas palavras de Rangel (1986) *apud* Silveira (2003), o movimento cíclico econômico brasileiro:

> Desde que teve início a industrialização do Brasil, esses ciclos breves se têm sucedido regulamente. Primeiramente, foram criadas condições para a implantação da indústria leve, mas, a cada volta do parafuso cíclico, prosseguia a marcha no sentido de indústrias menos leves e, partindo da indústria de bens de consumo, no sentido geral da indústria de bens de produção. (RANGEL, 1986, p. 36 *apud* SILVEIRA, 2003, p.45).

Na fase depressiva do ciclo juglariano brasileiro, quando um ou mais setores se encontram estrangulados, desenvolve-se o processo de substituição de importações. O organismo econômico expressa, de um lado, uma capacidade produtiva ociosa e, de outro, uma antiociosidade, ou seja, superprodução e estrangulamento. Ao final de uma fase de expansão, podemos dizer que, com base num conceito trabalhado por Silveira (2003), o setor superinvestido transfere recursos para o setor carente de investimentos, promovendo a substituição de importações, fundamentalmente ao transferir os recursos ociosos acumulados na fase passada de expansão do ciclo. Silveira (2003) sintetiza esse movimento citando Ignácio Rangel que:

> [...] argumenta que esta problemática tem duas faces: 1) por um lado, trata-se de carrear recursos novos para as atividades retardatárias a desenvolver; 2) por outro lado, trata-se de oferecer destinação hábil ao excedente social a resultar da plena utilização da capacidade produtiva já criada. RANGEL, 1987, p. 03 *apud* SILVEIRA, 2003, p.45).

A industrialização brasileira desenvolveu-se, portanto, setor após setor. É curioso observar que as substituições de importações se mantiveram mesmo na fase próspera do Kondratieff, ou seja, a transferência da capacidade ociosa para áreas estranguladas foi responsável por manter mesmo durante a fase expansiva uma demanda efetiva sempre nova. Importante ressaltar que o Estado tem uma importância fundamental. Dentro do que Ianni

(1991) chamou de “condensação da relação de forças da sociedade”, o Estado sempre interviu tanto diretamente como empreendedor de fato, como indiretamente via financiamento, adequação das regras jurídicas ou captação de recursos externos, por exemplo.

A partir da década de 1920, portanto, os juglarianos brasileiros significaram, cada um deles, uma etapa do processo de industrialização por substituição de importações, que erigiu, setor após setor, o parque industrial brasileiro, através da transferência de recursos de uma área com excesso para uma área carente de investimentos.

De outra forma, e inspirado nos textos de Silveira (2003) e Rangel (1986), evidencia-se no capitalismo brasileiro a formação cíclica de ociosidades e antiociosidade, com movimentos de transferência de aproximadamente dez anos, considerando-se a ideia dos ciclos de menor duração de Juglar. A respeito disto:

> A cada movimento do ciclo médio, cria-se, nas fases ascendentes, investimentos em determinados setores e, quando se chega ao topo do ciclo, há uma capacidade produtiva ociosa, "capacidade além do necessário, por ser planejada, por ser uma economia oligopólica, etc. e atrasada em determinados investimentos; ou aquele próprio desenvolvimento criava deficiências que deveriam, no ciclo seguinte, serem desenvolvidas. (PIZZO, 1997, p. 106 *apud* SILVEIRA, 2003, p.47).

O caminho para superar, segundo Rangel (1986), o estrangulamento e/ou a ociosidade é, a partir do Estado, realizar as configurações institucionais que vão permitir o financiamento dos setores sucateados e que vão se tornar os fundamentos de uma nova fase expansiva. Para ficar num exemplo bem recente, a política industrial dos governos dos Presidentes Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) tem resultados a mostrar nessa questão. O papel do BNDES e do Estado como um todo, passou por uma forte inflexão rumo à uma intervenção estatal mais incisiva, se comparada a períodos anteriores. Pode-se atribuir vários méritos à tal ação, no entanto, pensamos ser ainda um pouco cedo para uma análise mais definitiva a respeito. O mesmo, pensamos, pode- se dizer sobre a validade da teoria dos ciclos nas primeiras décadas desse século XXI.

1.1.2 - A dualidade básica da economia brasileira

O Brasil historicamente encontra-se, numa primeira análise, em permanente Estado de crise. Numa leitura um pouco mais aprofundada, é possível nos perguntar o quanto isso é um fundamento, e mais além, como numa constante crise é possível verificar momentos de

crescimento industrial, comercial, enfim, momentos de expansão econômica na história brasileira. A questão parece ser simples, pois sem distribuição de renda, sem reforma agrária, e diante de uma recessão da economia mundial, o crescimento interno fica dificultado. Tal questão, para nós, só é resolvida completamente quando compreendemos a formação social brasileira, ou em outros termos, como se deu a construção da formação sócio-econômico-espacial brasileira, como os pactos de poder formataram historicamente nosso processo de desenvolvimento capitalista.

Nesse sentido, Silveira (2003) desenvolve uma análise da formação social brasileira com base na obra de Ignácio Rangel e a teoria das "dualidades básicas". Segundo o autor, Rangel chegou à conclusão de que a economia brasileira desenvolveu as mesmas formas de produção desenvolvidas no mundo antigo, numa escala de tempo muito menor. Segundo o autor, a análise de Rangel permite afirmar que no Brasil, após a chegada dos portugueses, coexistiram o escravismo, o feudalismo e o capitalismo,

Neste contexto, e sempre sob a inspiração de Silveira (2003) e Rangel (1986), percebe-se a existência dos pactos de poder, entre duas ou mais frações da elite econômica, independentemente de o setor à qual ela pertence representa o atraso ou a vanguarda no desenvolvimento capitalista brasileiro.

> Desde sempre ou, mais precisamente, desde a Independência, o poder do Estado brasileiro é exercido por uma coalizão de duas classes, que refletem o estágio do desenvolvimento das forças produtivas do país. Noutros termos, à medida que a economia nacional avança, modo de produção, após modo de produção, mudam as classes dominantes, nunca os dois sócios da coalizão ao mesmo tempo, mas cada dualidade é substituída por outra dualidade, também caracterizada pela coalizão de duas classes dominantes. Em nenhum momento, o poder político foi exercido com exclusividade por uma só classe, e isso não por acaso, mas como reflexo da estrutura da economia e da sociedade. (RANGEL, 1986, p. 25 *apud* SILVEIRA, 2003, p.50).

Ainda neste contexto, Silveira (2003) argumenta que o desenvolvimento econômico brasileiro expressa uma característica, o interno avança, mas é complementar ao externo, formando uma dualidade que sofre consecutivos processos de mudança internos muito mais aceleradas do que os externos[7]. Com o avanço dos modos de produção internos, as rugosidades ou as heranças do passado, conceitos difundidos pela obra de Milton Santos, acabam por compor o cenário juntamente com o que se moderniza. No caso da pecuária sul-mato-grossense,

[7] "[...] o Brasil tem assimilado e ultrapassado os modos de produção clássicos muito mais rápido (em 500 anos) do que levou o mundo antigo (em torno de 4.000 anos), numa tentativa de alcançar o modo de produção mais avançado, atualmente o capitalismo financeiro, predominante no centro do sistema. (SILVEIRA, 2003, p. 50).

predomina a tecnificação dos processos de criação, mas muitos produtores rurais resistem, por exemplo, criando aninais de maneira extensiva e com pasto nativo. No interior do Município de Camapuã, por exemplo, o produtor rural Sr. Antonio Malaquias da Silva[8], faz uso do capim nativo da região, nominado "Jaraguá". Ele limpa os pastos com foice, enxadão e machado, num lento processo manual. Sua produtividade não evoluiu muito nos últimos 50 anos. No mesmo município, o produtor rural Sr. Devan Vieira[9], foi pioneiro no Estado do Mato Grosso do Sul na criação do "novilho precoce", com produtividade das mais elevadas, e hoje atua com a variação do "nelore pintado", potencialmente com maior valor agregado.

A ideia de dualidade básica da economia brasileira, no caso dos frigoríficos sul-mato-grossenses, pode ser verificada ao se analisar a implantação dessa indústria no Estado. Uma elite agrária, latifundiária e conservadora, mobiliza-se junto ao governo e convive, a partir dos anos 1960 com uma outra classe social, uma elite industrial que se forma desde então. As fases "a" e "b" do quarto ciclo (Figura 2) coincidem com o deslocamento de tecnologia e de recursos ociosos do sudeste brasileiro, no período citado, com a frigorificação sul-mato-grossense e, já nos anos 1970 e 1980, com o adensamento tecnológico nos processos de criação de bovinos no Estado, uma vez que as fazendas apresentavam capacidade ociosa no período. Os, então novos arranjos espaciais e as heranças do passado, passam a merecer nossa atenção no próximo item.

1.1.3 - A formação socioespacial

Além das dualidades básicas, entendemos como fundamental para o estudo do processo econômico que propomos a compreensão da categoria de análise trabalhada por Milton Santos, a Formação Econômica e Social (FES). O autor, em textos dos anos 1970, desenvolve a noção de uma sociedade historicamente e espacialmente determinada, buscando uma totalidade que envolva as esferas econômica, social, política e cultural durante o processo de desenvolvimento.

A noção de Formação Econômica e Social, segundo Silveira (2003) perpassa pelas análises e compreensão da evolução de uma sociedade, sempre considerando o espaço geográfico, que expressa, concomitantemente, a característica de produto e condição de reprodução dessa sociedade.

Neste sentido, Milton Santos (1982), nos ensinou que o desenvolvimento da sociedade

[8] Entrevista concedida a este autor em 30 de dezembro de 2017.
[9] Entrevista concedida a este autor em 10 de setembro de 2018.

mundial, aliado ao da sociedade local refletirá na formação do espaço as rugosidades características dessa sociedade. Estas, por sua vez, são as heranças do passado econômico e social, que acabam por influenciar nas determinações contemporâneas. Para Santos (1977) era fundamental analisar o espaço por uma categoria como a FES, que expressava a unidade e a totalidade das diversas esferas econômica, social, política e cultural da vida de uma dada sociedade.

Neste sentido, no caso do Mato Grosso do Sul, é possível identificar essas rugosidades tornando-se evidentes em alguns momentos da história, como por exemplo, no processo de divisão do antigo Mato Grosso[10]. As forças econômicas da porção mais desenvolvida, a parte sul, em determinado momento passaram a interagir mais fortemente com os Estados do litoral, interferindo na política e assimilando a cultura das grandes capitais do sudeste brasileiro. Esse conjunto de fatos fez nascer a consciência de que, por não controlar política e formalmente o território todos, trabalhadores e patrões deveriam buscar a independência política. Há aí, um componente ideológico que pensamos ser importante ressaltar. Todo o processo de independência da porção sul do antigo Mato Grosso foi levado à cabo no contexto dos pactos de poder estabelecidos entre as elites locais e nacionais. Os trabalhadores eram componentes simbólicos do apoio popular, mas com pouco ou nenhum poder real para interferir.

Ainda assim, relatos de pessoas que vivenciaram aquela época, demonstram que havia interesse e apoio popular, o que não significa poder decisório, para a empreitada segregacionista. Cito um, do Sr. Ercílio Garcia Diniz[11], médio produtor rural de Nova Andradina-MS, que nos contou que, nos anos 1950 e 1960, a dificuldade para se casar, registrar filhos ou mesmo documentar uma operação comercial/fiscal era gigantesca. Eles negociavam bovinos magros com os "paulistas", mas eram subordinados à Cuiabá, a uma distância de quase 1000 km por meio de estradas precárias e comunicação incipiente. Segundo o Sr. Diniz, a separação que veio ocorrer no final da década de 1970, permitiu um maior dinamismo produtivo ao novo Estado de Mato Grosso do Sul.

O estudo através do conceito de Formação Econômica e Social (FES), segundo Santos (1977), nos possibilita entender a totalidade e as suas frações, definindo a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras e, no interior da FES, a apreensão do particular como uma fração do todo, um momento do todo, assim como o todo é reproduzido numa de

[10] Referência ao Estado de Mato Grosso, antes da divisão de 1977 que originou o Estado de Mato Grosso do Sul.

[11] Entrevista concedida a este autor em 12 de agosto de 2017.

suas frações. A noção de FES, portanto, "[...] é indissociável do concreto representado por uma sociedade historicamente determinada." (SANTOS, 1977, p.86).

Milton Santos fez observações que consideramos relevantes para um estudo de geografia econômica. Ele asseverou que:

> Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo), são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social. (SANTOS, 1977, p. 86)

A formação social, portanto, segundo Santos (1977) compreenderia uma estrutura técnico-produtiva expressa geograficamente por uma certa distribuição espacial. Sendo assim, as formas espaciais seriam resultado do arranjo espacial de cada lugar, que por sua vez expressam a linguagem dos modos de produção e reforçam a especificidade de cada lugar.

> [...] a noção de formação espacial [...] deve conter o complexo das diferentes formas técnicas e organizacionais do processo produtivo, que correspondem às diversas relações de produção existentes, ela não pode ser concebida sem referência à noção de espaço. (SANTOS, 1977, p. 87)

Santos (1977, p. 87) assevera que "[...] as diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial de modos de produção particulares". Nesse sentido, pode- se dizer que tanto a pecuária sul-mato-grossense quando a industrialização do processo cárneo no Estado, se organiza segundo as especificidades do lugar sem, no entanto, deixar de expressar as determinações da ordem global, do seu papel na divisão internacional do trabalho. É neste contexto que o Mato Grosso do Sul, dentre outros lugares, assume o papel de abastecer o Brasil e boa parte do mundo com gêneros agropecuários, juntamente com outras *commodities* como soja e minérios.

Os modos de produção, nesse contexto, e ainda segundo Milton Santos (1977), expressam um conflito entre o novo e velho pois não são todos os espaços que acolhem as técnicas e as formas sociais do atual modo de produção. Mais uma vez aqui, pode-se evidenciar a existência de pecuaristas que se atualizam tecnologicamente ao longo do tempo, convivendo com outros que trabalham segundo técnicas já superadas. Ou ainda frigoríficos que operam como matadouros, ao lado de empresas voltadas à exportação que operam com informática e automação no processo de preparo da carne. Neste sentido, percebe-se no espaço a convivência de formas e técnicas que representam o antigo e o novo, o moderno e o tradicional convivendo ao mesmo tempo no modo de produção.

Por fim, pretendemos seguir o caminho teórico traçado por Milton Santos, para o qual a teoria social precisa compreender que o espaço geográfico é uma instância social e que não há economia, política e cultura fora do espaço. E que não há Formação Econômico Social sem espaço. E que trata-se, portanto, de Formação Socioespacial.

Ao longo do século XX, à região do Central Pecuário, chamada assim por Mamigonian (1974), foi relegado o papel de complementar a economia do Sudeste. No caso específico da carne bovina, os pecuaristas do início do século produziam gado magro. Ao longo do tempo, a partir da evolução dos sistemas de transportes, foi possível empreender a engorda dos bovinos e teve início o processo de agregação de valor a um dos principais produtos econômicos do Mato Grosso do Sul.

Aos poucos, a produção de carne bovina no Mato Grosso do Sul subordinou-se quase completamente à lógica global de produção. Os fazendeiros pecuaristas configuraram-se assertivamente como agentes políticos e/ou econômicos, objetivando inserirem-se de maneira competitiva nesse processo. Passaram também a beneficiarem- se diretamente, ao fazer uso dos objetos técnicos contemporâneos implantados no período, como as rodovias, as pontes, as ferrovias, as redes de energia, o sistema de telecomunicações, dentre outros. A posse da terra lhes deu capacidade financeira para se integrar, quando da chegada dos frigoríficos, ainda que de forma subordinada, ao processo de industrialização da carne bovina.

A partir desse arranjo territorial, a produção de carne no Mato Grosso do Sul vai, ao longo do tempo, se tornando uma das instâncias do circuito da produção de grandes empresas, primeiro estrangeiras e, já no final do século XX, de empresas industriais nacionais com objetivos de internacionalização.

No passado, no entanto, a natureza dos produtos e as condições e velocidade da circulação determinavam a organização do território. No próximo capítulo, discutiremos as heranças espaciais do território sul-mato-grossense destacando o seu papel na configuração da atividade frigorífica, da indústria da carne bovina no Estado na metade final do século XX.

CAPÍTULO II

O MATO GROSSO DO SUL PECUÁRIO

O presente capítulo buscará caracterizar uma parte importante da histórica econômica-social do Mato Grosso do Sul, a partir da ênfase em uma das suas primeiras atividades econômicas capitalistas, a pecuária. Essencialmente agrário, o Estado vivenciou, especialmente ao longo do século XX a formação de uma classe social, (um sócio menor, diria Rangel) bastante atuante no processo de frigorificação que ocorre já na metade final do século. Junte-se a isto as características físico-ambientais do território, favoráveis à criação de bovinos, cuja tecnificação avançou ao longo do tempo até tornar-se (a pecuária sul-mato-grossense) uma das vantagens utilizadas pelos frigoríficos para se estabelecerem competitivamente no mercado mundial da carne bovina.

O processo de produção do espaço brasileiro desenvolveu-se a partir do litoral, e foi incorporando ao longo dos séculos as áreas interioranas, sob a lógica da economia exportadora, o Brasil comportou-se, por trezentos anos como uma colônia sem muita autonomia para superar essa condição. A partir da independência, apesar de algumas iniciativas de desenvolvimento econômico local e fortalecimento do comércio interno, a produção, por conta das relações sociais desenvolvidas, continuou por muitas décadas a ser prioritariamente destinada ao exterior.

A configuração espacial da porção oeste do território brasileiro não obedeceu ao acaso. Tratou-se de um processo lento, mas constante de implantação de uma lógica produtiva que atendeu os interesses de uma burguesia local, constantemente associada ao capital estrangeiro. Esse processo esteve sempre direcionado à acumulação de riquezas, por meio da exploração do território a partir da lógica exportadora, voltada a atender necessidades e interesses do influente mercado externo.

Como se trata de uma economia e de um território que se organiza em função da demanda externa, é opção compreender um pouco dessa relação com a proposta dos ciclos longos e médios. A análise da conjuntura internacional sob o enfoque da teoria dos ciclos de Kondratieff e Juglar, também permite dizer que houve um direcionamento das ações governamentais e empresariais para o oeste brasileiro objetivando que se produzissem aqui as mercadorias complementares necessárias ao processo industrial do Sudeste. A exportação de carne, por exemplo, gerava as divisas necessárias à importação de tecnologias, contribuindo

para o processo de substituição de importações. Ao exportar ou abastecer o mercado interno com gêneros alimentícios, diminuíamos, ao menos em parte, a dependência externa do país.

A conjuntura política e econômica, na busca incessante em elevar o Brasil a um patamar competitivo no mercado mundial, reservava às porções do território algumas tarefas. O oeste brasileiro foi relegado, por quase todo o século XX ao papel de fornecedor de insumos e alimentos. Abreu (2001) ressalta que, em determinado momento, passa-se a entender a ocupação do oeste brasileiro como a solução para os problemas da estagnação ou saturação econômica da Região Sudeste e como mecanismo de superação das dificuldades na exportação das mercadorias do país.

O oeste brasileiro tem sua ocupação territorial vinculada ao avanço do capital no sentido de transformar a área em "celeiro do país", uma produção ligada ao setor agroexportador, fortemente incentivada pelo Estado. O Centro-Oeste foi convertido num *front*, uma fronteira a ser "desbravada" economicamente.

Todo esse processo, de acordo com Abreu (2001), teve como fundamento a associação do capital privado com o capital estatal, através de proteção de mercado, políticas de crédito, mudanças na legislação, o Estado como avalista de financiamento externo, enfim, o agente público[12] contribuiu decisivamente nesse processo, com o argumento de que a geração de riqueza nessas áreas significava desenvolvimento para a sociedade brasileira.

É notória a influência externa nas diretrizes tomadas como regras para a ocupação do oeste brasileiro, especialmente no século XX. Os fatores e fatos determinantes da conjuntura produtiva global atuaram decisivamente também no território brasileiro.

A expansão dos mercados a um nível de relação global possibilita que o impacto das fases de expansão e retração dos chamados ciclos de Kondratieff, seja sentido nos mais variados setores da economia, permitindo a formação dos chamados ciclos juglarianos, de duração menor. Esse fator, aliado ao fato de que a comunicação via satélite e a queda do custo dos transportes possibilitaram cada vez mais a difusão imediata de decisões, ações e operações, deram ao processo produtivo, uma flexibilidade nunca antes vista, permitindo, entre outros aspectos, que as empresas ampliassem sua lucratividade, que os empregadores exercessem um controle mais intenso sobre uma determinada força de trabalho, dinamizando e dando uma maior mobilidade ao setor industrial. A partir dos anos 1960, as atenções são direcionadas para

[12] Milton Santos (2001) afirma que o Estado promove um enquadramento jurídico-institucional para permitir, como afirma Rangel (1980), que recursos ociosos sejam utilizados em setores carentes da economia.

o oeste brasileiro e, especialmente, para sua porta de entrada, o sul do então Estado de Mato Grosso.

A partir da década de 1960 prevalece o entendimento de que a produção deva ser descentralizada, interiorizando a atividade industrial no Brasil, permitindo que, ao lado das grandes indústrias, surja uma gama de pequenas e médias empresas de características que complementam a produção. Ressalte-se que, como a produção nem sempre é constante, sem garantias de sustentabilidade, o processo de formação de mercado de trabalho no oeste brasileiro, caracterizou-se pela precariedade dos contratos temporários, pelos baixos salários, pelas poucas garantias aos trabalhadores e pela quase inexistência de organizações sindicais, dentre outros fatores, que comprovam a inserção definitiva da agropecuária brasileira na conjuntura econômica mundial. Pode- se afirmar que, todo este conjunto de fatores, foi aproveitado como um fator competitivo, uma vantagem comparativa, bem aproveitados pelos grandes capitalistas industriais, sejam eles brasileiros ou estrangeiros.

A produção industrial brasileira, no quarto final do século XX, assume definitivamente um caráter global, permitindo às grandes empresas ampliar o espectro de suas atividades e explorar as vantagens comparativas oferecidas pelos diversos países do mundo, pelos diversos lugares dentro de um mesmo país. Um importante aspecto a ser abordado é a dificuldade, a partir dos anos setenta, que os países enfrentam com os aumentos no preço do petróleo, o que viria tornar o processo de ocupação do território interior brasileiro muito mais dispendioso, forçando modernizações no setor de transportes. Pontes, rodovias, ferrovias, tudo o que facilita os fluxos, o movimento da produção, passa a receber mais investimentos e incentivos diversos.

No Brasil, verificam-se movimentos para tentar reverter ou administrar a complexidade da produção capitalista do espaço. Faz parte deste contexto, por exemplo, o incentivo cada vez maior para a Petrobras na prospecção de petróleo no território brasileiro, a criação do Proálcool, a construção de usinas nucleares, de usinas hidrelétricas, a abertura de rodovias federais, como as BR163, BR267 e BR262, que cortam o Mato Grosso do Sul, tudo isto como parte da determinação do Estado brasileiro em transformar o interior numa fonte de recursos para, a partir do equilíbrio nas contas externas, da balança comercial, elevar o Brasil a uma posição de destaque no cenário econômico mundial.

Ao longo do século XX, o agronegócio e a indústria extrativa mineral passaram a fazer parte importante das exportações brasileiras, passando a ser objeto de um planejamento mais sistemático.

Nesse contexto, a SUDECO[13] passa a definir a ocupação do território centroestino indicando prioridades e planejando uma ocupação condicionada ao papel desempenhado pelo Brasil na Divisão Internacional do Trabalho no período.

No contexto da metade final do século XX, Abreu (2001) apresenta-nos, em suas análises sobre a formação do oeste brasileiro, que a região onde hoje se encontra o Mato Grosso do Sul foi, ao menos naquele período, o espaço de aplicação do planejamento. A "região solução", disse a referida autora, passa a receber incentivos para promover a agroindustrialização, a mineração, e, como não poderia deixar de ser, implanta-se no oeste brasileiro um sistema de transportes para dinamizar o processo de ocupação e dar mobilidade no escoamento da produção.

Os programas do oeste brasileiro, no entanto, evidenciaram uma forma de atuação governamental que beneficiou a acumulação e a valorização do capital, baseada na promoção da agroindustrialização, na concentração fundiária e na consequente urbanização da região. A agroindústria avançou sobre a parte meridional do espaço mato-grossense, forçando a substituição da policultura pela monocultura, seja da soja, do milho, da cana, enfim, implantando uma prática agrícola que exigia grandes extensões de terra e grandes investimentos, nitidamente favorecendo o grande capital.

A reprodução do padrão desenvolvimentista de urbanização, baseado na redução da população rural, na urbanização acelerada e no crescimento urbano concentrado contribuiu para a substituição de algumas das relações tradicionais de produção no campo vigentes e favoreceu a concentração fundiária, especialmente pela dificuldade de acesso ao crédito enfrentada pelo pequeno produtor e da falta de uma política pública voltada para o setor. As cidades que foram criadas foram planejadas tendo as vias de escoamento, hidrovia, ferrovia e rodovia como referências, sempre na perspectiva de garantir a mobilidade não de pessoas, mas de cargas, criando toda uma gama de fatores de alocação produtiva, um setor de comércio, uma estrutura de comunicação, um sistema bancário, uma organização política e social, que viriam a ser as bases para o processo capitalista de ocupação da região.

Nas fases depressivas dos juglarianos brasileiros, no sentido de diversificar a produção e abandonar a exclusividade do setor primário da produção, o estímulo à implementação da tecnificação da agricultura, dos distritos e complexos industriais, consolidaram o Brasil como um país industrializado. O desenvolvimento do setor de serviços e do comércio só vem ratificar

[13] Órgão de planejamento do Governo Federal: Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste. Para mais informações sobre a SUDECO, consultar Abreu (2001).

tal afirmação. O contexto em que esse movimento acontece, porém, manteve o país como dependente do mercado externo e do financiamento externo, o que obrigou a busca constante do equilíbrio da balança comercial, objetivando estancar o crescimento constante de nosso endividamento externo, o que nem sempre ocorreu.

Nesse sentido, compreendemos a ocupação do oeste brasileiro como uma questão de conjuntura econômica cíclica, onde o esforço de integração econômica do país, promovida pelo Estado ganha corpo nas fases depressivas da economia. A ocupação, promovida sob a lógica da acumulação de capital, de aumentar a produção para equilibrar a balança de pagamentos, cumprir compromissos externos, de empréstimos tomados em nome do desenvolvimento do país para todos, o que de fato não se efetivou, acaba por produzir uma sociedade caracterizada por grande desigualdade entre suas classes sociais e setores produtivos, acentuando as diferenças econômicas regionais. Nesse sentido, o novo Centro-Oeste não se diferenciava do velho Brasil.

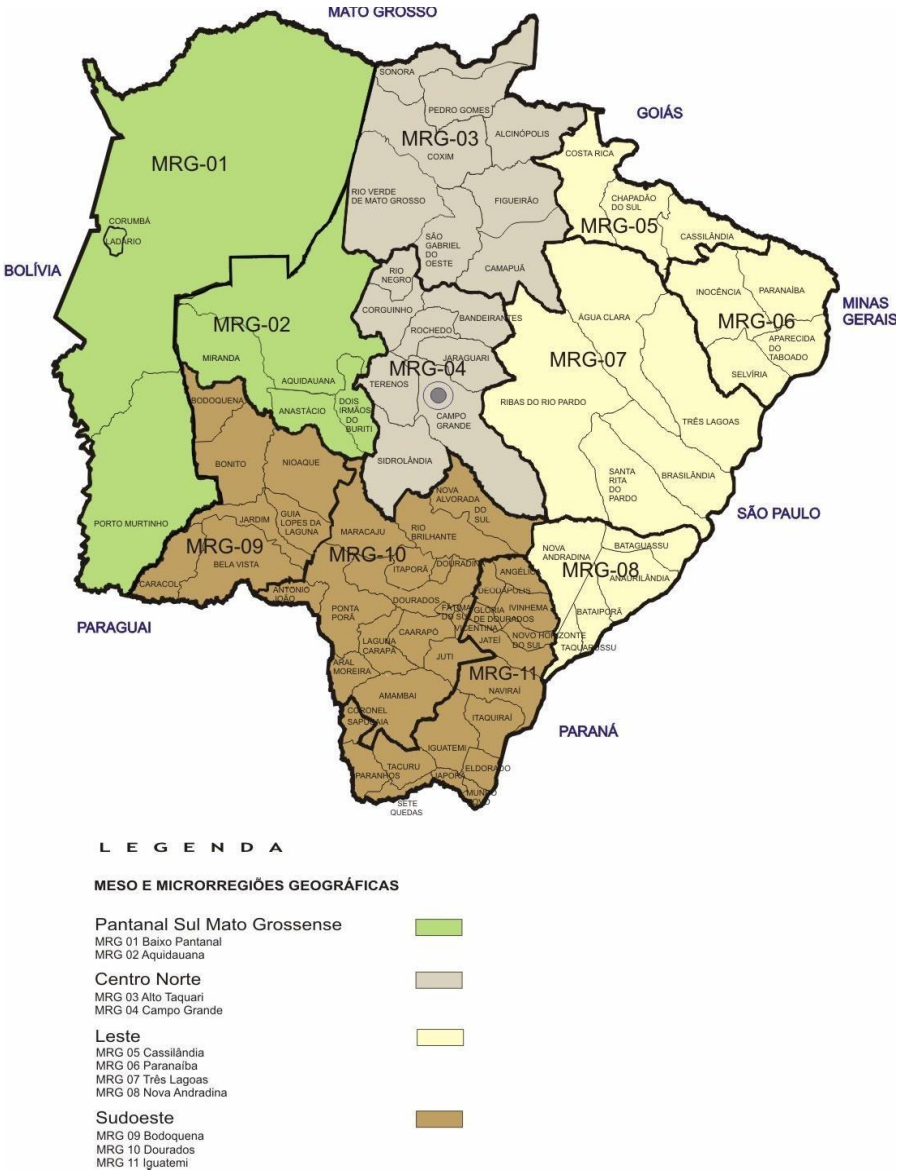
Principalmente a partir da década de setenta, quando inicia a fase depressiva do quarto Kondratieff, marcado profundamente pela crise do petróleo, a capacidade dos Estados em fazer investimentos é colocada em cheque. A coincidência da fase depressiva do juglariano brasileiro na passagem para a década de 1980 coloca o Brasil num período de extrema dificuldade, inclusive para realizar a transferência dos recursos de setores superinvestidos para os setores ociosos e com escassez de investimentos. Passa-se a contestar, nesse período, a capacidade do Estado em fomentar o desenvolvimento econômico. Ideologicamente, no complexo sistema de condensação da relação de forças que configuram o Estado, verifica-se uma predominância de uma política liberal, de flexibilização produtiva via parceria com o setor privado, notadamente o externo, e intensificam-se a partir dos anos 90 o processo de privatizações e concessões públicas com o objetivo de retomar os investimentos que o Estado, na visão que predominou no período, não tinha como fazer. Esse cenário só será revertido na metade final da primeira década do século XXI, já no governo de Luís Inácio Lula da Silva.

2.1 - Pecuária no Mato Grosso do Sul: da criação à frigorificação.

O Estado de Mato Grosso do Sul, originalmente desmembrado do antigo Mato Grosso uno, conforme pode ser visualizado na Figura 3, divide-se em 4 Mesorregiões, 11 Microrregiões Geográficas e 79 municípios, destacando-se Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Naviraí, Nova Andradina, Aquidauana, Sidrolândia, Paranaíba, Maracaju, São

Gabriel do Oeste, os quais concentram em torno de 50% da população estadual (IBGE, 2010).

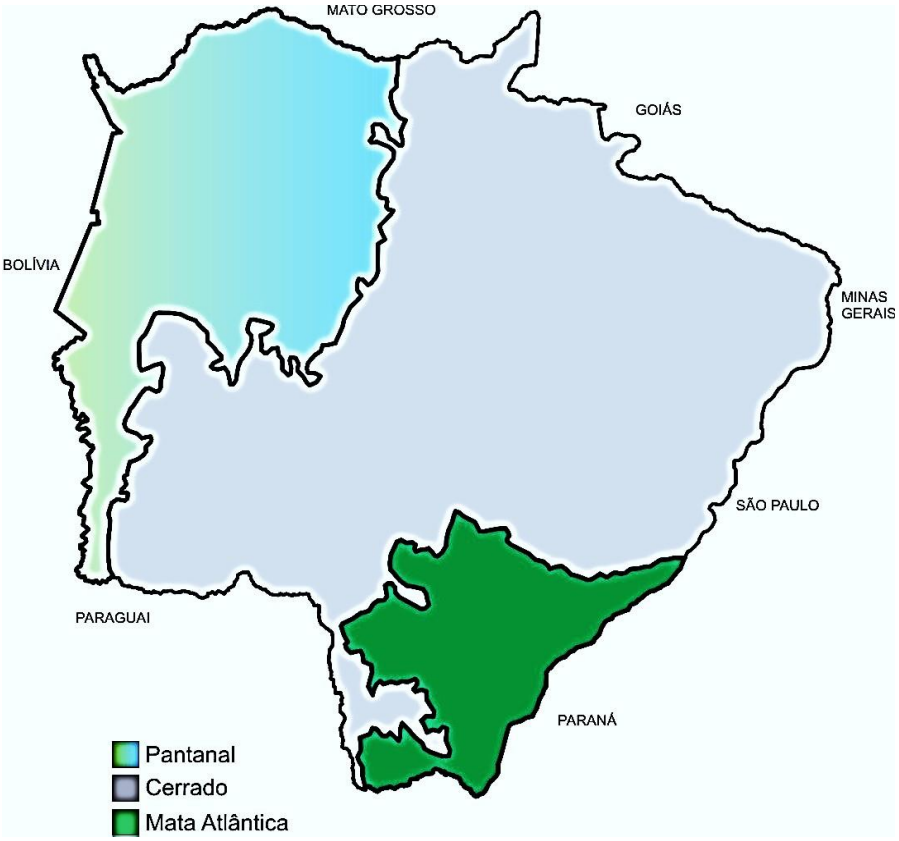
Figura 3 - Divisão político administrativa do Estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE (2010)

O Estado representa 4,2% do território brasileiro (IBGE, 2017), com três biomas (Figura 4) caracteristicamente quentes, semiúmidos e propícios para a atividade pecuária: o Pantanal, o Cerrado e a Mata Atlântica. A vegetação característica dos dois últimos foi bastante alterada, visando abrir caminho para a produção agropecuária. Na planície pantaneira, a vegetação conviveu mais harmoniosamente com a atividade primária da pecuária, de caráter mais extensivo.

Figura 4 - Biomas do Estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE (2010)

A pecuária adentrou o território do atual Mato Grosso do Sul de forma subsidiária, voltada a atender as necessidades da colonização desde o século XV. Espanhóis e portugueses, ao explorar nossas terras em busca de ouro ou mão-de-obra escrava, encontraram uma região propícia à criação de bovinos.

Ao longo do tempo, a atividade foi se inserindo na cultura produtiva da sociedade agrária que se formava no oeste brasileiro. Dos três biomas presentes no Estado, o Pantanal foi o que, a princípio, apresentou maior resistência ao desenvolvimento da atividade pecuária devido aos longos períodos de alagamento. Ao longo do tempo, no entanto, revelou-se o modelo mais adaptado, permitindo uma a manutenção das condições naturais e a criação de animais nas fazendas da região. Também é a área de maior permanência de técnicas de produção. Nas demais áreas, o forte ritmo do desmatamento aliou-se à integração com a agricultura, permitindo

mudanças constantes nos circuitos produtivos.

Em meados do século XIX, a indústria permite a separação das atividades agrícolas visando atender o mercado internacional. Os estudos de Benites (2000) permitem dizer que dada a extensão das terras e as longas distâncias, no "Brasil Central Pecuário", como eram chamadas as áreas onde hoje ficam os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o processo produtivo se subdividiu em estágios: criadores, recriadores, invernistas, abatedores, distribuidores e consumidores, seriam fases especializadas do processo produtivo.

Na configuração da cadeia produtiva da carne bovina brasileira, esses grupos (estágios) chamados de "interesse", mantinham representantes em cada um dos três setores da estrutura econômica brasileira. Alguns deles interagiam tanto com a base quanto com a cúpula da estrutura social. A formação socioeconômica do Brasil Central Pecuário passou, do final do século XIX e até meados do século XX, pelas fases da economia natural, para uma economia de mercado com fortes tendências a uma economia de monopólio.

Até a década de vinte do século passado, já com a predominância da raça bovina zebuína (hoje em dia, trata-se do gado nelore), e num cenário de economia de mercado, o sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, era caracterizado pela criação de bovinos. O processo de engorda, pelos invernistas, era feito em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, locais mais próximos dos grandes frigoríficos anglo-americanos que ficavam nos arredores. Devido à extensão das fazendas, surgiu a figura dos recriadores, que ficou entre os dois primeiros. Segundo Benites (2000), as principais divergências do período, tinham a ver com as características de criação nas fases (cria, recria e engorda)[14]. Os invernistas que finalizavam o processo e negociavam diretamente com os frigoríficos, tinham mais lucro e liquidez na operação. Em trabalho de campo, os pecuaristas entrevistados afirmam que engordar bois é menos trabalhoso e mais lucrativo, desde que as exportações e o consumo interno estejam em um bom momento, no entanto é preciso ser mais capitalizado.

Nas primeiras décadas do século XX, o crédito oficial facilitou a especialização da economia pastoril de corte em espaços diferenciados. A estruturação da rede ferroviária acaba por favorecer os invernistas. Segundo Benites (2000), o pós Primeira-Guerra favoreceu a modernização da produção como um todo, com vistas a atender a exportação, fazendo a

[14] Segundo informações obtidas na Embrapa Gado de Corte, são as etapas de crescimento na produção de bovinos. A cria é fase de reprodução, nutrição, crescimento e desmame do bezerro; A recria estende-se do desmame até o início da engorda em caso de machos ou até o início da fase reprodutiva, no das fêmeas; A engorda ou terminação, é a fase de finalização do crescimento do animal, objetivando o ganho de peso para o abate. A duração de cada fase varia de acordo com a raça do animal e o processo de produção. Disponível em: <http://old.cnpgc.embrapa.br/eventos/2000/dcnelore/apostila2.html> Acessado em 14 de outubro de 2017.

economia de mercado avançar no Brasil Central Pecuário.

A indústria de carnes já era, desde o século XIX, sólida e avançada na Europa e na América do Norte. Quando chegou ao Brasil Central Pecuário, subordinou totalmente a produção. Empresas frigoríficas como a Anglo, Wilson, Swift Armour, formavam um monopólio no abate. As distâncias entre as zonas produtivas de bovinos no Brasil permitiram, por um período, o funcionamento das charqueadas. Outro aspecto a ser observado, segundo Benites (2000), é que os grandes frigoríficos tinham como foco o mercado externo, o que permitia que matadouros municipais permanecessem atuantes, voltados ao abastecimento do mercado interno. Atacadistas e varejistas, especializados na distribuição de carne fresca, acabaram por compor um estrato da pequena burguesia urbana, voltados ao mercado interno. Esse papel atualmente é exercido pelos frigoríficos regionais, de menor capacidade de abate, mas que abastecem o varejo interno que opera com pequenas quantidades, priorizando cortes específicos, além de atender à exigência principal dos consumidores, a qualidade da carne.

Durante a Primeira Guerra Mundial, a indústria frigorífica instala-se definitivamente no Brasil e surge a necessidade de incorporar a economia pastoril de corte à economia de monopólio por meio de uma infraestrutura de ordem técnica.

A Primeira Guerra Mundial e a chegada dos frigoríficos de capital estrangeiro no Brasil Central possibilitaram, portanto, a remessa de carne para o mercado europeu. Ao final da guerra, com pressão menor por alimentos, os europeus passam a exigir carne de melhor qualidade, o que forçaria o Brasil a se modernizar. O governo se move:

> A indústria frigorífica de capital estrangeiro foi implantada no Brasil Central mediante favores, prêmios e concessões governamentais de 1910 (isenção de impostos para a importação de equipamentos e máquinas e a exportação dos produtos, etc.) tendo em vista estimular o florescimento desse novo ramo industrial que se destinava ao atendimento do mercado internacional. (BENITES, 2000 p.40)

Houve novas concessões do governo em 1925:

> Os favores e as concessões feitas pelo Estado às Cias. frigoríficas anglo-americanas sob a influência da sociedade agrária facilitaram o início da implantação de um monopólio na estrutura econômica pastoril do Brasil Central: produção de bovinos (criação e engorda), transporte, abate-industrialização e distribuição da carne, além daquele outro que se estabelecia em nível internacional. Desse modo, as firmas estrangeiras implantaram a fase de desnacionalização, no seu binômio criação-abate. (BENITES, 2000 p. 42)

Tais empresas estrangeiras puderam, portanto, intervir tanto no preço do bovino destinado à engorda, como daquele destinado para o abate, o qual abastecia o mercado interno e externo. Com o fim da Primeira Guerra, por volta de 1918, a definição dos preços no mercado da carne virou motivo de disputas. A indústria ganhou o poder de fixar preços, por meio do controle sobre a exportação, bem como pela garantia de lucros que era praticada pelos frigoríficos. Os criadores invernistas entram em conflito com os frigoríficos anglo-americanos. No contexto desta narrativa histórica, Benites aponta que em 1927, os países platinos produziam 80% da carne consumida no mundo. Ao mesmo tempo em que os produtores tentavam se organizar, os marchantes[15] tentaram uma greve contra os grandes frigoríficos. Os matadouros por sua vez, sofreram com o *dumping* praticado por estes, ao passo que as questões sanitárias passaram a interessar aos consumidores. Houve protestos e intervenções do Estado. Houve desabastecimento em alguns momentos. Com o mercado interno se revirando nas fases depressivas do ciclo longo (1921-1948), as tensões eram constantes.

No período populista de Vargas, o Estado passa a controlar preços, intervindo no mercado interno. Temos A Terceira Dualidade, a emergência do capitalismo industrial nacional. Foi nesse cenário que se implantou a substituição de importações: a indústria adquiria insumos para transformá-los em produtos. Uma industrialização setorial, sendo integrada por sucessivos escalões no processo de substituição de importações:

> Os setores industriais desenvolviam, cada um, por sua vez, uma fase de expansão, substituindo importações até desenvolver capacidade ociosa superior ao consumo existente, abrindo assim uma fase recessiva, que só encontra sua superação quanto for possível a este setor escoar seus excedentes de capital para outros setores que se constituem em pontos de estrangulamentos criados com sua expansão. (BENITES, 2000 p.65)

Nesse sentido, a indústria pretendia, se podemos dizer assim, a unificação do mercado interno nacional. A urbanização caracterizou-se pela formação de uma grande classe de operários. A estrutura de poder estava associada àqueles das insatisfações das massas populares urbanas, que pressionavam o Estado, objetivando uma maior integração no processo de desenvolvimento econômico-político, ampliando as suas possibilidades de consumo de bens e serviços por meio da expansão de novas oportunidades de emprego no setor industrial das

[15] Nome dado aos grupos que transportavam o gado magro do Central Pecuário, para engordar nas invernadas que ficavam próximas dos frigoríficos no Sudeste. No Mato Grosso do Sul, ficaram famosas as comitivas de vaqueiros que viajavam a cavalo, comprando e vendendo gado.

grandes cidades. Exigia-se também uma maior participação política. Ao setor rural e, portanto, ao Central Pecuário, coube o papel de abastecer o urbano com quantidade e qualidade de produtos, principalmente cárneos. Assim:

> Nesse contexto, os produtos agrícolas da estrutura produtora de origem agrária contribuíram para facilitar a acumulação do capital quando o Estado colocou em prática o mecanismo de controle dos preços altos dos produtos agrícolas evitando desse modo a pressão política por melhores salários por parte das categorias sociais trabalhadoras sobre o empresariado industrial. (BENITES, 2000 p.68)

Aqui vale uma análise de Rangel (2005) que orienta que, além desse fator, houve um conjunto de condições propícias para a ampla formação do capital. Este tinha certa independência do consumo global e do preço da mão-de-obra definido pela aliança entre o latifúndio e o capital industrial emergente. Também se sustentou sem reforma agrária. A solução estava na demanda interna, insatisfeita pelas importações. Em outras palavras, a saúde do sistema econômico brasileiro estava baseada não na dependência de uma razoável taxa de exploração, mas de uma enérgica formação de capital. A insuficiência da demanda não deveria favorecer a manipulação dos preços, porém, o autor lembra-nos sobre o papel dos intermediários, que controlam a oferta obrigando o consumidor aceitar a alta dos preços. Portando, o movimento de subida de preços não viria da baixa oferta de produtos, mas da inelasticidade da demanda, que permite a grupos organizados, como os citados intermediários, a manipular a alta. A sociedade brasileira tolerou os intermediários controlando preços e tolerou a subsistência via financiamento bancário estatal do processo econômico. Nada mais atual.

A Terceira Dualidade, como Rangel chamou a articulação entre latifundiários e a burguesia industrial, promoveu a industrialização no país e o incremento da economia do mercado interno, gêneros alimentícios e matérias-primas para as massas urbanas e para a indústria. Os frigoríficos, por sua vez, queriam preços baixos para o novilho e preços altos para a comercialização da carne. O governo Vargas pretendia baratear o custo de vida e o resultado foram intervenções estatais. Benites (2000) nos lembra que, como o governo tabelava preços sem consultar os produtores, estes passaram a reivindicar maior participação em comissões, órgãos e departamentos oficiais, buscando influenciar nos tabelamentos com base nos custos de produção e nas leis da oferta e da procura.

Neste contexto, o Estado de matiz planificado e reformista implantado nos anos trinta, passa a ser mediador da relação dos invernistas com os industriais, na questão do preço. Cria órgãos visando fiscalizar a qualidade, o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem

Animal (SIPOA), objetivando se adequar às regras do mercado internacional. Surge o rótulo Serviço de Inspeção Federal (SIF), sempre com foco em qualidade e na conquista da confiança do mercado interno e externo. Apesar disto, é importante ressaltar que somente as companhias anglo-americanas participavam da exportação no período. Como os bovinos passaram a ser remunerados pela qualidade da carne e o foco das empresas era a exportação, todo o processo produtivo ficou mais caro. A avaliação dos animais era feita depois da evisceração e o produtor tinha de aceitar o preço final. Passou-se pressionar a zootecnia da criação de bovinos. Vargas, no entanto, conseguiu seus objetivos junto à sociedade que apoiou o controle de preços e as melhorias implantadas no processo produtivo da carne.

Durante a década de 30 a pressão sobre a inflação aumenta e Vargas aumenta a pressão sobre a cadeia produtiva da carne. O entendimento passou a ser de que existia uma associação entre o grau de intensidade do uso de técnicas na economia pastoril de corte e a redução da carestia. Tratava-se de estimular, por meio do Estado, o incremento de técnicas mais avançadas para reduzir a inflação no longo processo de produção bovino. O Estado populista de Vargas tentava unir criadores, frigoríficos no sentido de ao modernizar, manter preços baixos.

Os anos 40 passaram por uma redução das charqueadas no território. O governo regulava a operação objetivando encerrar essas atividades de modo a incluir o parque industrial brasileiro entre as congêneres estrangeiras.

Foram características desse período o conflito entre invernistas e as companhias estrangeiras em torno dos preços que, por sua vez, mantinham ligação com a inflação brasileira, as contradições de ordem técnica e o Estado de caráter populista. Os frigoríficos estrangeiros impunham o preço baixo aos criadores por meio de invernadas próprias e arrendadas e preços baixos no varejo, aproveitando-se das regras sanitárias mais rígidas impostas.

A discussão em torno do preço da carne fez o Estado propor a "colaboração de classes" na Segunda Conferência Nacional da Pecuária, em 1936. Benites (2000) nos lembra que os conflitos nunca acabaram. Os marchantes e grandes companhias queriam o aumento de preço e os açougueiros do varejo pressionavam pela queda. O Estado ora avançava a favor dos oligopólios ora permitia concessões (volta dos abatedouros municipais, por exemplo). Os criadores e invernistas recebiam valores baixos pelos bovinos vendidos e reagiram, objetivando fortalecer as associações, fomentar frigoríficos nacionais, redução de áreas de engorda sob controle de estrangeiros e apoio do Estado para a melhoria dos preços do bovino de abate.

A Segunda Guerra fomentou a demanda pela carne brasileira. O governo, por meio de leis, garantia o abastecimento interno. A exportação dava mais lucro, o que acirrou o conflito

entre invernistas e frigoríficos. O Estado interfere passando a fixar preços, o que era feito até então, pelas companhias. Até o confisco era autorizado para garantir o abastecimento interno mínimo. As associações rurais perdiam espaço, pois não podiam aproveitar o bom momento para exportação. Pressionaram o Estado, que afirmava garantir preços mínimos e focava no preço menor ao consumidor. O tabelamento foi mantido e os avanços técnicos ficaram prejudicados. A democratização que viria a seguir devolveu o controle político aos entes do mercado sobre as diferentes fases da produção, abate-industrialização e comercialização da carne bovina.

No pós-guerra os conflitos continuaram, especialmente entre invernistas e frigoríficos. Os primeiros resolveram recuperar para si, a partir de 1946, o direito de fixação de preços. O Estado populista-democrático continuou tentando mediar. Chegaram a exigir um preço para a arroba, sob pena de entregar ao Estado a produção a preço de custo. As empresas frigoríficas toparam a briga e também propuseram o mesmo. O Estado fixou o mínimo pedido pelos invernistas como o valor da tabela, o que favoreceu os frigoríficos. O combate ao monopólio acabou por aproximar criadores e invernistas. O Estado, num contexto democrático, não teve poder sobre os frigoríficos estrangeiros.

Os matadouros sobreviventes não conseguiam cumprir as exigências do SIF e não havia estímulos e financiamentos oficiais para a implantação das técnicas necessárias. A simples exigência do limite mínimo de abates diários (500 cabeças) já inviabilizou o negócio. Sem os matadouros, os varejistas ficavam à mercê dos frigoríficos que exerciam forte influência no Estado, ou seja, preço baixo para o invernista e preço alto para ao varejista. Este último não podia repassar ao consumidor devido ao tabelamento.

A década de 1950 caracterizou-se pelo início de uma fase expansiva do ciclo da economia mundial. No novo período, agora democrático de Vargas, a aliança com os frigoríficos e com os criadores, por questões políticas que estavam postas, eram necessárias para governo. Como havia uma preocupação constante com a inflação, o preço da carne deveria ser controlado. Os invernistas, intermediários no processo entre a criação e o abate, passaram a ter menos liberdade de fixar preços.

Nesse contexto, os frigoríficos estrangeiros, com foco nas exportações, continuavam pressionando o setor pecuário em direção à modernidade produtiva, com foco num consumidor importador cada vez mais exigente:

> A implantação definitiva do domínio de técnicas modernas no setor de abate sob a orientação do Estado de caráter reformista e populista tinha por objetivo

> privilegiar o atendimento do incremento e desenvolvimento da economia de mercado. Tal fato, relacionado à inflação, permitiu a obtenção de outros tipos de carnes mais elaboradas e transformou-se numa questão de técnica, englobando também a fase da distribuição varejista de carne. (BENITES, 2000 p. 115)

Atualmente, o que vai descrito no parágrafo anterior, pode ser observado na questão dos frigoríficos que buscam exportar para a União Europeia ou para países árabes. No primeiro grupo, os critérios de criação, transporte e abate de animais devem seguir uma rigorosa lista de exigências (animais da cota Hilton, por exemplo)[16]No segundo grupo, agrega-se mais uma exigência atrelada aos métodos de manejo que deverão seguir as orientações previstas no Alcorão, o texto sagrado da religião muçulmana (o abate *halal*)[17] No caso do Mato Grosso do Sul, a JBS é habilitada para atender a esses dois grupos importadores.

O governo Vargas, em período democrático, tentou controlar para baixo o valor da arroba. O setor agrário no período protestava com veemência. O governo promoveu um tabelamento de preços e os frigoríficos, como forma de pressionar uma mudança, paralisaram as compras de bovinos. Do lado dos criadores, a necessidade de insumos e suplementação animal encarecia a produção. Havia então o risco de desabastecimento. A população, num cenário diferente, protestou por conta própria, sem a tutela do Estado, que por sua vez, na pessoa de Vargas se aproximou dos criadores, perdoando ou renegociando dívidas no setor do gado zebu. Acenou com crédito, garantia de preços, favorecimento à localização dos matadouros mais próximos às regiões de cria e recria. É o primeiro sinal de interiorização da frigorificação, da formação de empresas nacionais, que acaba por ocorrer gradativamente, principalmente a partir da década de 1960.

O atrito entre os invernistas paulistas e o governo acirrou-se a partir da escolha, por parte do Ministério da Agricultura, dos locais onde seriam construídos frigoríficos de capital nacional no Brasil Central, que teriam benefícios (construção e aparelhagem industrial por meio

[16] Segundo a SEMADE, a cota Hilton, voltada ao mercado da UE, permite ao Brasil exportar até 10 mil toneladas/ano de cortes traseiros, com animais criados à pasto e rastreados desde a desmama até a terminação, dentre outras exigências. Disponível em: < http://www.semade.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2016/08/Jaime-Verruck-Entrevista-para-a-revista-DBO.pdf> Acessado em 02 de outubro de 2017.

[17] Segundo o MAPA, o abate *halal* é feito por meio de um ritual onde o animal é oferecido a Alá antes de ser morto. O animal deve estar posicionado na direção da cidade sagrada de Meca. Há uma preocupação com o bem-estar do animal antes do abate. O animal deve ser morto apenas pela degola. Todos os procedimentos com o abate devem ser realizados por um muçulmano praticante, em geral árabe, treinado especificamente para essa função. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e- emprego/2011/01/industrias-brasileiras-fazem-abate-religioso-de-carnes-para-garantir-mercados- estrangeiros.> Acessado em 10 de setembro de 2017.

de financiamentos, isenção de taxas por dez anos, aquisição de terrenos etc.). O Estado de São Paulo ficou de fora dessa aliança entre criadores e o governo. A instalação de frigoríficos de caráter nacional ganhou, por influência de Vargas, contornos de nacionalismo. Era também o incremento das forças produtivas da economia brasileira, melhorando a acumulação de capital de criadores e invernistas, que antes favorecia somente o abate, controlado por empresas estrangeiras. O Estado tentou limitar a industrialização de carnes dos frigoríficos anglo-americanos voltadas à exportação, mantendo a oferta de carne no mercado interno, problema esse ligado à renda do consumidor brasileiro.

Neste contexto de conflito de interesses, os charqueadores que, de acordo com Benites (2000), foram extintos no Uruguai e na Argentina desde o início do século XX, continuaram sem auxílio do governo para a sua modernização. Alguns sobreviveram, dando origem aos matadouros, que prosperaram mesmo sob a pressão dos frigoríficos anglo-americanos, se aproveitando das ferrovias para transportar carne aos grandes centros.

Apesar do fortalecimento da ideia do governo em nacionalizar o processo de abate, os frigoríficos estrangeiros conseguiram manter-se no negócio devido ao seu poder de articulação com os invernistas e, na falta destes, os próprios arrendavam terras e passavam a engordar seus próprios bovinos. Este fato interessava ao governo, pois eles tinham capacidade de produzir contínua e seguramente, garantindo tanto a exportação quanto o abastecimento interno.

O ano de 1955 acabou sendo um marco no conflito entre os entes do setor cárneo brasileiro durante o século XX. Faltou carne em São Paulo devido a uma crise entre frigoríficos e marchantes de um lado e açougueiros de outro. O Estado ameaçou tabelar. Havia vários limites estabelecidos, lucro, cotas, enfim, muita regulação historicamente instituída. Açougueiros entravam em greve contra os preços dos frigoríficos. Fretes, aumento das exportações, aumentos salariais, tudo isso forçava o aumento da carne, mas o governo controlava. O Estado tentava com esse controle de preços, melhorar as técnicas, porém, os açougueiros eram o único grupo da cadeia sem capital para tanto.

No final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, o processo de industrialização brasileiro avançou. Ainda era preciso um capital financeiro, um mercado de capitais associado ao capital bancário e ao industrial. Era necessário expandir ou reconstruir os grandes serviços de utilidade pública, então o único setor retardatário. Vigorava a concepção de que, como uma moderna economia capitalista, o Brasil precisava de uma indústria leve e pesada, de uma agricultura vigorosa e de modernos serviços de utilidade pública.

Em 1958, políticos de todos os matizes insurgiram-se fortemente contra os estrangeiros

que especulavam no setor de consumo popular, sugerindo a nacionalização do comércio e da indústria da carne. As organizações de esquerda passaram a pressionar em busca das reformas de base nacionalista e por reforma agrária. A ideia era resolver os problemas do abastecimento por meio da racionalização da indústria de carne frigorificada.

As deficiências de abastecimento do mercado interno, as dificuldades com a qualidade e preço da carne, pela indústria frigorífica, permitiram a sobrevivência dos charqueadores até meados dos anos sessenta. De certa forma, pode-se dizer que eles compensavam o atraso na modernização do setor.

Finalmente, em meados da década de 1960, pôde-se vislumbrar um novo cenário, com os frigoríficos de capital nacional assumindo o protagonismo na produção, estocagem e comercialização de carne, inclusive na exportação. Maior eficiência logística, especialmente o papel das ferrovias, junto aos incentivos (crédito estatal e acesso ao crédito externo) concedidos às empresas de capital nacional, acabaram por promover a descentralização geográfica das plantas frigoríficas:

> Ao mesmo tempo em que ia ocorrendo a descentralização geográfica da indústria da carne junto às áreas pastoris a partir da localização junto aos grandes centros consumidores e a melhoria do uso de técnicas (aproveitamento integral e racional dos subprodutos), foi se tornando cada vez mais visível o contraste entre as unidades industriais. (BENITES, 2000 p.168)

A partir deste momento, a relação entre invernistas e os charqueadores começava a mudar. Os frigoríficos de capital estrangeiros teriam uma forte concorrência.

> De um lado, estavam as instalações modernas representadas pelos estabelecimentos de capital nacional e de outro, aqueles de maquinaria antiga, simbolizada pelas companhias frigoríficas estrangeiras. Estes últimos estavam agora mal localizados, longe das invernadas. Demonstraram pouco interesse nas áreas do Brasil Central. (BENITES, 2000 p.172)

O período da história econômica brasileira que se encerra juntamente com a Segunda Guerra foi marcado pelo pacto de poder entre os fazendeiros e a nascente burguesia industrial. A agropecuária era ainda importantíssima para a economia, mas o crescimento industrial, comercial e financeiro, destacavam-se na formação socioespacial nacional

A Guerra Mundial limitava as importações de produtos industrializados e tivemos mais um esforço de substituição de importações, desenvolvendo novos setores industriais. Em Rangel (2005), pode-se compreender os mecanismos de transferência de renda dos

setores ociosos da economia nacional para setores com antiociosidade, no caso, do setor agroexportador para o de bens de consumo duráveis e de capital.

Com forte participação estatal, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, o capitalismo industrial se consolida no Brasil, caracterizado por uma política de integração do território e formação de um mercado interno. O setor frigorífico passou a ser estratégico para o governo, uma vez que participava como fornecedor de um dos mais consumidos alimentos, cujo preço era fundamental para controle da inflação.

Foi um período em que se fomentou a melhoria das técnicas de produção nas fazendas de criação, bem como dos sistemas de transporte de gado, tudo objetivando ao mesmo tempo aumentar a produtividade e diminuir o custo de produção. Lentamente, uma vez que o foco no período foi maior nos produtos de exportação, a frigorificação foi se adensando e se alastrando para o interior do Brasil.

Os anos 1990 marcam o processo definitivo de desconcentração espacial frigorífica, por meio da dispersão da indústria pelo território, que objetivava:

> [...] aproximar a indústria do fornecedor de matéria prima, reduzir os custos de produção, aumentar ganhos de produtividade e por sua vez inserir o produto no mercado global. (GALERA, 2011, p. 33)

É nesse cenário que se inicia a frigorificação do território onde hoje fica o Mato Grosso do Sul.

O próximo capítulo deste trabalho pretende caracterizar o processo de industrialização de carne no Mato Grosso do Sul, com ênfase no comércio interno e externo da carne bovina.

CAPÍTULO III

A INDUSTRIALIZAÇÃO DA CARNE BOVINA NO MATO GROSSO DO SUL COM A ENTRADA DOS GRUPOS INTERNACIONALIZADOS

Na formação socioespacial de Mato Grosso do Sul, o desenvolvimento da pecuária bovina de corte, a partir da evolução dos sistemas de transportes e das comunicações, favoreceu a verticalização do processo de produção de carne no Estado, a frigorificação. Nesse contexto, este capítulo versará brevemente sobre algumas características da produção e consumo de carne bovina no Brasil, tratando posteriormente da industrialização da carne bovina no Estado, com ênfase nos frigoríficos internacionalizados, aqueles voltados à exportação.

3.1 Sobre produção, comércio e consumo de carne bovina no Brasil e no Mato Grosso do Sul

O Brasil é um dos países onde tradicionalmente se consome consideráveis volumes de proteína animal. Segundo os cálculos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o consumo das principais proteínas animais (aves, bovinos e suínos) teria ficado em torno de 90 quilos por habitante no ano de 2017. A previsão era de um consumo interno de aproximadamente 18 milhões de toneladas de carnes. O cenário para o circuito da carne, do ponto de vista financeiro, é sustentável no longo prazo, excetuando-se os momentos de recessão, como o que vivenciamos em 2015 e 2016.

Os Gráficos 1 e 2 demonstram que, especificamente em relação à carne bovina, foram consumidos, segundo o Relatório da ABIEC(2018)[18] aproximadamente 7,8 milhões de toneladas e 37,55 kg *per capita* (dados para o ano de 2017). Verifica-se uma queda relativa nos números de 2015 e 2016, provavelmente reflexo da recessão econômica desses dois anos, cujo impacto na renda das famílias pode ter provocado mudanças nos hábitos de consumo de proteína animal, uma vez que a carne de aves e de suínos[19] costuma ser mais barata no varejo. No entanto, no ano de 2017, o volume de carne bovina consumida pelos brasileiros voltou a crescer. A partir dos dados de 2018, poderemos ter uma evidência mais sólida a respeito desse eventual crescimento do consumo de carne bovina no Brasil.

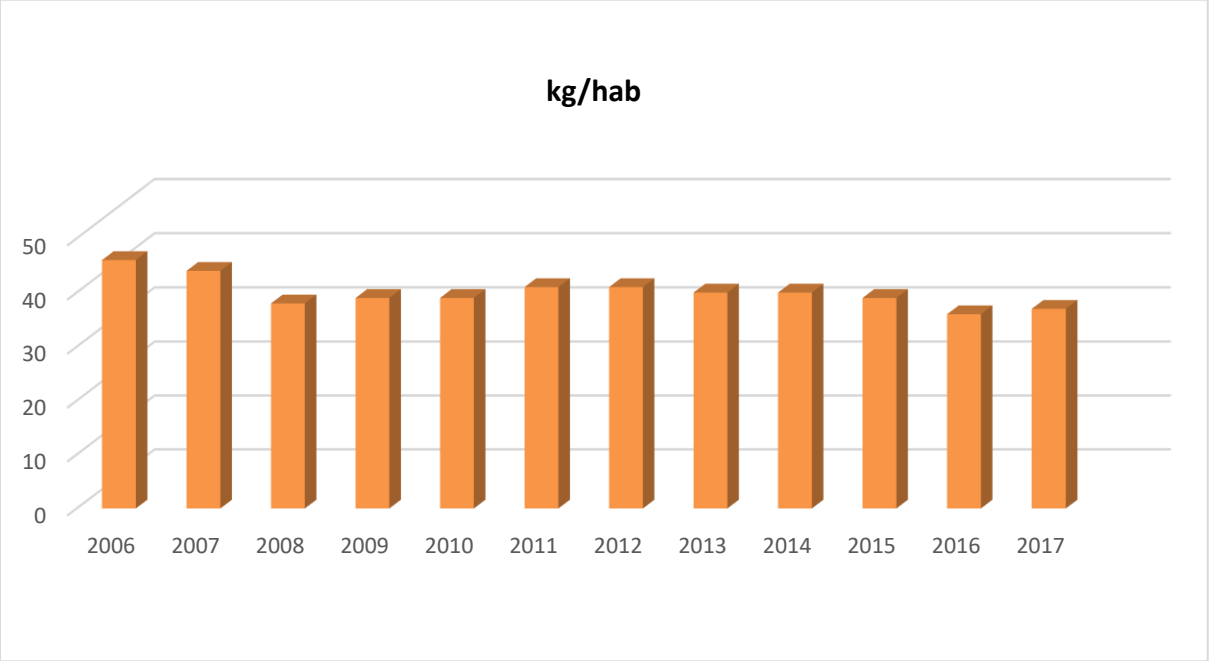
[18] Disponível em: < http://www.abiec.com.br/Sumario.aspx>. Acessado em 10 de setembro de 2018.
[19] Segundo o Relatório anual da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), o consumo de aves e suínos aumentou, respectivamente, 3,46% e 4,19%, entre 2013 e 2015. Disponível em: <http://abpa-br.com.br/storage/files/3678c_final_abpa_relatorio_anual_2016_portugues_web_reduzido.pdf> Acessado em 20 de setembro de 2018.

Gráfico 1 - Consumo total de carne bovina no Brasil (2006-2017)

Fonte: CONAB/IBGE/ABIEC (2018)
Organização: Valdomiro Lima

O consumo proporcional de carne, por sua vez, foi de 37,5 quilos de carne bovina por habitante, conforme pode ser visualizado no Gráfico 2, em 2017.

Gráfico 2 - Consumo *per capita* de carne bovina no Brasil (2006-2017)



Fonte: CONAB/IBGE/ABIEC (2018)
Organização: Valdomiro Lima

Considerando-se o que vai expresso nos Gráficos 1 e 2, e com base nas informações do IBGE (2018) e da CONAB (2018), pode-se atribuir a queda nos indicadores de consumo de carne bovina ao período de recessão da nossa economia, vivenciado mais intensamente em 2015 e 2016. Nesse período, a queda na atividade econômica do setor privado, aliada à retração dos investimentos públicos fizeram piorar também os indicadores de emprego e renda, impondo limites ao orçamento doméstico das famílias, impactando diretamente no aumento do consumo de gêneros alimentícios que, eventualmente, poderiam estar mais baratos no varejo.

O Brasil, apesar de ser um dos maiores consumidores de carne bovina do mundo em termos absolutos, ainda fica atrás de vários países no quesito. A renda média do brasileiro parece ainda não permitir um consumo diário e constante do produto, que ainda não faz parte da rotina alimentar de muitos brasileiros. No corriqueiro cenário de oscilações sazonais de nossa economia, os consumidores adquiriram hábitos de variar o cardápio, seja adquirindo cortes menos nobres, seja migrando para outro tipo de proteína animal, principalmente aves e suínos.

A Tabela 1 posiciona o Brasil no *ranking* mundial do consumo de carne bovina.

Tabela 1 - Os dez maiores países consumidores de carne bovina *per capita* em 2016

País	Consumo (mil toneladas)	População (milhões de habitantes)	Consumo *per capita* (kg/hab.)
Uruguai	194,0	3,44	56,3
Argentina	2.390,0	43,85	54,5
Hong Kong	381,0	7,35	51,9
EUA	11.664,1	324,12	36,0
Brasil	7.499,1	209,57	35,8
Paraguai	222,0	6,73	33,0
Austrália	717,0	24,31	29,5
Canadá	950,0	36,29	26.2
Cazaquistão	445,0	17,86	24,9
Chile	432,0	18,13	23,8

Fonte: FORMIGONI (2017)

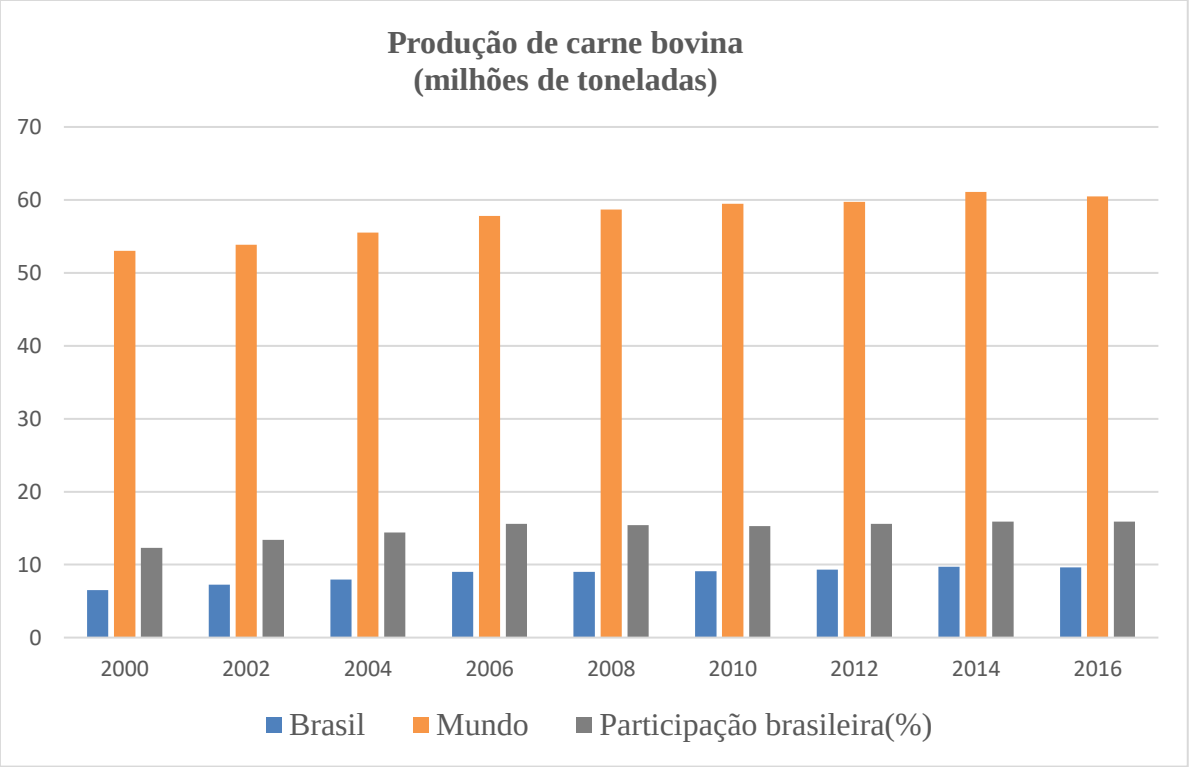
Nota-se na Tabela 1, que o Brasil é um dos maiores consumidores de carne bovina em números absolutos e é superado proporcionalmente pelos nossos dois vizinhos platinos, por Hong Kong e pelos EUA. Considerando-se a escala mundial, o volume consumido chega a 7,9 kg *per capita* e a 58,74 milhões de toneladas. Há, portanto, um mercado mundial consumidor de carne bovina a ser explorado futuramente pelos frigoríficos exportadores brasileiros.

Em meados da década de 2000, com base nos dados de exportação da economia

brasileira divulgados anualmente pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), o processo de modernização industrial dos frigoríficos brasileiros havia colocado o país num outro patamar. O Brasil transformou-se, no período, no maior exportador de carne bovina, constituindo empresas frigoríficas de grande porte, multinacionais inclusive.

Segundo Galera (2011), as indústrias ligadas ao segmento de exportação de carne bovina passaram, ao longo do tempo, a desenvolver sistemas diferenciados de logística, estrutura empresarial e nível tecnológico, crescendo e adotando uma postura agressiva, adquirindo novas plantas produtivas em variados países. Empresas como a JBS, Marfrig e Minerva, tornaram-se verdadeiros *Global Players*[20], a partir da agregação de valor aos seus produtos, implantação de programas de qualidade, reestruturação do sistema de gestão e logística, conquistando consumidores mundo afora, conforme pode ser visualizado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - O Brasil no mercado global da carne bovina (2000-2016)



Fonte: MAPA/SEMADE/SEMAGRO (2017)
Organização: Valdomiro Lima

[20] São denominados assim os indivíduos ou corporações que, de alguma forma, a partir do desempenho em seu respectivo setor produtivo, converta-se num padrão, numa referência de desempenho, influenciando a atuação dos demais atores em processos produtivos de caráter similar.

Conforme mostrado no Gráfico 3, a produção de carne bovina no Brasil aumentou aproximadamente 45% na última década e meia. Segundo o MAPA, o país produziu 6,3 milhões de toneladas em 2000 e chegou a um total de 9,2 milhões de toneladas em 2015. Em número de cabeças, o rebanho teve um incremento de 25%, saltando de 171 milhões para 214 milhões de cabeças no período, o maior rebanho comercial do mundo.

Em entrevista para o Jornal "A Gazeta do Povo" Rymer Tullio, pesquisador da Embrapa Pecuária Sudeste[21], em São Carlos, Estado de São Paulo, enfatizou que a alta dos preços aliada ao desenvolvimento tecnológico no setor pecuário e frigoríficos, são os dois fatores determinantes para tal cenário. Afirma o pesquisador que a melhoria das pastagens, dentre outas inovações técnicas, permitiu a redução na idade de abate do animal, o que, além de melhorar a qualidade da carne, disponibiliza área para produzir mais, diminuindo custos de produção. Questionado sobre o ritmo diferente de crescimento entre produção (45%) e criação (25%), entre 2000 e 2015, Tullio enfatiza uma mudança de filosofia nas propriedades pecuárias. "O produtor tem que levar em consideração que está produzindo carne, não criando boi". A cultura do pecuarista do século XXI foca na venda de carne, sempre no menor prazo e com menor custo. A redução do tempo de criação é que explica essa diferença relativa, que ao menos por enquanto não chega a ser um problema. A produção de carne em toneladas é maior que a criação de bois, ou seja, os bois engordam mais e em menos tempo do que antes.

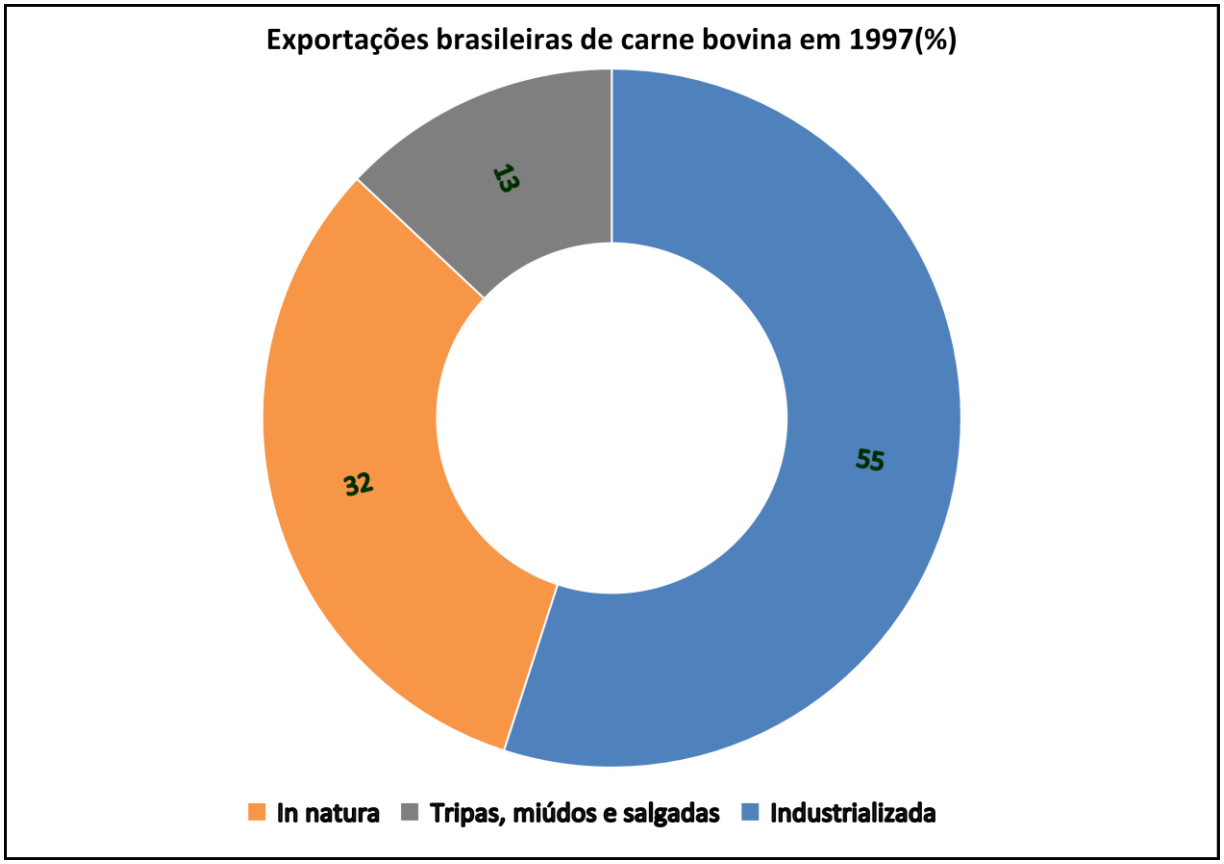
Na mesma reportagem[22], Paulo Rossi Júnior, coordenador do Centro de Informação do Agronegócio da Universidade Federal do Paraná (UFPR), enfatiza o aumento da demanda por carne bovina no mundo para justificar esse crescimento de 45% em 15 anos. Júnior afirma que o potencial de crescimento, seja em relação a terras disponíveis, seja pela defasagem tecnológica de algumas áreas, coloca o Brasil com uma importante capacidade ociosa no setor de produção de carne bovina. "Temos muito onde crescer. Nós saímos de uma lotação de 0,8 animais por hectare, para 1,1 animal por hectare nos últimos 15 anos", afirmou. Junior finaliza afirmando que é possível dotar o país de sistemas altamente produtivos, que conseguem colocar de 2,5 a três animais por hectare. Nosso potencial de crescimento, portanto, é muito amplo.

[21] Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/pecuaria/producao-de-carne-bovina- aumenta-45-no-brasil-em-15-anos-diz-mapa-2i5rkl7jp470er1fhm6je8v13> Acesso em 9 de Junho de 2017.
[22] Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/pecuaria/producao-de-carne-bovina- aumenta-45-no-brasil-em-15-anos-diz-mapa-2i5rkl7jp470er1fhm6je8v13> Acesso em 9 de Junho de 2017.

Nesse contexto, é importante resgatar a análise de Rangel (1983), a respeito do incremento tecnológico originado numa fase "b" de um ciclo econômico. No caso, a atual fase de evolução técnica e tecnológica vivenciada no século XXI no Brasil e em especial no Mato Grosso do Sul, tem forte conexão com as inovações produzidas nos anos 1980 e 1990, em especial as ligadas à biotecnologia as quais podemos citar, dentre outras, o avanço dos embriões e as ligadas à informática e telecomunicações, como o sistema de rastreamento de bovinos por satélite, que dão resultado nesta fase, que em tese, é uma fase "a" (1998 – 2023) do ciclo longo.[23]

Um aspecto relevante a ser observado em nossas exportações de carne bovina é o aumento do embarque de carne *in natura*, conforme evidenciado nos Gráficos 4 e 5, que comparam um intervalo de duas décadas e o Gráfico 6 que apresenta uma série histórica entre 2000 e 2016.

Gráfico 4 - Composição da pauta Brasileira de exportações da carne bovina (1997)



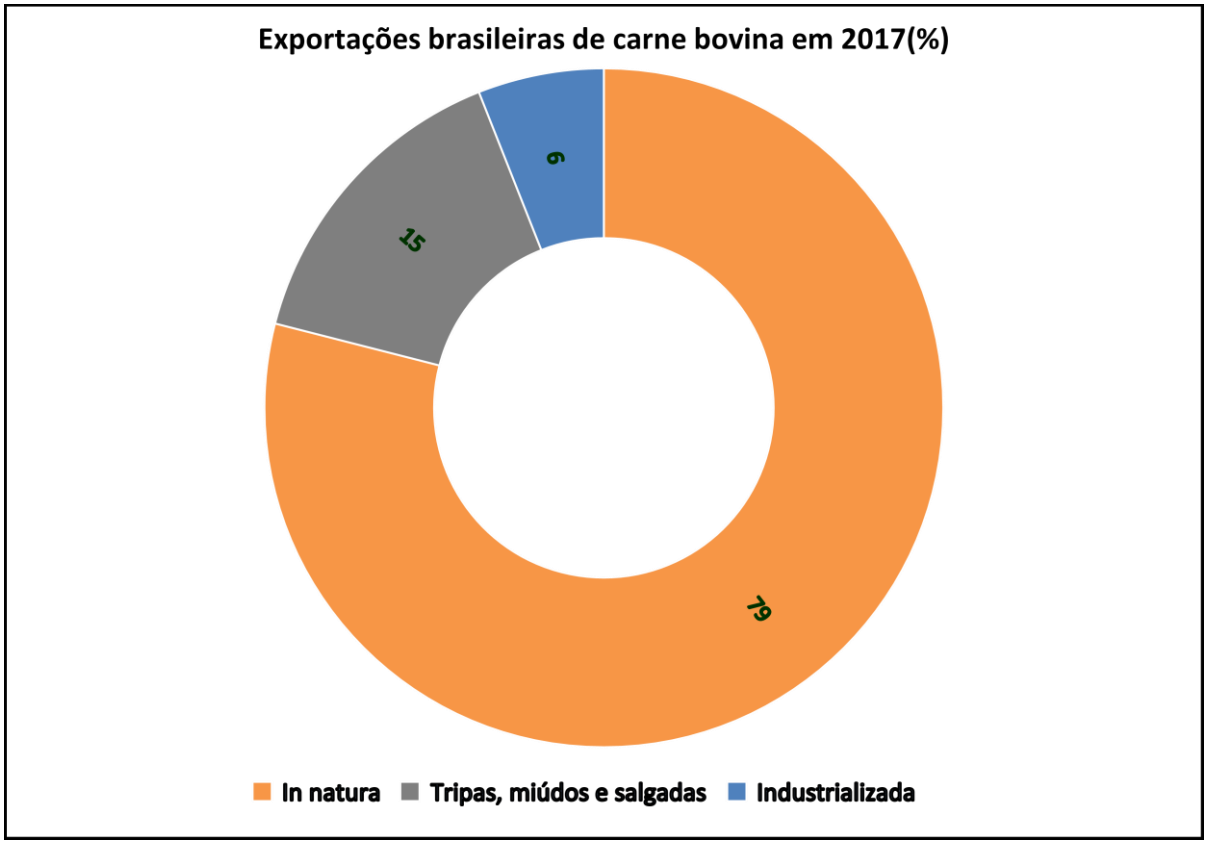
Fonte: MDIC (AliceWeb)/ABIEC
Organização: Valdomiro Lima

[23] Ver Figura 2.

A análise dos Gráficos 4 e 5, nos permite afirmar que, alternativamente ao que costuma prevalecer no senso comum, a lucratividade deste tipo de produto (a carne *in natura*), com menor transformação por parte da indústria, mostrou-se atraente financeiramente para os frigoríficos exportadores, que expandiram o volume de exportações desse tipo de carne ao longo do tempo.

Durante o trabalho de campo, um pecuarista[24] do município de Figueirão-MS, questionado sobre a realidade exposta nos Gráficos 4 e 5, nos disse que acredita que, além de uma inflexão positiva no custo de produção de bovinos no Brasil, que foi sendo diminuído durante o processo de maturação cultural no processo de criação sob novas técnicas, todo um conjunto de fatores contribuiu para uma mudança de cenário. Disse-nos que cultura, clima, solo, um vasto território ainda não integrado, o poder do mercado interno, tudo isto torna a pecuária brasileira bastante competitiva do mercado. Outro pecuarista[25], Sr. Elmer Diniz, este de Nova Andradina-MS, ao ser questionado a respeito da mesma questão, disse concordar plenamente com a resposta dada pelo colega figueirãoense.

Gráfico 5 - Composição da pauta brasileira de exportações da carne bovina (2017)



Fonte: MDIC (AliceWeb)/ABIEC
Organização: Valdomiro Lima

[24] Entrevista concedida, anonimamente, a este autor em 30 de dezembro de 2017.
[25] Entrevista concedida a este autor em 10 de abril de 2018.

Considerando-se o que afirmaram os citados pecuaristas, e o crescimento técnico e tecnológico dos frigoríficos, impulsionado pelos avanços tecnológicos desenvolvidos na fase "b" do quarto ciclo de Kondratieff[26], notadamente de capital nacional, e as linhas de crédito disponibilizadas nos bancos, especialmente os estatais BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, pode-se compreender melhor o porquê de o Brasil ter adquirido a confiança do mercado mundial de carne bovina e de tornar-se um poderoso *Global Player* da proteína animal. Ressalte-se, no entanto, que esta visão positiva e otimista desse cenário, é a de um pecuarista, um grande produtor de carne, um sócio menor do agronegócio brasileiro.

Numa entrevista realizada no segundo semestre de 2017[27], a então Diretora do Departamento de Economia de economia da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (FAMASUL), Srª Adriana Mascarenhas afirmou que a carne *in natura* do Mato Grosso do Sul tem conquistado novos mercados a cada ano, superando gradativamente os entraves sanitários que foram surgindo ao longo do tempo. O Estado adquiriu, uma espécie de selo de qualidade, o chamado "boi verde", que se alimenta de pastagem vegetal e caminha livremente pelos campos.

Novamente, com base nas concepções de Ignácio Rangel, podemos dizer que as inovações tecnológicas surgidas na fase "b" do quarto ciclo econômico de Kondratieff[28], contribuíram decisivamente não apenas para a modernização da indústria frigorífica como avanços de robótica e automação de processos. Notadamente o setor de biotecnologia permitiu um *upgrade* nos processos de criação desenvolvidos em grande parte das fazendas brasileiras. No Mato Grosso do Sul, foi possível encurtar o período do ciclo de cria, recria e engorda para até 21 meses, um ganho produtivo decisivo na formação do preço e na qualidade da carne produzida no Estado.

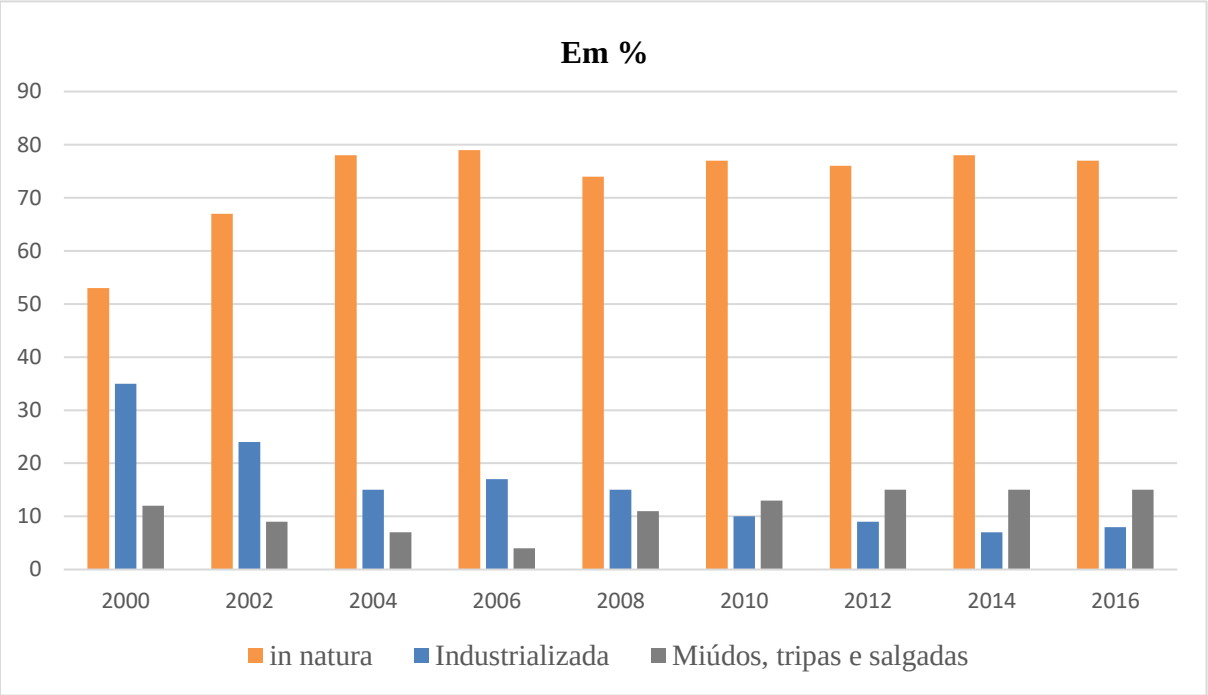
Ao longo do tempo, conforme pode ser visto no Gráfico 6, evidenciou-se uma mudança estrutural na composição da pauta de exportações de carne bovina brasileira.

O cenário apresentado nos Gráficos 4, 5 e 6, também pode ser compreendido quando se observam os novos destinos da carne brasileira. Nota-se o crescimento percentual de mercados que tem uma demanda por produtos de menor valor agregado, países asiáticos em especial, além da Rússia. O Brasil tem enfrentado, e não só no setor do agronegócio, uma realidade preocupante de consecutivas quedas na participação de produtos industrializados na

[26] Ver Figura 2.
[27] Entrevista concedida a este autor em 12 de agosto de 2017.
[28] Ver Figura 2.

pauta de exportações brasileira. Alguns pesquisadores têm feito análises importantes sobre as mudanças na estrutura produtiva do país, a partir de um processo de reprimarização (LAMOSO, 2010). Apesar de não ser o foco desse trabalho, é um fator que não pode ser desprezado numa análise geográfica da economia brasileira.

Gráfico 6 - Composição da pauta brasileira de exportações de carne bovina (2000-2016)



Fonte: MDIC (AliceWeb)/ABIEC
Organização: Valdomiro Lima

Nesse contexto de exportação de produtos primários, os Relatórios da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes ABIEC), referentes aos anos de 2016 e 2017, apontaram que as exportações brasileiras de carne bovina atingiram os valores de, respectivamente, US$ 5,5 bilhões e U$ 6,2 bilhões de faturamento, um crescimento de aproximadamente 13%. Foram embarcadas, em 2017, 1.53 milhão de toneladas, ante 1,41 milhão de toneladas em 2016, um crescimento de aproximadamente 9%.

O Quadro 1 apresenta os maiores compradores da carne bovina brasileira, com destaque para Hong Kong/China e União Europeia, que lideraram as importações do produto brasileiro.

Importante ressaltar que, no ano de 2016, no contexto da tendência verificada e apresentada no Gráfico 6, dentre as categorias de carne exportadas pela indústria brasileira, a *in natura* liderou as vendas, totalizando um faturamento de US$ 4,3 bilhões e 1,1 milhão de toneladas embarcadas de janeiro a dezembro, conforme pode ser observado no Quadro 2.

Historicamente, no Brasil, sempre se questionou a nossa relação deficitária com as economias capitalistas mais desenvolvidas, uma vez que o valor agregado em nossos produtos era menor devido, dentre outros fatores, ao também menor aporte tecnológico no processo de produção. A exportação de carne bovina era considerada um símbolo do nosso atraso tecnológico em relação às economias mais desenvolvidas.

Quadro 1 - Exportações brasileiras de carne bovina de janeiro a dezembro de 2016

País	Faturamento (mil US$)	Volume (em toneladas)
Hong Kong	1.006.335	285.095
União Europeia	733.837	115.727
China	703.069	164.871
Egito	551.207	176.845
Rússia	408.138	138.784
Irã	374.310	96.190
Chile	300.960	71.027
EUA	284.098	33.209
Outros	1.002.253	240.064
Demais países	5.364.211	1.351.026

Fonte: ABIEC (2017)

Outro aspecto bastante difundido, de caráter negativo, é a questão ambiental ligada ao fato de nossa criação de gado ser realizada de forma mais extensiva. O desmatamento decorrente do processo de formação da pastagem e a existência de latifúndios com baixa produtividade, sempre foram alvo de justas críticas, seja em relação ao meio, seja em relação à concentração de terras nas mãos de poucos proprietários. Esses fatos davam ao meio rural brasileiro, especialmente o setor ligado aos bovinos, um aspecto de atraso social e econômico. Era a representação da concentração de renda e do atraso tecnológico da atividade agropecuária sul-mato-grossense. Era esse o cenário até os anos 1980.

Quadro 2 - Categorias da carne bovina brasileira exportada de janeiro a dezembro de 2016

Categoria	Faturamento (mil US$)	Volume (toneladas)
In natura	4.327.805	1.068.627
In natura em carcaça	17.009	7.413
Industrializada	600.687	105.560
Miúdos	313.245	136.156
Tripas	85.757	29.984
Salgadas	19.706	3.283
Total	5.364.211	1.351.026

Fonte: ABIEC (2017)

As vendas externas de carne bovina *in natura*, davam margem para que se criasse na população um certo desencantamento com o fato de sermos um grande produtor e exportador de proteína animal. O Quadro 2 demonstra que, ainda hoje, e mesmo com todo o aparato tecnológico disponível, essa realidade comercial persiste. Ainda que se considere a industrialização frigorífica, a modernização dos procedimentos de manuseio da carne, a dinamização de todos os processos, do abate à embalagem, a carne processada continua sendo minoritária no cômputo geral da produção e exportação da carne bovina sul-mato-grossense.

Nesse sentido, conforme Galera (2011) e Bertholi (2006), já no final da década de 1990, e especialmente no século XXI, o relevante processo de tecnificação vivenciado no campo do agronegócio brasileiro nas últimas duas décadas, as inovações, os avanços tecnológicos e de gestão contribuíram para que o processo de industrialização da carne bovina atingisse os níveis técnicos exigidos pelo mercado mundial do setor. O processo de criação de bovinos, a estrutura dos frigoríficos e os avanços estruturais dos sistemas de transportes, especialmente no caso dos caminhões refrigerados, todo o setor produtivo da proteína animal passou por mudanças neste período. É quando ocorre a internacionalização dos frigoríficos brasileiros, um movimento de indução desenvolvimentista não apenas para fora, mas fundamentalmente para dentro, como veremos mais adiante.

Por conseguinte, e no contexto da teoria dos ciclos econômicos de Kondratieff, as inovações tecnológicas desenvolvidas na fase "b" do quarto ciclo (1973-1998)[29] foram decisivas para a modernização econômica brasileira nesse século XXI. Alie-se a isso a política econômica e industrial implementada no Governo Lula a partir de 2003, com foco na abertura de mercados para as empresas brasileiras, investimentos em infraestrutura e fortalecimento do

[29] Ver figura 2.

crédito por meio do BNDES, e podemos visualizar o cenário proposto por Rangel (1983) de transferência de recursos ociosos para áreas de estrangulamento, mudando a economia e a sociedade brasileira.

Entendemos ser importante ressaltar que os ganhos de produtividade nas propriedades rurais e a modernização dos frigoríficos frente ao incremento tecnológico, nos permite inferir que, objetivando diferenciar-se comparativamente no competitivo mercado da carne bovina mundial, uma ênfase no fato de termos no Brasil, predominantemente a criação extensiva de bovinos, possa ter um caráter virtuoso. A alimentação de animais no processo de engorda tem sido uma questão que desafia governos, pesquisadores, frigoríficos e criadores. A origem vegetal da base alimentar dos bovinos brasileiros faz com que episódios sanitários graves, como a Encefalopatia Espongiforme Bovina[30], sejam praticamente inexistentes no cenário agropecuário brasileiro.

Nesse sentido, a criação extensiva de gado bovino, característica da pecuária sul-mato-grossense ao longo da história, que sempre esteve associada ao atraso tecnológico, configura-se atualmente como um ativo mercadológico favorável às vendas externas. Ainda que se considere a necessidade constante de eliminar o desmatamento via aumento de produtividade, é possível afirmar que as imensas áreas de pastagens expressam uma característica positiva, uma vantagem comparativa.

A competitividade da pecuária sul-mato-grossense pode ser atestada pela presença de grandes frigoríficos exportadores, que, a partir de plantas instaladas no Estado, processam e exportam carne bovina para os principais e mais exigentes mercados consumidores de proteína animal.

Os frigoríficos exportadores sul-mato-grossenses, conforme Galera (2011), ao se subordinarem às exigências do mercado mundial de carne, tiveram de fazer investimentos em tecnologia, gestão e logística, num processo de modernização de suas plantas industriais. Ao mesmo tempo, e tão importante quanto, a gestão da pecuária teve também de se adequar aos padrões internacionais de criação e às exigências dessa indústria.

No entanto, é importante frisar que a realidade das grandes empresas frigoríficas exportadoras nem sempre pode ser reproduzida nas empresas de menor porte. O mesmo

[30] A Encefalopatia Espongiforme Bovina, segundo o MAPA, é uma doença degenerativa comum em bovinos que se alimentam de ração constituída de farinha de carne e ossos de animais contaminados por uma proteína denominada *príon*. Tal alimentação é proibida no Brasil, onde a doença é considerada inexistente. Disponível em: < http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude- animal/programas-de-saude-animal/prog-nacional-de-controle-da-raiva-dos-herbivoros-e-outras- encefalopatias> Acessado em 15 de novembro de 2017.

pode-se dizer dos criadores. A esse respeito, Galera asseverou:

> A heterogeneidade da indústria frigorífica nacional remete sua caracterização a partir de análises distintas do perfil tecnológico e gerencial, bem como da logística de distribuição dos produtos e subprodutos produzidos pelo setor. (GALERA, 2011, p. 65)

O setor frigorífico nacional, segundo Galera (2011), passou por uma reestruturação produtiva ao consolidar os *Global Players* exportadores de carne bovina, especialmente, no caso do Mato Grosso do Sul da JBS, do Marfrig, do Minerva e até mesmo da Brasil *Foods* S.A. (BRF), que atua mais fortemente no setor de suínos e aves. Essas empresas ligadas ao agronegócio brasileiro se inseriram inclusive politicamente no cenário social brasileiro, na medida em que seus resultados comerciais impactam diretamente nas contas externas do país. Fazem parte do setor superavitário da economia brasileira, e isso já desde o final da década de 1990 do século passado. Tornaram-se multinacionais, abriram capital, venderam ações na bolsa de valores, captaram recursos públicos e privados aqui e no mercado internacional, além de participar de fusões e aquisições de outras empresas do ramo e mesmo de áreas diversas, como vestuário ou celulose.

Ainda segundo Galera (2011), no setor frigorífico brasileiro, a partir dos anos 1990, poucos foram os que se salvaram da falência ou da incorporação. No contexto da reestruturação demandada pelo mercado global da carne, algumas empresas, especialmente no caso, a JBS, tendiam a dominar o setor no país:

> Podemos assim estabelecer que as estruturas de mercado desempenham um papel importante na dinâmica das relações estabelecidas ao longo de uma cadeia produtiva. O poder de mercado está na capacidade de determinado(s) grupo(s) exercer um comportamento dominante, definindo preços e quantidades, este grupo(s) certamente são os de maior poder de capacidade produtiva e consequentemente de maior volume de comercialização de produtos. (GALERA, 2011, p. 65)

Partindo das leituras dos textos de Milton Santos, podemos considerar que as práticas econômicas englobam as ações sociais que tenham por finalidade a produção, a distribuição e o consumo, os valores de uso e de troca e sua realização implicam a utilização de meios materiais, quais sejam a tecnologia e os objetos de trabalho, tudo isto permeado pelas relações sociais que se estabelecem entre os participantes de tais processos. Quando se olha para o passado do Mato Grosso do Sul, isto fica bastante evidente. Os pecuaristas politicamente muito

ativos desde o início do século XX, foram decisivos tanto no processo de frigorificação[31] quanto no processo político que culminou na criação do Estado, já na década de 1970. Os pecuaristas atuavam politicamente pressionando o Estado a facilitar ou promover a aproximação da criação (eles) com o abate (frigoríficos paulistas).

A própria articulação em função da atuação SUDECO, da ação da Embrapa, das obras de infraestrutura ferroviária e rodoviária, de aprimoramento da legislação sanitária, tudo voltado a um incremento tecnológico na produção de carne bovina, da criação à frigorificação tendo como horizonte a ascensão e o acesso aos mercados mundiais de proteína animal.

A organização da produção de carne bovina em Mato Grosso do Sul pode ser compreendida a partir de um conceito muito caro à Geografia, desenvolvido por Milton Santos, os circuitos espaciais da produção. Sua localização e compreensão nos permite compreender a ordem estabelecida no território, notadamente compreender o caminho da produção.

Neste sentido, Santos (2008, p. 56) diz que "circuitos espaciais de produção seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final". Trata-se, portanto, de um percurso que, se for apreendido, permite compreender a circulação nas instâncias da produção, da distribuição, do comércio e do consumo.

Parece-nos também que toda esta discussão deve ser levada a cabo no contexto da divisão do trabalho em suas múltiplas escalas. Como exemplo, podemos citar a especialização produtiva do território sul-mato-grossense com foco em criação de animais e produção de carne combinada com uma dispersão geográfica mundial de suas atividades produtivas do setor frigorífico. Talvez o melhor exemplo que podemos dar atualmente seja a atuação da JBS, parte de uma *holding* internacional que busca, a partir de uma especialidade local, homogeneizar os processos de produção de carne nos lugares onde atua. Uma lógica global a partir do lugar de origem.

A partir disto, o circuito espacial de produção da carne bovina em Mato Grosso do Sul constitui-se em circuitos de acumulação que se estruturam conforme as "etapas produção, circulação, comércio e consumo" (SANTOS, 1986) até que a matéria-prima seja transformada em dinheiro e, finalmente, em lucro, a reprodução ampliada do capital.

A produção de carne bovina no Mato Grosso do Sul foi mundializada, obedecendo aos comandos dos agentes do capitalismo que, no contexto atual, regulam o uso do território. De

[31] Durante as entrevistas realizadas com os representantes das unidades frigoríficas, percebemos que em 6 dos 8 frigoríficos SIE, e em 4 dos 9 frigoríficos SIF, entrevistados, ou o proprietário ou um dos sócios eram oriundos ou ainda tinham ligação com a atividade pecuária.

acordo com Castillo e Frederico (2010, p. 462), as grandes corporações são os "[...] agentes privilegiados da articulação entre os lugares...". Nesse contexto, as trocas materiais que ocorrem, a partir da fazenda de criação de gado estão sob o controle dos agentes hegemônicos do espaço sul-mato-grossense, no caso os frigoríficos, que detém o princípio da centralidade.

Os pecuaristas sul-mato-grossenses, muito embora conservem boa parte de seu poder e influência, não comandam todo o sistema produtivo, do campo até a industrial. São os sócios menores, segundo expressão cunhada por Rangel, na atividade econômica da carne bovina, considerando que os frigoríficos seriam os sócios maiores nessa relação comercial da burguesia local. A relação com os frigoríficos não chega a configurar um cenário de produção integrada, mas não se pode descartar o poder de influência e cooptação de produtores rurais, por parte de empresas exportadoras como a JBS, dentre outras.

A Figura 5 propõe uma interpretação do circuito espacial da carne bovina no Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma proposta de compreensão dos circuitos apresentados e analisados por Santos e Silveira (2001), da produção, da circulação e do consumo.

Segundo Santos e Silveira (2001), no contexto dos circuitos espaciais da produção, os círculos de cooperação dizem respeito às articulações que se estabelecem entre as empresas capitalistas, um processo de compartilhamento de técnicas, tecnologias e informação. Segundo os autores, são os fluxos imateriais. Ou ainda:

> [...] entendidos como a relação estabelecida entre lugares e agentes por intermédio dos fluxos de informação. Os círculos de cooperação são essenciais por permitirem colocar em conexão as diversas etapas, espacialmente separadas, da produção, articulando os diversos agentes e lugares que compõem o circuito espacial da produção. (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p.464)

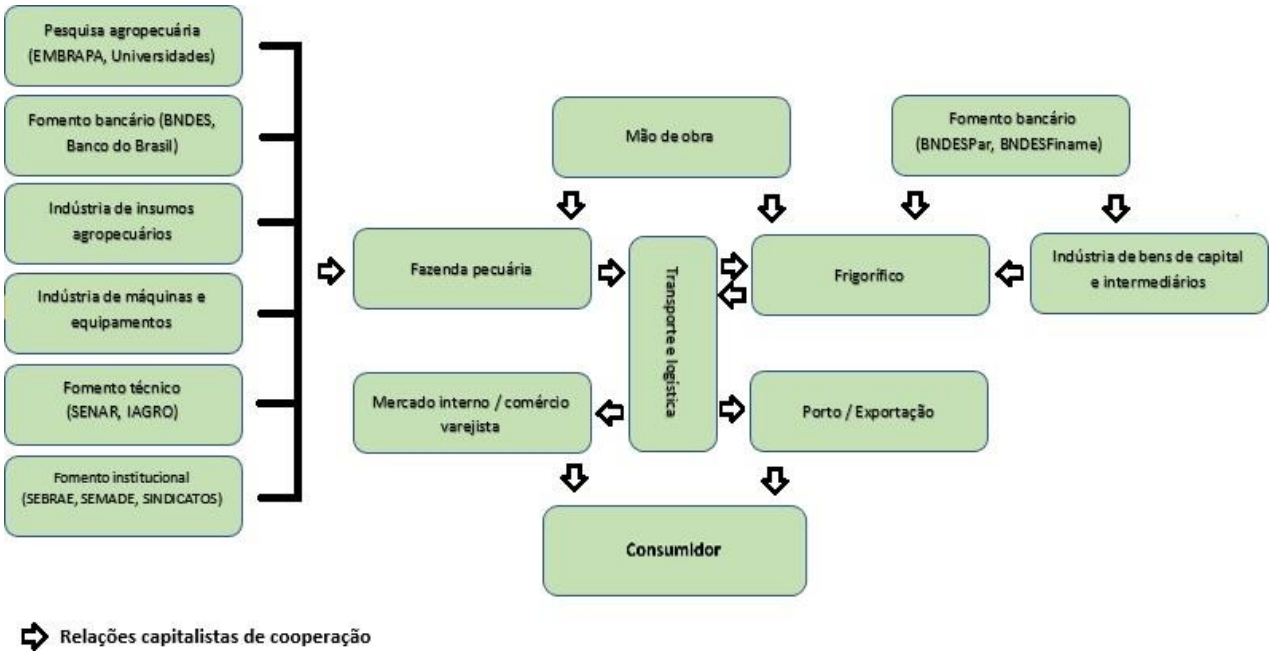
Nesse contexto, as informações circulam em meio às empresas, dinamizando o processo de produção. Trata-se, segundo Castillo e Frederico (2010), das transferências de capital, homogeneização de processos e normas, enfim, permitem colocar a produção em movimento.

No caso do circuito espacial da carne bovina, os novos arranjos espaciais produtivos, no caso, a exportação e seus desdobramentos técnicos, se fazem no contexto de os agentes que atuam no circuito espacial produtivo estabelecerem os necessários círculos de cooperação. Castillo e Frederico (2010) asseveram que são estabelecidas cooperações entre empresas, entre estas e o poder público, entre empresas e associações e instituições internas ou externas à área de atuação das envolvidas.

No contexto sul-mato-grossense, no desenvolvimento da pecuária bovina, durante o século XX, e na internacionalização da indústria frigorífica, os agentes públicos e privados atuaram com relativo sucesso. Além das próprias empresas, instituições públicas como a EMBRAPA, o IAGRO, as Universidades (UFMS, UFGD e UEMS), as organizações setoriais ligadas ao agronegócio, como a FAMASUL, o SENAR, o SENAI, dentre outros, o trabalho de pesquisa em função da evolução produtiva na criação e na industrialização de bovinos, resultaram numa realidade lucrativa para economia estadual. Projetos como o "Novilho Precoce" ou a compra de embriões realizadas no exterior, transformaram o setor cárneo sul-mato-grossense em referência mundial.

O compartilhamento de informações entre criadores de gado, no Brasil e no exterior, contribuiu para um melhor manejo nas propriedades, para o aprimoramento das raças e para uma produção de carne de melhor qualidade. A precocidade obtida no processo de cria, recria e engorda, atinge ótimos resultados, inclusive quando comparados mundialmente. O "Novilho Precoce", tem um ciclo de crescimento e abate que pode durar apenas 21 meses, propiciando menos custos na produção e mais qualidade na carne.

Figura 5 - Circuito espacial da carne bovina no Mato Grosso do Sul



Fonte: FAMASUL/SEMADE/IAGRO/Trabalho de campo (2017)
Elaboração: Valdomiro Lima

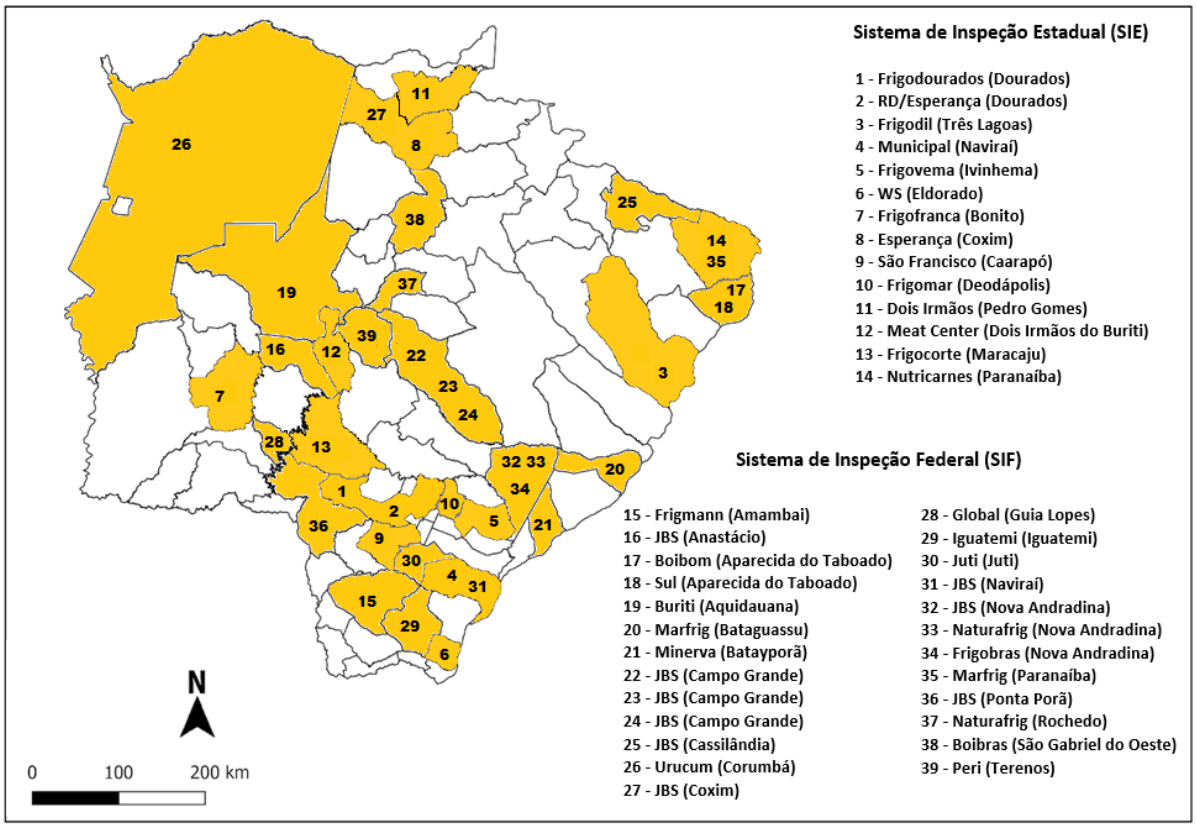
Conforme pode ser observado na Figura 5, a partir da fazenda de criação, a circulação se desencadeia nas subsequentes etapas de produção até chegar no consumidor. O frigorífico, que processa o animal, agrega valor ao produto que pode ser exportado ou abastecer o mercado

interno.

No contexto do abastecimento do varejo brasileiro, é importante ressaltar que por volta de 80% da carne produzida no país é consumida internamente. A rede de açougues e supermercados e empresas do ramo alimentício atuam no circuito principalmente em sua fase terminal, no consumo. O comércio de carnes brasileiro, portanto, é abastecido pelas empresas frigoríficas com relativo sucesso.[32]

Os frigoríficos tendem a se instalar em determinado local do território em função de disponibilidade de mão de obra, proximidade e condições de deslocamento de rebanhos e custo de transporte nos modais ferroviário, rodoviário e hidroviário. A análise das Figuras 6 e 7 nos dá uma percepção de como tal questão foi resolvida no Mato Grosso do Sul.

Figura 6 - Unidades frigoríficas em operação no Estado de Mato Grosso do Sul em 2016

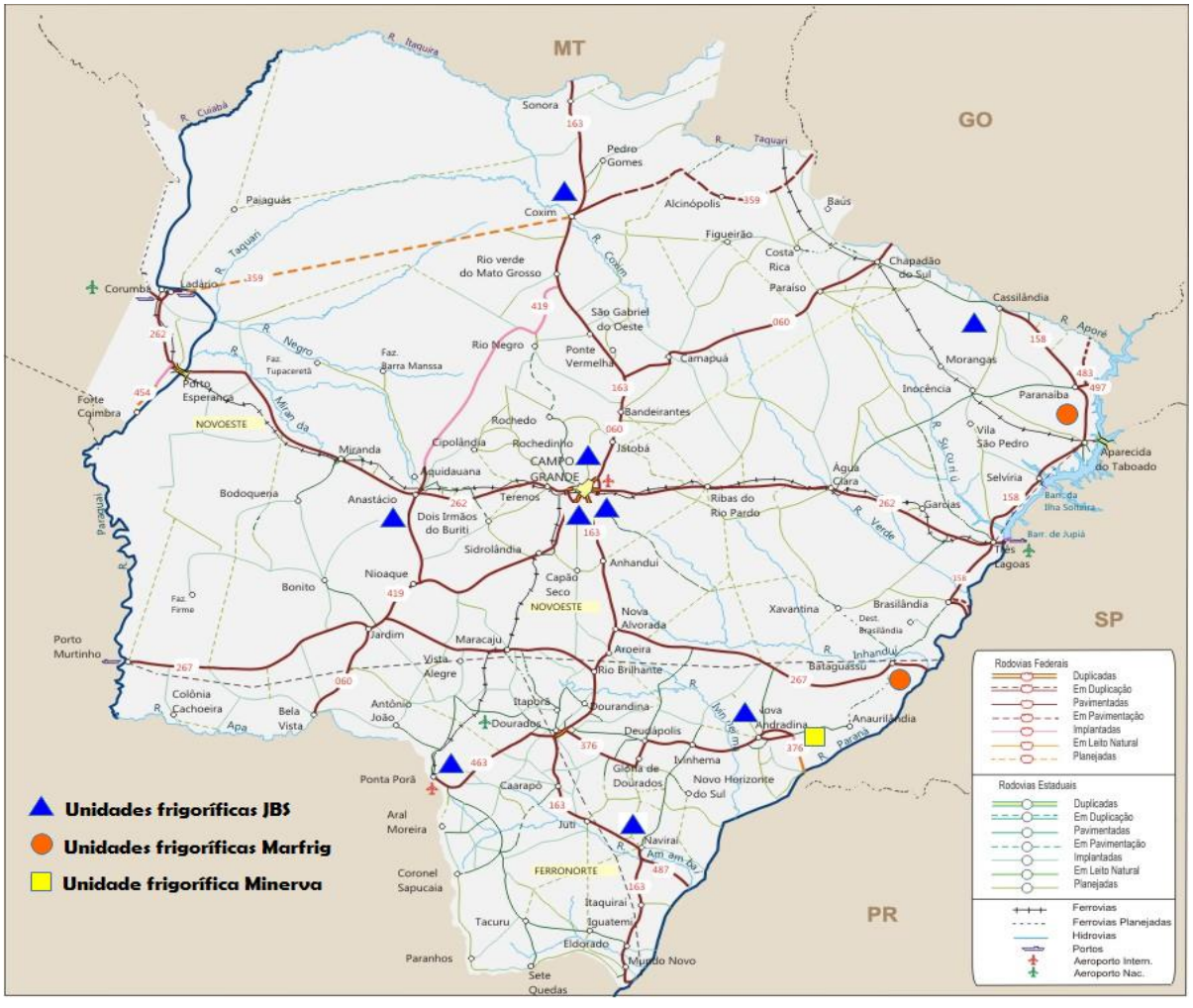


Base cartográfica: IBGE (2016)
Fonte dos dados: MAPA/SEMAGRO/SEMADE/(2016)
Adaptação: Valdomiro Lima

[32] O último registro de falta de carne no Brasil é de 1986, época em que o governo, durante o chamado "Plano Cruzado", objetivando controlar a inflação, congelou o preço de vários produtos, dentre eles a carne bovina. Os produtores pararam de vender gado. O governo reagiu com um confisco. Ao final os produtores mostraram a força que tinham e os preços voltaram a subir.

Especialmente o frigorífico JBS, com suas 9 unidades, mas também o Marfrig e o Minerva, que se distribuem às margens das rodovias federais, as BR 163, BR 267, BR 262, BR 376, BR 463, BR 487, BR 158 e BR 060, aproveitam-se ao máximo do que o Estado pode oferecer no que diz respeito à centralidade da localização. Ressalte-se que os fluxos globais de comércio da carne bovina, conectam-se por meio de navios, e a carne brasileira tem de ser escoada para os portos atlânticos. No caso do Mato Grosso do Sul, trata-se de adentrar os Estados de São Paulo ou Paraná, até os portos de Santos e Paranaguá, dois dos principais portos do país. Nesse contexto, os demais frigoríficos se espalham no território, assumindo uma posição de complementaridade, uma vez que todos os municípios sul-mato-grossenses são produtores de bovinos.

Figura 7 - Localização dos frigoríficos exportadores no Mato Grosso do Sul em 2017

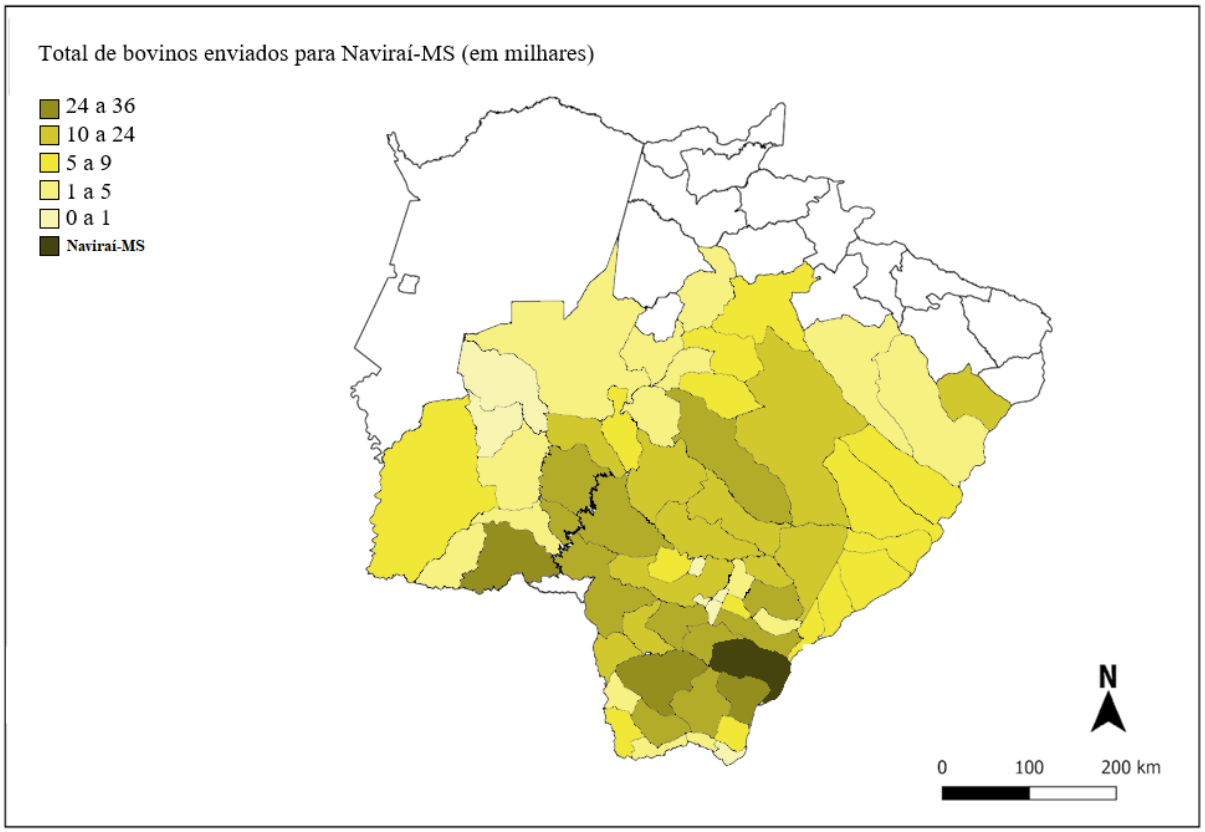


Base cartográfica: IBGE (2016)
Fonte dos dados: MAPA/DIPOA/SEMADE (2016)
Adaptação: Valdomiro Lima

Importante ressaltar que, mesmo onde a frigorificação industrial não chegou fisicamente, a categoria circuito espacial de produção nos ajuda e compreender que em cada etapa da produção ocorre um processo de conexão entre os diferentes lugares. A tecnificação do território, os avanços nos sistemas de objetos ligados ao transporte e à comunicação de longa distância permitiram a especialização dos lugares, no contexto da Divisão Internacional do Trabalho (DIT). A título de exemplo, é possível rastrear o histórico de criação de um bovino criado numa propriedade rural em Porto Murtinho, extremo oeste do Estado, o qual terá um corte comercializados em Dourados, cidade localizada na porção sul do Mato Grosso do Sul e cujo processamento se deu num frigorífico instalado em Ponta Porã.

Neste sentido, a título de exemplificação, na Figura 8 temos uma representação do fluxo de animais de vários municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, destinados ao abate no município de Naviraí.

Figura 8 - Trânsito de bovinos para o município de Naviraí (MS) em 2008



Fonte: CAPANEMA (2010)
Adaptação: Valdomiro Lima

O setor cárneo brasileiro vivenciou, na década final do século XX e na primeira década do século XXI, o seu processo de internacionalização, no caso a formação de frigoríficos exportadores, alguns deles configurando-se como *Global Players*, casos das empresas

frigoríficas de carne bovina JBS, Minerva e Marfrig. Todas elas, com aportes financeiros do BNDES e, apoiadas num histórico de produção pecuária, numa configuração de organizações sociais e entidades de classe, em pesquisas realizadas em institutos técnicos e em iniciativas políticas dos órgãos de comércio exterior do país, e na própria articulação e troca de informações, uma rede de conexão entre as empresas conectadas ao setor (transportes, genética, fármacos, etc.), adotaram uma postura mais agressiva no mercado mundial de proteína animal.

A participação desses agentes citados acima no processo de internacionalização, insere-se no contexto daquilo que Milton Santos chamou de círculos de cooperação. É do autor a concepção de que o movimento dinâmico que resulta da articulação entre a segmentação territorial do trabalho e o processo de circulação é determinado também pelos fluxos imateriais, ou seja, pelos círculos de cooperação, que se associam aos circuitos espaciais. O autor dizia que tais fluxos cumpriam o papel de "inteligência do capital". Aqui entra, e consideramos isso absolutamente relevante, as articulações de políticos mais ligados ao campo progressista, mais favoráveis às intervenções estatais no processo de desenvolvimento. Especialmente nos anos do Governo Lula, a atuação do Estado brasileiro foi sempre no sentido de dar competitividade e grandeza às nossas empresas exportadoras.

Ressalte-se neste contexto, as instituições que contribuem para dinamizar tanto a produção quanto a exportação. Notadamente, o poder público federal por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), das Universidades Federais da Grande Dourados (UFGD), do Mato Grosso do Sul (UFMS) e do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS), bem como o governo estadual por meio das Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINFRA), da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEMADE), da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), dentre outras, todas estas instituições contribuem de maneira relevante para que o Estado seja referência mundial no processo produtivo de carne bovina, da criação à exportação.

Ressalte-se ainda, as atividades de organizações do setor privado como a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), e que engloba o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), além de associações de classe como os Sindicatos Rurais dos municípios, dentre outros, esse conjunto de instituições inserem-se no contexto de tecnificação do agronegócio sul-mato-grossense e brasileiro, criando as condições e influindo diretamente na reestruturação dos frigoríficos aqui instalados.

A ABIEC, segundo informações da própria[33],reúne trinta empresas do setor cárneo do país, responsáveis por 90% da carne negociada para mercados internacionais. Sua criação insere-se no contexto da necessidade de uma atuação mais ativa no segmento de exportação de carne bovina no Brasil, por meio da defesa dos interesses do setor junto aos demais sujeitos do processo econômico e político brasileiros, além da ampliação dos esforços para redução de barreiras comerciais e promoção dos produtos nacionais. Atua a favor da cadeia produtiva da carne bovina e especialmente dos frigoríficos exportadores.

No caso do Mato Grosso do Sul, as três maiores empresas frigoríficas exportadoras, as multinacionais JBS, Minerva e Marfrig, são associadas à ABIEC. O Senhor Antônio Jorge Camardelli, presidente da entidade, afirmou recentemente, em entrevista[34] ao periódico "Valor Econômico", que a busca por novos mercados estará no horizonte da entidade para este ano, como Coreia do Sul, Taiwan, Indonésia, Canadá, México e Japão. Também trabalham para ampliar a presença da carne brasileira nos Estados Unidos e na União Europeia. Quando se considera que, dos mais de dez milhões de toneladas[35] de carne bovina produzidas, aproximadamente apenas 20% são negociados para dezenas de países em todo o mundo, esse horizonte afigura-se bastante amplo.

Se houver de fato a retomada do crescimento econômico brasileiro, uma eventual melhora dos indicadores de emprego e renda poderá impactar diretamente o consumo das famílias. Considerando-se que, de acordo com o IBGE (2017)[36], 80% da carne brasileira é destinada ao mercado interno, desenha-se um cenário de crescimento para o setor. Indo além, no contexto da crescente demanda global por proteína animal (especialmente a China), e ainda, considerando-se a evolução histórica das exportações brasileiras de carne bovina, pode-se inferir um fortalecimento das empresas frigoríficas exportadoras.

O Quadro 3, ao apresentar os números de exportação brasileira de carne bovina, evidencia também o impacto das crises econômicas, externas ou internas, no mercado da carne bovina. Os anos de 2006 (febre aftosa), 2009 (crise financeira global) e 2016 (crise político-econômica no Brasil), apresentam em seus respectivos números, o impacto nas exportações.

[33] Disponível em: < http://www.abiec.com.br/Historico.aspx> Acessado em 22 de outubro de 2017.
[34] Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/5201229/apesar-de-embargos-russia-depende-de-carnes-do-brasil> Acessado em 22 de novembro de 2017
[35] IBGE (2017) Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Pecuaria/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2016/abate-leite-couro- ovos_201604caderno.pdf> Acessado em 19 de dezembro de 2017.
[36] Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/tab5.shtm> Acessado em 18 de dezembro de 2017.

Quadro 3 - Exportações brasileiras de carne bovina entre 2006 e 2016

Ano	Faturamento (milhões US$)	Volume (em toneladas)
2006	3.943	1.526.941
2007	4.456	1.618.460
2008	5.413	1.386.661
2009	4.155	1.246.501
2010	4.825	1.232.631
2011	5.378	1.097.947
2012	5.772	1.244.735
2013	6.711	1.512.587
2014	7.250	1.574.926
2015	5.938	1.399.259
2016	5.515	1.400.485

Fonte: ABIEC/SISCOMEX

Também fica evidente que as políticas de incentivo às empresas brasileiras no sentido de buscar a internacionalização deram resultado. No caso dos frigoríficos, a partir de 2006, verifica-se um crescimento constante no volume das exportações, mesmo considerando-se as oscilações já citadas anteriormente. Também importante, as políticas sociais implementadas nos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva, ao aumentar o poder de compra da população, contribuíram para o fortalecimento do mercado interno da carne bovina, conforme já foi demonstrado nos Gráficos 1 e 2.

As exportações sul-mato-grossenses de carne bovina apresentaram resultados similares aos nacionais, conforme pode ser observado no Quadro 4. Segundo estudo[37] divulgado pela FAMASUL, o setor de carnes respondeu por 20,24% do volume de exportações do Mato Grosso do Sul no ano de 2016.

A história econômica do Mato Grosso do Sul sempre esteve fortemente relacionada às atividades agropecuárias ou extrativistas. Notadamente a pecuária funcionou desde os primórdios como um fator de ocupação, quando da colonização luso-brasileira do território. Além disso, o Mato Grosso do Sul tende a produzir para consumo externo, para outros Estados ou para outros países, numa relação de dependência que deixa o Estado vulnerável economicamente às oscilações do mercado tanto interno quanto externo.

[37] Disponível em: http://portal.sistemafamasul.com.br/infoagro-levantamento-do-sistema-famasul- apresenta-serie-historica-dos-ultimos-40-anos/ Acessado em 20 de novembro de 2017.

Quadro 4 - Exportações sul-mato-grossenses de carne bovina entre 2006 e 2016[38]

Ano	Faturamento (milhões US$)	Volume (milhões de toneladas)
2006	54	26
2007	83	39
2008	387	105
2009	391	130
2010	448	118
2011	391	85
2012	551	124
2013	661	155
2014	739	165
2015	497	121
2016	463	120

Fonte: SISCOMEX/FAMASUL
Organização: Valdomiro Lima

No conjunto das exportações sul-mato-grossenses no ano de 2016, segundo o já citado estudo[39] divulgado pela FAMASUL, dentre os seis principais produtos comercializados, os cinco primeiros têm ligação com o setor do agronegócio (são eles, o complexo soja, produtos florestais, carnes, complexo sucroenergético, cereais/milho e minérios). E a carne bovina, por meio da pecuária e, fundamentalmente, por meio da tecnificação dos processos frigoríficos, tem relevância, além de histórico-social, na composição econômica do Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, no contexto do processo de frigorificação e, mais recentemente, da internacionalização dos frigoríficos brasileiros, trataremos a respeito das três grandes empresas do setor cárneo, os grandes frigoríficos exportadores se destacam no Mato Grosso do Sul. Ressalte-se que esta abordagem tem, essencialmente, a intenção de evidenciar o crescimento dessas empresas no competitivo mercado mundial de exportações e abrir caminho para a análise dos demais frigoríficos, no contexto de nossa hipótese de reestruturação industrial também das empresas de menor porte que atuam no Mato Grosso do Sul.

[38] Números aproximados, devido a variações de pequena monta na consolidação de dados com base nas fontes consultadas.
[39] Disponível em: <http://portal.sistemafamasul.com.br/infoagro-levantamento-do-sistema-famasul- apresenta-serie-historica-dos-ultimos-40-anos/> Acessado em 20 de novembro de 2017.

3.2 - Frigoríficos internacionalizados exportadores que atuam no Mato Grosso do Sul

No contexto da frigorificação sul-mato-grossense, destacam-se as empresas internacionalizadas, que se estabeleceram interna e mundialmente, no competitivo mercado mundial da carne bovina. Os próximos itens, trataremos das empresas frigoríficas exportadoras que atuam no Mato Grosso do Sul, JBS, Marfrig e Minerva.

3.2.1 - JBS *Foods*

No processo de constituição da *holding* J&F, o frigorífico JBS detém o princípio da centralidade. Segundo Spohr e Silveira (2010), a empresa foi a primeira a atuar no ramo frigorífico em Anápolis, interior de Goiás. Por meio de aquisições, geralmente feitas aproveitando-se do mau momento de empresas bem colocadas no mercado, a empresa criada por José Batista Sobrinho, cujas iniciais compõem a sigla atual do grupo, se desenvolveu fornecendo carne a empreiteiras que construíram Brasília e fez sua primeira aquisição de uma planta frigorífica em 1970, na cidade de Formosa (GO).

Em 1980, Segundo Galera (2011), a empresa se expande e adquire a segunda planta frigorífica, em Planaltina (DF), logo vendida. Em 1988, adquire um abatedouro em Luziânia (GO) que dispunha de uma estrutura de graxaria, o que viabilizaria o surgimento da empresa de higiene e beleza, "Flora", batizada com o nome da esposa de Sobrinho. As iniciais de José e Flora também formariam o nome da *holding* da família, a J&F.

Até os anos 1980, segundo a publicação "Valor Econômico", a JBS era considerada uma empresa de pequeno porte, que abatia menos de 500 cabeças de gado por dia em seus dois frigoríficos[40]. Era a época do domínio dos Frigoríficos Bordon, Anglo, Swift, Kaiowa, que se aproveitaram do primeiro momento importante das exportações brasileiras em 1982, quando eclodiu a Guerra das Malvinas em 1982, e os tradicionais frigoríficos argentinos perderam espaço na Europa. Os anos seguintes, no entanto, a sequência de planos econômicos[41] criou enormes dificuldades aos frigoríficos.

Em 1993, o Friboi (JBS) fez um acordo com o frigorífico Bordon, um arrendamento com opção de compra do frigorífico de Anápolis. Foi a primeira grande unidade da JBS, com potencial para abater 1,2 mil cabeças. Em sequência, adquiriu em 1995 o frigorífico Anglo em

[40] Disponível em: < http://www.valor.com.br/especial/jbsl> Acessado em 20 de agosto de 2017.
[41] Planos Cruzado I (1986) e II (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989) e Planos Collor I (1990) e II (1991).

Goiânia.

No contexto do câmbio valorizado, durante o Plano Real (1994), era uma vantagem para o Friboi ser um frigorífico regional que vendia exclusivamente no mercado interno. Quem atuava no mercado externo, além das dificuldades com o câmbio valorizado, era submetido a controles mais rígidos em seus mercados no exterior, e encontrava dificuldades para concorrer localmente devido à alta informalidade fiscal e sanitária do setor.

O Friboi (JBS) teve acesso ao primeiro financiamento público por meio do BNDES em 1997, ao adquirir um frigorífico em Barra do Garças (MT). Este pode, segundo Galera (2011), ser considerado um marco, uma vez que o Mato Grosso detém o maior rebanho bovino do país. Em 1999, a JBS Friboi arrenda uma unidade frigorífica em Andradina (SP), cidade onde estabeleceu sua matriz até 2004, quando o grupo migrou para São Paulo ao adquirir o frigorífico Bordon.

A partir de 2003, uma série de problemas sanitários na Europa e nos vizinhos sul-americanos, favoreceram a entrada da carne brasileira no exterior. O acesso aos bancos, que era, segundo Benites (2000), um problema para os insolventes frigoríficos do passado, foi conseguido pela JBS, utilizando-se da estratégia de contratação de executivos, estrangeiros inclusive, oriundos do mercado financeiro, ou que tenham trabalhado na área em algum órgão público da área (o ex-Presidente do Banco Central na gestão do Presidente Lula e ex-Ministro da Fazenda do governo Temer, Henrique Meirelles é um bom exemplo, foi executivo do Banco de Boston e da própria JBS), objetivando viabilizar e dinamizar as relações do grupo com outras empresas e governos do mundo.

Além disto, ainda nos anos 1990, em 1996 a Lei Kandir isentou as exportações da cobrança de ICMS, um dos tributos tradicionalmente mais sonegados. A partir dali, as exportações passaram a gerar créditos tributários com o governo. Exportar, portanto, passou a ser economicamente viável para as empresas brasileiras.

As vendas externas ganharam maior dimensão com o fim da âncora cambial e o expressivo crescimento das exportações brasileiras a partir de 2002 acabou por estimular a formalização e o aprimoramento das práticas sanitárias para viabilizar a venda de carne para países com fiscalização mais rigorosa.

Do ponto de vista do Estado, as estratégias passaram por alterações na legislação, como o fim liminar do Funrural[42], a nota fiscal eletrônica, a isenção de PIS e COFINS nos produtos

[42] O fim da contribuição era um pedido histórico dos produtores. A questão, no entanto, não tem ainda uma decisão definitiva. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/09/12/proibicao-de-cobranca-retroativa-do-funrural-e-promulgada>. Acessado em 20 de julho de 2018.

cárneos, isto, aliados à não cobrança de ICMS sobre as exportações, contribuem para explicar a inserção da carne brasileira nos mais variados mercados do mundo.

Do ponto de vista do mercado, a abertura de capital de empresas frigoríficas em bolsa na segunda metade dos anos 2000 foi, segundo Spohr e Silveira (2010), o ponto de mutação no processo de pavimentação do caminho rumo ao mercado internacional.

A JBS, segundo Spohr e Silveira (2010), foi pioneira dentre os frigoríficos brasileiros a se configurar como uma multinacional realizando, em meados da década de 2000, investimentos diretos no estrangeiro e na emissão de títulos de dívidas no exterior. Esse percurso posteriormente foi feito pelos frigoríficos Marfrig, Minerva, Bertin e Independência. Os dois últimos entraram posteriormente, no rol de aquisições da JBS.

O sucesso da JBS no mercado financeiro foi uma das bases para seu crescimento. Uma estratégia que deu muito certo. O grupo foi o primeiro frigorífico de carne bovina a estruturar uma mesa de operações de *hedge* cambial. O crescimento de uma empresa oriunda do interior de Goiás, de um setor que historicamente sempre foi marcado pelo baixo incremento tecnológico e que, por meio da inserção de novas práticas de gestão e de inovações técnicas, promoveu mudanças em seus processos produtivos, se reestruturou e alcançou a internacionalização, demonstra explicitamente o que Milton Santos quis dizer com meio técnico científico informacional. Pode até não parecer, mas ainda estamos falando de carne bovina.

Durante a década de 2000 o Frigorífico JBS tornou-se o maior do país em carne bovina, com vendas de R$ 3,7 bilhões anuais em 2004. Em 2011, chegaram a R$ 61,8 bilhões. Em 2005, conforme Galera (2011), a JBS fez o que nenhum outro frigorífico brasileiro havia feito, adquirir por US$ 85 milhões a tradicional indústria argentina *Swift Armour*, internacionalizando-se, com o fundamental apoio estatal por meio de empréstimo do BNDES, no contexto da política industrial do governo Luiz Inácio Lula da Silva[43].

Em 2007, ano em que a empresa abriu seu capital e vendeu ações na bolsa de valores, a JBS inicia um processo de aquisições, já no contexto da internacionalização, adquirindo unidades da Swift australiana e norte-americana, passando a operar com suínos e ovinos.

A partir da segunda metade da década de 2000, a JBS assume as feições de um conglomerado, atuando nos maiores mercados do mundo, e não apenas exportando, como era a tradição brasileira, mas atuando de forma a assumir o controle do mercado interno de carne bovina em países como a Argentina, o Uruguai, os EUA e a Austrália.

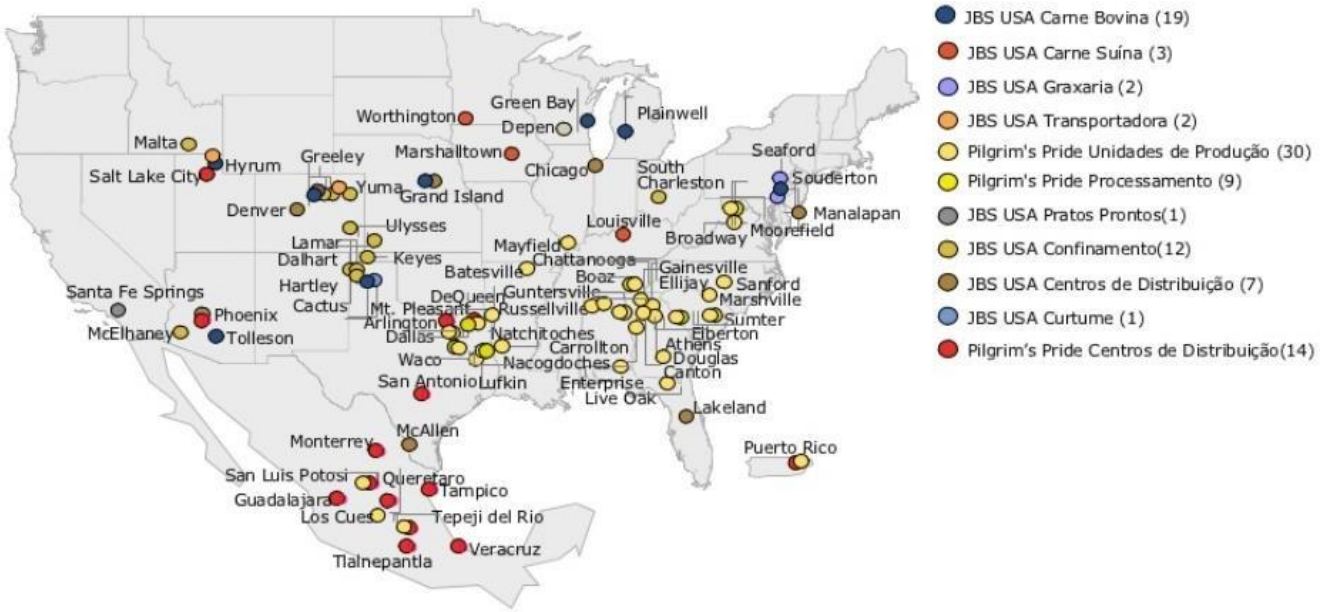
[43] Para maiores esclarecimentos sobre política industrial brasileira e o uso de fundos públicos, consultar Silva (2016). Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOUTORADO-GEOGRAFIA/Tese.pdf>. Acessado em 20 de setembro de 2018.

Nos EUA, aproveitando-se da crise financeira que assolou o país em 2008, a JBS, segundo Spohr e Silveira (2010), alocou recursos em frigoríficos de aves, de bovinos e de suínos, além de atuar na área de logística (Figura 9). As operações adquiridas envolveram empresas que atuavam também no México e em Porto Rico.

A entrada da JBS no mercado produtor de carne bovina nos Estados Unidos é um marco histórico na relação comercial com o Brasil. Notadamente, o comércio entre os dois países sempre se mostrou vantajoso tecnológica e financeiramente aos americanos. Isso muda a partir do projeto de internacionalização da empresa e dos aportes do BNDES.

Ao adquirir a Swift Argentina, a JBS começou a vencer uma forte concorrência com os frigoríficos americanos pelo domínio do setor na América Latina. Segundo Spohr e Silveira (2010), ao ingressar no território norte-americano, com suas modernas técnicas de gestão e sua conhecida agressividade nos negócios, mostrou-se mais competente a ponto de ameaçar dominar o mercado interno daquele país, levando os órgãos de justiça e controle a agir para evitar o evidente monopólio que se configurava.

Figura 9 - *Swift e Pilgrim's Pride* (JBS) nos EUA



Fonte: JBS (2017)

Apesar do foco principal estar voltado ao exterior, a JBS continuou aproveitando as oportunidades que apareceram no mercado interno. Em 2013, adquiriu a Seara, então controlada pelo Frigorífico Marfrig, passando a competir diretamente com a BFR, controladora das marcas Perdigão e Sadia.

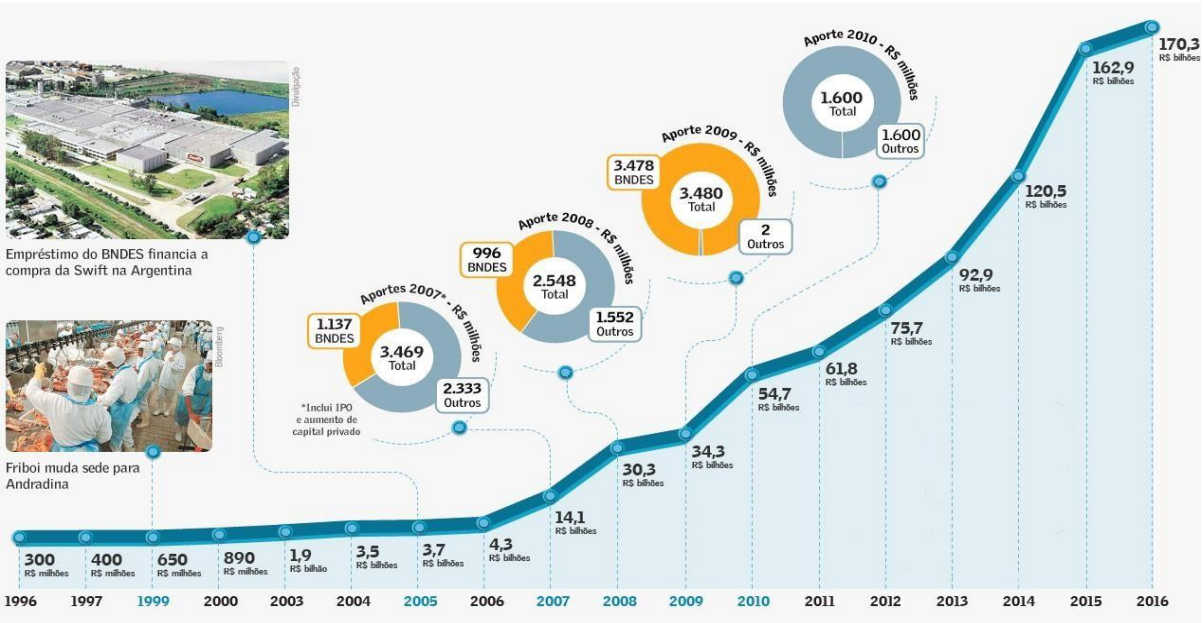
Em 2015 ocorre a última grande aquisição da JBS, ao adquirir a *Primo Smallgoods* na

Austrália, a operação de suínos da *Cargill* nos EUA e a *Moy Park* na Irlanda, abrindo possibilidades futuras no continente Europeu.

O papel do BNDES na internacionalização de empresas brasileiras pode ser considerado estratégico para crescimento e internacionalização da JBS. O banco passou a atuar por aporte de capital por meio do BNDESPpar, tornando-se sócio dos mais variados tipos de negócio. No caso da compra do frigorífico argentino, havia o interesse de empresas norte-americanas que pretendiam se expandir por toda a América Latina. A política industrial dos governos petistas, especialmente entre 2005 e 20015, de fortalecimento das empresas nacionais, por meio da criação de um ambiente propício à internacionalização, fomentando técnica, tecnológica, política e financeiramente o referido processo, foi decisiva na constituição dos *Global Players* brasileiros de carne bovina.

A figura 10 apresenta a evolução da receita da JBS na última década e oferece uma perspectiva do potencial de crescimento do setor frigorífico nacional. A nosso ver, era uma questão ligada à ideologia agrário-exportadora de produtos primários, nossa história e tradição comercial. À medida em que se juntaram um frigorífico e um banco, um ente privado e um estatal, com interesses coincidentes, a parceria produziu um caso de sucesso, traçou uma trilha por onde outras companhias podem seguir. Importante ressaltar aqui, que os limites estão na política. As empresas, normalmente tem menos dificuldade em aceitar novidades como essa, da internacionalização.

Figura 10 - Evolução da Receita Líquida da JBS (1996-2016)



Fonte: Valor Econômico (2017)

Outro aspecto a ser ressaltado na atuação da JBS, por meio da *holding* J&F, foi a aquisição das empresas fora do ramo cárneo, conforme pode ser visualizado no Quadro 5. Tais operações nem sempre contaram com o apoio direto do BNDES, mas faziam parte do projeto de criação de um conglomerado de nível global.

Podemos dizer que o pensamento de Ignácio Rangel, as fases depressivas dos ciclos econômicos, se materializou nas ações de crescimento da companhia frigorífica JBS, alocando recursos em áreas com capacidade ociosa. Uma das principais estratégias de mercado mais utilizada pela empresa, foi a de se adquirir plantas industriais de empresas que enfrentavam dificuldades, que tinham potencial de crescimento, mas eventualmente sem capacidade de fazer os investimentos necessários.

Quadro 5 - Empresas adquiridas pela J&F fora do setor cárneo

Empresa	Incorporação à J&F	Ramo
flora	1980	Higiene e limpeza
Banco ORIGINAL	2008	Financeiro
Eldorado Brasil	2010	Papel e celulose
VIGOR ALIMENTOS	2012	Lácteos
CANALRURAL A força do campo	2013	Comunicações
ALPARGATAS	2015	Vestuário

Fonte: JBS (2017)
Adaptado por: Valdomiro Lima

Envolvida em investigações do Ministério Público Federal a respeito de pagamento de

vantagens a políticos e agentes públicos, a imprensa noticiou[44] que a companhia resolveu se desfazer progressivamente dessas empresas citadas no Quadro 5, de forma a se concentrar no seu setor de origem, no caso, apenas na JBS.

Importante ressaltar que, no contexto das atuais acusações de corrupção[45], o porte da JBS já em 2005 justificava a parceria com o BNDES. Isto e o projeto de internacionalização que a empresa tinha, já formavam o lastro necessário para as pretensões de crescimento da empresa. A atuação do banco estatal no processo de internacionalização de empresas brasileiras daria um capítulo à parte, talvez até mesmo um texto completo. A princípio, não nos parece correto a argumentação, em tom acusatório, de que o objetivo do banco era criar "campeãs nacionais". As operações levadas adiante pela instituição pretendiam, isto sim, fortalecer empresas brasileiras aqui e principalmente no exterior, era uma ação estratégica ligada ao projeto de crescimento econômico brasileiro.

Em recente entrevista ao portal Agência Brasil[46], Luciano Coutinho, que presidiu o BNDES entre 2007 e 2016, afirmou, em relação ao perfil mais desenvolvimentista do banco no período, que a base teórica já existia dentro do banco desde antes do governo Lula, mas ganhou força após sua eleição. Era preciso fomentar a internacionalização das empresas brasileiras. Havia a leitura de que empresas multinacionais têm acesso a mercados mais competitivos e que existe transferência de conhecimento e de melhores práticas também para a gestão das companhias nacionais. Os relatórios que tratam das operações do banco indicam que toda empresa, com lastro financeiro e *know-how* em alguma área produtiva, e que tivesse um projeto que se enquadrasse nas regras, teve acesso aos recursos. A JBS foi, segundo Coutinho, e apesar do volume da parceria, apenas mais uma.

Coutinho parece ter razão, ao menos entre os frigoríficos. Entre 2007 e 2012, a BNDESPar deu apoio financeiro a outras empresas do setor, como a Marfrig e a BRF, também empresas do ramo alimentício, que tencionavam a internacionalização. Além da operação em si, o papel do banco de fomento brasileiro foi de desenvolver o mercado de capitais brasileiro, fortalecido pelas negociações de ações de empresas internacionalizadas na bolsa brasileira.

Em recente audiência pública no Congresso Nacional[47], o ex-presidente do BNDES,

---

[44] Disponível em: < http://www.valor.com.br/agro/5011636/jbs-poe-mais-ativos-venda-e-atrai-grupo- chinês> Acessado em 25 de agosto de 2017.

[45] A JBS foi acusada, no conjunto das investigações da chamada "Operação Lava-Jato", de financiar políticos, partidos e agentes de Estado para obter vantagens legais e acesso mais facilitado aos recursos do BNDES.

[46] Disponível em: < http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-10/luciano-coutinho-nega-uso- do-bndes-para-negociar-contribuições-politicas>. Acessado em 25 de outubro de 2017.

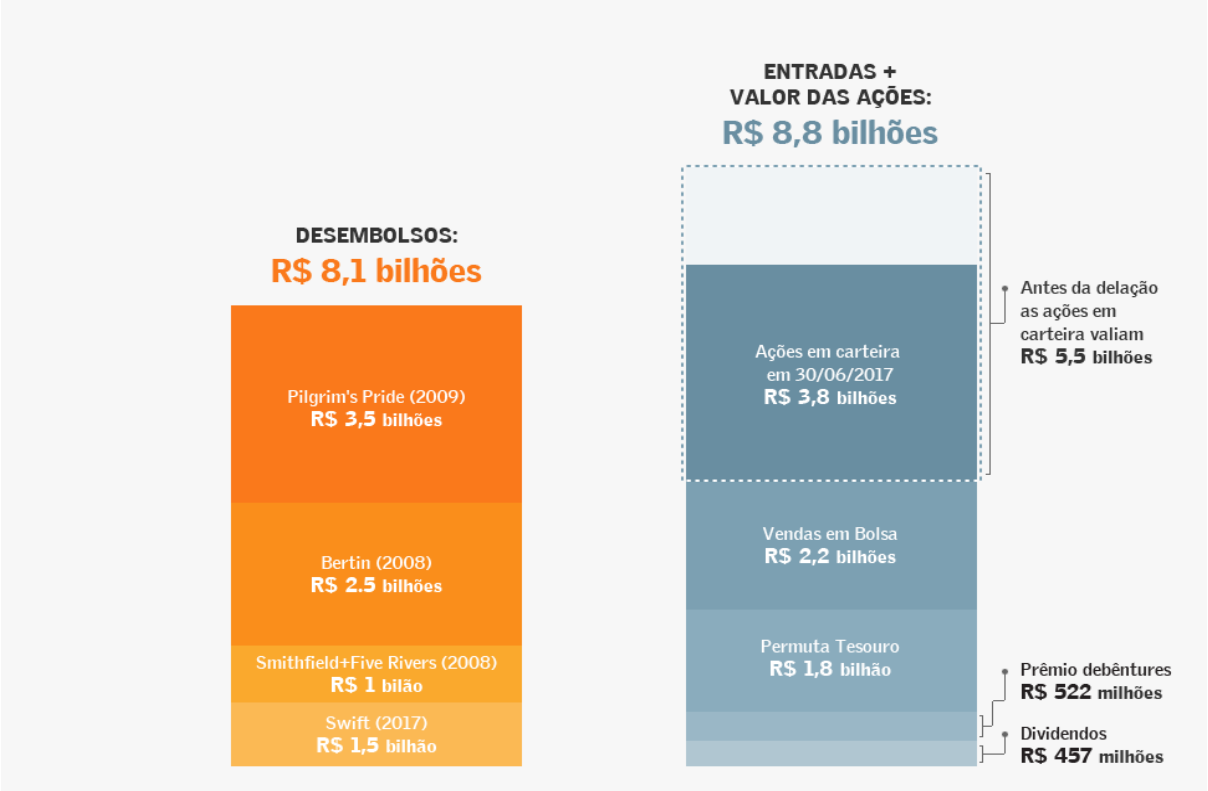
[47] Disponível em: < http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-10/luciano-coutinho-nega-uso- do-bndes-para-negociar-contribuições-politicas>. Acessado em 25 de outubro de 2017.

Luciano Coutinho, ressaltou o rigor de procedimentos técnicos adotados quando da análise de projeto. Segundo ele, toda decisão é colegiada e uma influência externa é improvável.

A cúpula da JBS, os irmãos Batista, participaram no ano de 2017 de ações de colaboração com a justiça, e negociaram acordos de leniência para dirimir eventuais suspeitas em suas operações. O desempenho da empresa, antes de divulgadas as operações policiais e dos processos movidos por procuradores federais, garantia o retorno satisfatório ao BNDES, conforme pode ser visto na figura 11.

Considerando-se o movimento da JBS em se desfazer de ativos em outras áreas e mesmo a venda de unidades frigoríficas adquiridas no exterior, é possível que a empresa cumpra os compromissos assumidos com o banco estatal, uma vez que o seu desempenho no setor cárneo continua lucrativo.

Figura 11 - Retorno do BNDES com investimentos na JBS



Fonte: Valor Econômico (2017)

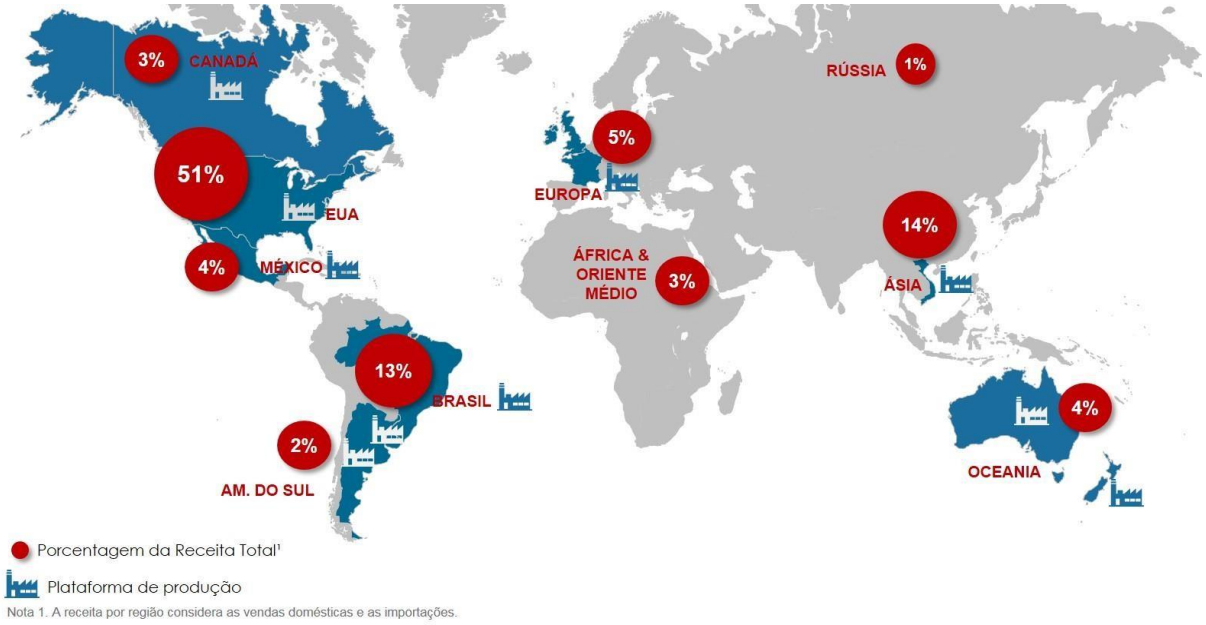
Segundo relatório de resultados divulgado pela empresa, as vendas da JBS em 2016 ultrapassaram R$ 170 bilhões. A internacionalização da empresa[48], segundo Galera (2011) foi

[48] Disponível em: <http://jbss.infoinvest.com.br/ptb/3987/RAdm_DF_ParecerComAud.pdf> Acessado em 22 de dezembro de 2017

decisiva neste processo.

Ao observarmos a figura 12, podemos perceber a dimensão desse processo de internacionalização. As informações repassadas aos acionistas sobre seus resultados demonstram que a empresa de fato se configurou como um dos *Global Players*, objetivo tanto da empresa como do governo brasileiro, entre os anos de 2003 e 2015, conforme objetivos da política industrial capitaneada pelo Estado no período.

Figura 12 - JBS no mundo em 2016/2017



Fonte: JBS (2017)

No Mato Grosso do Sul, a empresa opera com nove plantas, com capacidade de abate de aproximadamente 10 mil cabeças ao dia, conforme pode ser visualizado na Tabela 3. As unidades estão distribuídas estrategicamente às margens das principais rodovias do Estado, objetivando o menor custo logístico, conforme pôde ser visualizado na Figura 7. Campo Grande tem 3 unidades. As outras ficam em Anastácio, Cassilândia, Coxim, Naviraí, Nova Andradina e Ponta Porã.

No geral, o Estado responde por aproximadamente 25% da produção de carne bovina da empresa no Brasil. Além disto, a produção pecuária sul-mato-grossense é considerada de alta qualidade. Segundo a publicação Valor Econômico[49], o Estado é o que mais castra bovinos, o que torna a carne muito mais macia durante o crescimento animal. Os animais abatidos no

[49] Disponível em: < http://www.valor.com.br/agro/5162708/queda-de-braco-em-ms-pode-ter-reflexos-importantes-para-jbs> Acessado em 22 de outubro de 2017.

Estado são fundamentais às exportações da empresa, especialmente no contexto dos negócios com a União Europeia e seus rígidos padrões de sanidade animal e de qualidade da carne bovina. Além disso, as unidades da empresa no Estado estão entre as mais lucrativas do país, ainda segundo a mesma reportagem.

A JBS, segundo Galera (2011), se instalou em Mato Grosso do Sul no ano de 2004, inaugurando uma unidade frigorífica em Campo Grande. Quando da aquisição do Frigorífico Bertin, em 2009, assume a unidade de Naviraí. Na década de 2000, continuou comprando plantas frigoríficas já instaladas nos demais municípios e se tornou a maior empresa frigorífica de carne bovina do Estado.

Dada a formação socioespacial do Mato Grosso do Sul, a atuação das empresas frigoríficas adquire um aspecto de relevância em vários sentidos. Um deles é o significado tecnológico, uma vez que empresas exportadoras forçam o incremento na produção em todos os seus estágios. Outro é na arrecadação de impostos por parte do governo e na demanda por serviços, como os transportes, por exemplo. Outro aspecto fundamental diz respeito à geração de empregos diretos e indiretos.

Historicamente, o emprego no Estado sempre esteve relacionado ao setor agropecuário. No início, o trabalho nas fazendas de gado, no manejo e no transporte de animais, eram as únicas alternativas de se ter alguma renda, especialmente nos municípios do interior. Atualmente, apesar dos salários seguirem a média (baixa) do mercado, o emprego na indústria frigorífica acaba por ser atrativo, dada a realidade da vida no campo, e a crise do desemprego dos últimos dois anos, para boa parte dos sul-mato-grossenses.

É fato que a instalação de plantas industriais dos mais variados setores vem aos poucos modificando o perfil do emprego e do empregado. No entanto, é importante observar que majoritariamente, este processo não está a alterar a essência, que é a ligação com o mundo rural. A JBS gera algo em torno de 15 mil empregos diretos e estimados 60 mil indiretos, segundo a própria companhia.[50]

3.2.2 - Marfrig *Global Foods*

Diferentemente de JBS e Minerva, a Marfrig Global *Foods*, empresa frigorífica brasileira que exporta produtos para quatro continentes, fez um caminho diferente para se inserir

[50] Disponível em: <http://jbss.infoinvest.com.br/ptb/3987/RAdm_DF_ParecerComAud.pdf> Acessado em 22 de dezembro de 2017.

no ramo de proteína animal. A empresa não veio a partir do rural. Foi constituída como um frigorífico, atuando no varejo desde o início.

Segundo informações da própria empresa[51], possui 48 centros comerciais de produtos e de distribuição, tem confinamentos e diversas plantas de abate. Sua carne está presente em vários restaurantes, como as redes de churrasco Fogo de Chão e o McDonald's. Afirma ainda ser uma das maiores companhias de alimentos à base de proteína animal do mundo e uma das companhias brasileiras de alimentos mais internacionalizadas e diversificadas. Seus produtos, ainda segundo a própria empresa, são vendidos para grandes cadeias de restaurantes e supermercados, chegam à mesa de milhões de consumidores em torno de cem países, diariamente.

A Marfrig, segundo Galera (2011), iniciou um intenso processo de expansão no começo dos anos 2000, quando abriu o seu capital. Em 2007, realizou uma oferta inicial de ações no Novo Mercado da BM&F/BOVESPA abrindo capital e acelerando o processo de expansão. Em 2000 a Marfrig adquire uma unidade de processamento de carne bovina em Bataguassu (MS). Posteriormente, adquire outras unidades em Promissão (SP) e Paranatinga (MT) e Tangará da Serra (MT) e inicia as atividades de exportação.

Ao longo da década de 2000, segundo Galera (2011), a empresa continua adquirindo unidades de processamento de carne bovinas pelo país. Em 2006, acrescenta a de Mineiros (GO), a de Chupinguaia (RO), São Gabriel (RS) e Porto Murtinho (MS), além de outra unidade em Promissão (SP). Também passa a operar em outros países da América Latina por meio de aquisições da *Breeders and Packers* na Argentina, do Frigorífico Tacuarembó S.A. e da Inaler S.A. no Uruguai e de 50% da Quinto Cuarto S.A. no Chile.

Em 2007[52], a Marfrig adquire as marcas Kilo Certo e Pampeano, e inicia as operações de processamento e industrialização de carne suína por meio da aquisição do Frigorífico Mabella Ltda. No exterior, adquire os Frigoríficos Patagônia S.A. no Chile e o Frigorífico La Caballada no Uruguai, além da incorporação da Quickfood S.A. argentina.

O ritmo de aquisições se mantém em 2008[53] e a Marfrig adquire as empresas Moinhos Cruzeiro do Sul e Da Granja Agroindustrial, do segmento de aves. No setor de suínos, a empresa adquire a Carroll's *Foods* do Brasil e a CDB Meats, do ramo de alimentos no Reino Unido e a

[51] Disponível em: < http://www.marfrig.com.br/pt/marfrig-global-*foods*/a-empresa> Acessado em 22 de dezembro de 2017.
[52] Disponível em: <http://www.marfrig.com.br/pt/marfrig-global-*foods*/historia> Acessado em 23 de dezembro de 2017.
[53] Disponível em: <http://www.marfrig.com.br/pt/marfrig-global-*foods*/historia> Acessado em 23 de dezembro de 2017.

Moy Park, maior empresa norte-irlandesa, com produtos comercializados em toda a Europa. Em 2009 adquire a Seara Alimentos.

Em 2010, segundo Galera (2011), a companhia adquire a *Keystone Foods*, com atuação em produção, comercialização e distribuição de alimentos à base de carnes. No ano seguinte, 2011[54], a Marfrig inicia a exportação de carne suína para a China e cria a Marfrig *Beef*, segmento do setor de bovinos e ovinos no Brasil, Argentina e Uruguai. Em 2014, a empresa assume uma nova denominação, a Marfrig *Global Foods* S.A.

A Marfrig, no contexto da internacionalização, criou as divisões *Keystone Foods* e Marfrig *Beef*, numa estratégia de competição que caminha no sentido daquilo que Spohr e Silveira (2010) afirmam a respeito de empresas que buscam por meio de aquisições no mercado doméstico, depois em mercados emergentes e por fim, adquirindo empresas no mercado de países desenvolvidos.

3.2.2.1 - Divisão *Keystone Foods*

A *Keystone Foods* é, segundo a Marfrig[55], uma das empresas líderes globais na produção de alimentos processados de origem animal. Fundada em 1960 e adquirida em 2010, a empresa insere-se no contexto da internacionalização da indústria frigorífica brasileira e na estratégia da diversificação produtiva e agregação de valor ao produto de origem animal.

A *Keystone Foods* opera em quatorze unidades produtivas nos Estados Unidos, na China, na Malásia, na Tailândia, na Coreia e na Austrália, com capacidade de processar mais de 250 milhões de aves anualmente.

3.2.2.2 - Divisão Marfrig *Beef*

A outra divisão da Companhia Marfrig *Foods* é a Marfrig *Beef*[56], segundo a própria empresa, é uma das maiores produtoras de bovinos do mundo, com operações no Brasil, no Uruguai e no Chile. Tem 19 plantas industriais processadoras de bovinos no Brasil, no Uruguai e no Chile e tem capacidade de processar até 4,8 milhões de cabeças de gado.

Para Galera (2011) a Marfrig *Foods* inseriu em âmbito internacional da mesma

[54] Disponível em: <http://www.marfrig.com.br/pt/marfrig-global-*foods*/historia> Acessado em 23 de dezembro de 2017.
[55] Disponível em: <http://www.marfrig.com.br/pt/marfrig-global-*foods*/divisoes/keystone> Acessado em 23 de dezembro de 2017.
[56] Disponível em: < http://www.marfrig.com.br/pt/marfrig-global-*foods*/divisoes/*beef*> Acessado em 23 de dezembro de 2017.

maneira agressiva que a JBS, a mesma estratégia de internacionalização, avançando sobre empresas concorrentes que já existiam e tinham um mercado consumidor relativamente consolidado.

Tal processo de crescimento internacional desenvolveu-se num contexto de inserção competitiva das empresas brasileiras no mercado mundial, uma ideia levada a cabo fortemente no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), com ativa atuação do BNDES no financiamento dos grupos empresariais brasileiros no período.

Segundo Galera (2011), no Mato Grosso do Sul o grupo Marfrig *Foods* possuía, em 2011, três unidades de processamento no Estado, em Bataguassu, Paranaíba e Porto Murtinho que juntas possuem capacidade de abate de 1.850 cabeças ao dia, e empregam 2.400 funcionários. Entre aquele ano e 2016, com a justificativa de falta de bovinos, as atividades frigoríficas foram suspensas nos dois primeiros e mantidas apenas em Bataguassu.

No ano de 2017, uma retomada nas atividades parece ter tido início, com a reabertura da unidade de Paranaíba em setembro daquele ano e a formação de uma força tarefa entre governo do Estado, órgãos públicos, pecuaristas e associações corporativas ligadas ao agronegócio, objetivando a reabertura da unidade em Porto Murtinho. Geograficamente falando, pensamos ser importante ressaltar a estratégia de se utilizar o gado pantaneiro por meio de melhorias de um porto pecuário em Corumbá, além da compra de gado de fazendas paraguaias, e exportando via Chile, pela rodovia bi oceânica e via hidrovia Paraguai-Paraná. Trata-se do uso capitalista da fronteira como recurso estratégico para o desenvolvimento econômico das empresas exportadoras.

3.2.3 - Minerva *Foods*

O frigorífico Minerva, ou o Minerva *Foods*[57], como empresa se auto denomina, é um dos três maiores frigoríficos exportadores brasileiros. Internacionalizou-se, seguindo o percurso dos frigoríficos JBS e Marfrig, e tem unidades processadoras de carne bovina no Brasil, no Uruguai, no Paraguai, na Colômbia e na Argentina. Além de comercializar carne *in natura*, atua no setor de couros e derivados, no setor de carnes processadas e na exportação de gado vivo.

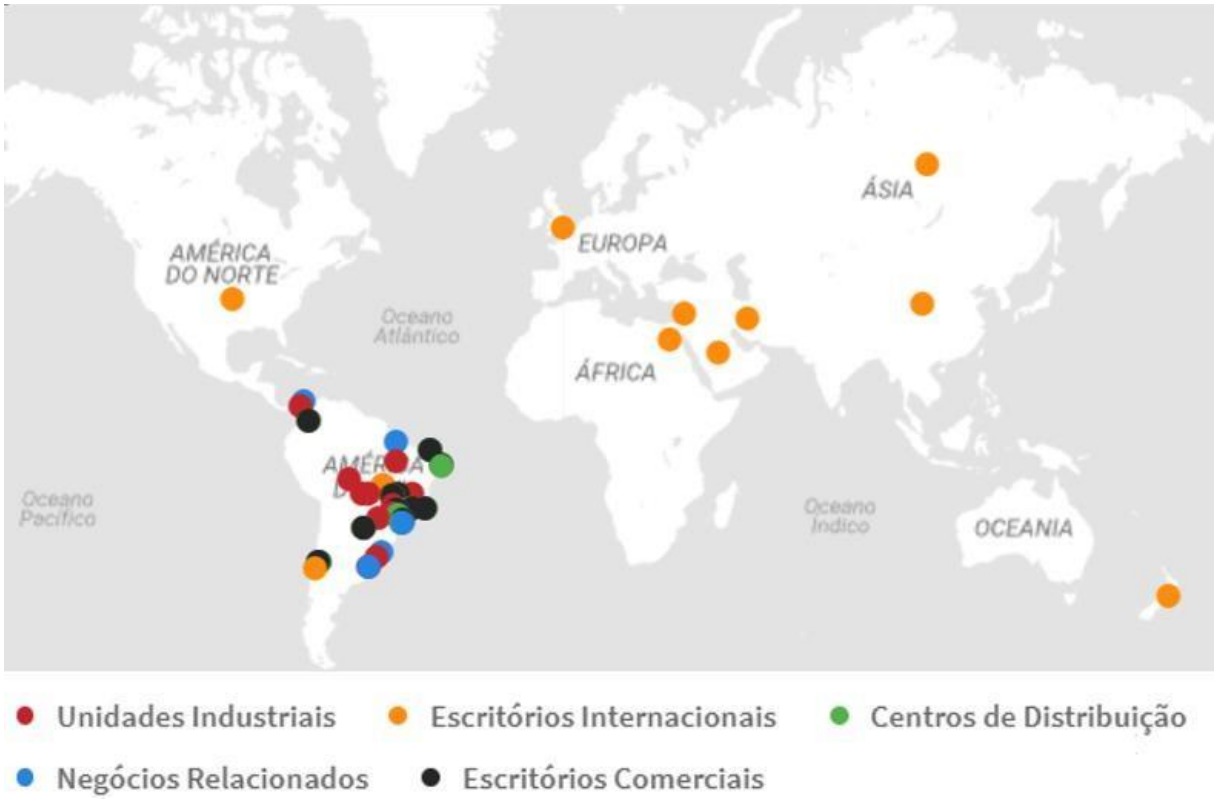
Segundo informações da própria empresa, a companhia também possui escritórios

[57] Disponível em: <http://portal.minerva*foods*.com/sobre-minerva-*foods*> Acessado em 22 de dezembro de 2017.

comerciais internacionais[58] na América Latina, EUA, África, Oriente Médio, Ásia, Europa e Oceania e conta com 26 plantas industriais[59], sendo 11 no Brasil, 6 no Paraguai, 3 no Uruguai, 1 na Colômbia e 5 na Argentina. Conta ainda com 14 centros de distribuição, localizados no Brasil, Paraguai, Colômbia, Chile e Argentina.

A Figura 13 permite visualizar a presença da Minerva *Foods* no Brasil e no mundo.

Figura 13 - Minerva *Foods* pelo mundo em 2017



Fonte: Minerva *Foods* (2017)

O frigorífico tem origem no ano de 1992 na cidade de Barretos – SP. Seus proprietários tem um histórico ligado às atividades de criação de gado e prestação de serviços de logística, transportando animais de fazendas para abatedouros[60].

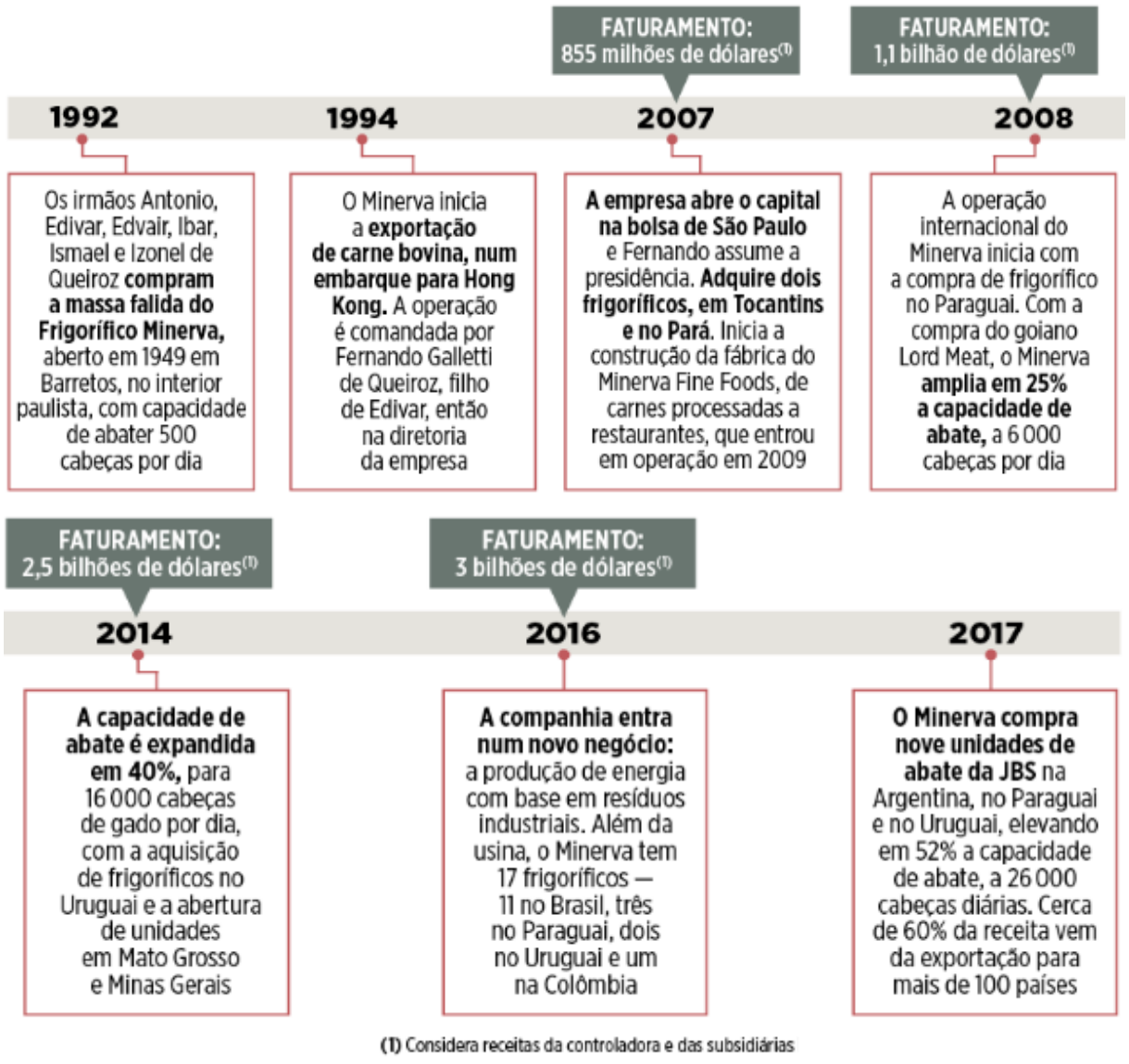
Ao longo das décadas de 1990 e 2000, conforme apresentado no Quadro 6, a empresa abre o capital e inicia um processo de diversificação, aquisições e internacionalização.

Ainda em 2017, a Minerva *Foods* inicia um processo de crescimento similar ao já

[58] Disponível em: <http://portal.minerva*foods*.com/escritorios-internacionais> Acessado em 22 de dezembro de 2017.
[59] Disponível em: <http://portal.minerva*foods*.com/unidades-industriais> Acessado em 22 de dezembro de 2017.
[60] Disponível em: <http://portal.minerva*foods*.com/sobre-minerva-*foods*#historia> Acessado em 22 de dezembro de 2017.

empreendido pelas outras duas gigantes, JBS e Marfrig, com a retomada das atividades do Frigorífico de Mirassol D'Oeste-MT e Bataiporã-MS. E já no contexto da reestruturação e reposicionamento da J&F no mercado da carne bovina, no ano de 2017, o Minerva comprou toda a operação de abate da JBS no Mercosul, mais um passo no sentido da internacionalização.

Quadro 6 - Trajetória da Companhia Frigorífica Minerva *Foods*



Fonte: Exame (2017)

Segundo reportagem da publicação Exame[61], a aquisição permitirá ao Minerva abater 26000 animais por dia, com perspectivas de aumento de faturamento de 30%. Ainda segundo o

[61] Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/chegou-a-vez-dele/> Acessado em 22 de dezembro de 2017.

periódico, o grupo atua sem recorrer aos empréstimos do BNDES, de maneira menos volátil, com mais lastro financeiro quando comparada às trajetórias de JBS e Marfrig.

Os avanços do Minerva sobre o patrimônio da JBS vêm no contexto da retirada estratégica do grupo J&F de setores e países em que tinha se adentrado durante o seu rápido crescimento, marcado pelos empréstimos subsidiados pelo BNDES. Além disso, aproveita-se do momento delicado do Marfrig, segundo maior produtor de carne bovina do país e que se envolveu na última década com o setor de abate de aves e suínos, investindo também em comida processada e que, por problemas financeiros está renegociando dívidas junto ao BNDES e saindo lentamente de balancetes deficitários nos últimos anos.

A internacionalização das atividades do grupo Minerva vai, no entanto, aumentar a sua dependência de mercados de países desenvolvidos, como o dos EUA ou o da UE, o que deixará a empresa, assim como as suas concorrentes, sujeita a uma vulnerabilidade externa. Isto pode ser relativizado pela entrada em mercados como o argentino, país cuja pecuária produz, historicamente, uma carne com padrão de qualidade reconhecido mundialmente. No entanto, como toda expansão na área de atuação, ao sair da zona de conforto do mercado interno da carne bovina, a empresa pode perder em qualidade ou agilidade nos negócios.

Figura 14 - Frigorífico Minerva em Batayporã-MS

Fonte: *Google maps* (2017)[62]

[62] Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@-22.2849707,-53.2820428,3a,60y,279.29h,89.45t/data=!3m6!1e1!3m4!1s2wDslIOF6a_e_jHIrYOHaA!2e0!7i13312!8i6656 Acessado em 20 de setembro de 2017.

No Mato Grosso do Sul, o grupo negocia com a Prefeitura Municipal de Batayporã, a reabertura do frigorífico da cidade, desativado desde 2015 (Figura 14). Em entrevista[63] divulgada no site da prefeitura, no mês de junho de 2017, o Prefeito, Sr. Jorge Takahashi, anunciava a reabertura ainda para o mesmo ano, o que acabou por não ocorrer.[64]

Quando fechou, em 2015, o frigorífico Minerva de Batayporã tinha capacidade instalada de abate de 900 animais ao dia. A retomada das atividades da empresa, segundo o Prefeito[65], vai gerar aproximadamente 800 empregos diretos na cidade.

No contexto da frigorificação sul-mato-grossense, e conforme ressaltamos anteriormente, a abordagem que fizemos dessas grandes empresas frigoríficas exportadoras que atuam no Mato Grosso do Sul, JBS, Marfrig e Minerva teve, essencialmente, a intenção de evidenciar o crescimento dessas empresas no competitivo mercado mundial de exportações e abrir caminho para a análise dos demais frigoríficos. Os próximos itens e parágrafos serão dedicados à essas empresas de menor porte que operam na indústria frigorífico no Mato Grosso do Sul.

[63] Disponível em: <http://www.bataypora.ms.gov.br/noticias/Economia/frigorifico-minerva-retoma- atividades-neste-ano-em-bataypora> Acessado em 17 de dezembro de 2017.
[64] Disponível em: <https://www.novanews.com.br/noticias/cidades/fechado-ha-cerca-de-tres-anos-frigorifico-minerva-segue-sem-previsao-de-voltar-a-operar-em-bataypora> Acessado em 18 de setembro de 2018.
[65] Disponível em: <http://www.bataypora.ms.gov.br/noticias/Economia/frigorifico-minerva-retoma- atividades-neste-ano-em-bataypora> Acessado em 17 de outubro de 2017.

CAPÍTULO IV

A INDÚSTRIA DA CARNE BOVINA NO MATO GROSSO DO SUL

O Brasil tornou-se, ao longo do século XX, uma potência produtora e exportadora de carne bovina. O vasto território, o solo e o clima favoráveis às pastagens, a boa adaptação das raças trazidas do exterior (especialmente aquela popularmente conhecida como Nelore[66]), a demanda constante de carne mundo afora, isso tudo somado aos incentivos dados pelo governo brasileiro aos frigoríficos, dinamizaram a atividade pecuária e a consequente organização da cadeia produtiva e o incremento das exportações.

Acreditamos ser também importante ressaltar o trabalho de pesquisa realizado em instituições como a Embrapa e as Universidades, que contribuíram para aquilo que se convencionou chamar genericamente de "Revolução Agrícola". No caso da pecuária, o melhoramento genético de embriões, a modernização das técnicas de criação, das práticas de manejo, a evolução das vacinas, enfim, aquilo que veio modernizar a criação de animais, diminuindo custo de produção e aumentando a qualidade do produto final. Muitas vezes, por dificuldades em quantificar ou mensurar, o trabalho desses profissionais fica relegado a segundo plano, em função de números e tabelas que envolvem a cadeia produtiva da carne brasileira.

Inicialmente dominado por empresas estrangeiras, o setor frigorífico nacional acabou por desenvolver-se mais fortemente a partir da segunda metade do século passado. Novas plantas industriais, mais modernas, foram capazes de aos poucos nacionalizar o setor. Agregue-se a isso, a melhora do sistema de transportes, ferrovias e rodovias que chegaram com relativa qualidade à região do Central Pecuário, permitindo uma aproximação da criação ao abate, barateando custos e dando maior qualidade final à carne produzida.

Os anos 1980 marcam a primeira década de existência do Estado de Mato Grosso do Sul. Do antigo Mato Grosso, ficou a herança de uma atividade pecuária relativamente avançada, com um dos maiores rebanhos do país. O Estado também herda as mudanças promovidas no oeste brasileiro nos anos 1960 e 1970, pelos investimentos estatais dos governos militares.

[66] Segundo a Associação Brasileira de Criadores de Zebu(ABCZ), As raças zebuínas (Brahman, Guzerá, Gir, Indubrasil, Sindi, Nelore e Tabapuã) são provenientes da Índia e bem adaptadas ao clima tropical. O Nelore, dentre todos, foi o melhor apresentou resultados positivos quanto ao manejo e produtividade. Disponível em: <http://www.abcz.org.br/Home/Conteudo/23985-Racas-Zebuinas> Acessado em 10 de junho de 2017.

> O período de substituição industrial no Brasil passou a ocorrer junto à expansão do setor de produção agrícola, o objetivo principal foi direcionar essa produção para exportação, visando equilibrar a balança comercial, diante da aquisição de meios de produção para o setor industrial (máquinas e equipamentos). Desse modo, alguns ramos da agricultura voltados à exportação, tomaram feições industriais, sob incentivos e financiamentos do governo Federal, a agroindústria afirmou-se então como pioneira no processo que marcou a industrialização de Mato Grosso do Sul. (GALERA, 2011 p.54)

A partir da pecuária bovina, a reprodução capitalista tem no processo de frigorificação um elemento fundamental de inserção econômica do Mato Grosso do Sul à economia nacional e mundial. O Estado passou, a partir da metade final do século XX, por uma adaptação às práticas agropecuárias exigidas no mercado internacional e tornou-se um exportador de *commodities* e um importador de insumos do agronegócio.

Quadro 7 - O agronegócio na economia de Mato Grosso do Sul (2015/2016)

Principais produtos	Ranking nacional		Participação na produção brasileira	Participação nas exportações brasileiras
	Produção	Exportação		
Carne bovina	2º	5º	11%	9%
Soja em grãos	5º	4º	7,5%	6,3%
Milho	3º	4º	11%	10%
Produtos florestais	7º	4º	5,3%	12%
Cana-de-açúcar	5º	5º	6,8%	4,3%
Carne suína	8º	6º	3,8%	2,7%
Carne de frango	8º	7º	3,3%	4%

Fonte: MDIC (2017)[67]
Adaptação: Valdomiro Lima

Segundo Galera (2011, p. 55), "a economia brasileira foi integrada ao processo mundial de expansão do capitalismo e altamente especializada e dirigida para o mercado externo". A frigorificação do Oeste brasileiro ocorreu neste contexto de subserviência às demandas do mundo capitalista mais desenvolvido.

Apesar de haver frigoríficos instalados no Mato Grosso do Sul desde a década de 1960, os abates realizados objetivando a exportação só ocorreram neste século XXI. Nos anos 2000, quando ocorre a internacionalização dos frigoríficos sul-mato-grossenses, o Estado destaca-se entre os principais exportadores de gêneros agropecuários, carne bovina inclusa, no âmbito da balança comercial brasileira, conforme pode ser visualizado no Quadro 7, que apresenta dados

[67] Disponível em: <http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1498748599.pdf> Acessado em 12 de janeiro de 2018.

relativos aos anos de 2015 e 2016.

O Mato Grosso do Sul, de acordo com o IBGE (2016), possuía mais de 21 milhões de cabeças bovinos e foi responsável, no ano de 2015, por 11,2% dos abates, tendo exportado 121,7 mil toneladas, com uma receita de US$ 497,3 milhões. O Estado estabeleceu-se como um dos centros dinâmicos do agronegócio brasileiro e os negócios da carne são parte fundamental nesse processo, conforme pode ser compreendido na visualização do Quadro 7.

Nesse sentido, a percepção do volume de recursos oriundos da atividade agropecuária no Mato Grosso do Sul, permite-nos visualizar conceitualmente a base sobre a qual se estabeleceu o processo de industrialização pelo qual passou o Estado durante todo o século passado. Frigoríficos, fábricas esmagadoras de soja, fábricas de celulose, etc., além de uma grande cadeia produtiva de serviços, atividades que se estabeleceram em função dessa realidade econômica, da expansão do agronegócio sul- mato-grossense.

A indústria frigorífica de abate de bovinos, objeto de nossa investigação e análise, se constituiu a partir da oferta de terras e clima propícios à atividade pecuária. Quando se resolveu, ainda que parcialmente, a questão da logística dos transportes, o crescimento foi constante, até meados dos anos 2000, quando empresas de grande porte passam a potencializar a atividade elevando-a a um patamar inédito na história. O Estado, a partir da emergência das grandes empresas frigoríficas, notadamente a JBS, a Marfrig e a Minerva, tornou-se exportador, superando em grande parte o papel anterior de complemento ou fornecimento de matéria-prima para o sudeste brasileiro.

No ano de 2017, os dados disponibilizados pela SFA, por meio de informações do SIF, indicaram que o Mato Grosso do Sul possuía 25 unidades frigoríficas com registro no SIF no seu parque industrial, sendo que destas, 23 encontravam-se em operação em 20 municípios do Estado, conforme pode ser visualizado na Figura 6 e na Tabela 7.

A análise da referida figura, concomitantemente com a da Figura 7, nos possibilita algumas interpretações relevantes. A mais notória envolve a questão da logística. O sentido norte-sul da maioria dos estabelecimentos indica a prevalência e a importância do modal rodoviário como meio de transporte de animais em pé, carne *in natura* e carne processada, destinadas ao comércio interno ou externo. A rodovia BR-163, destaque-se, é uma das mais movimentadas do país em se tratando do escoamento da produção da região do Central Pecuário.

Ressalte-se a proximidade dos frigoríficos às regiões detentoras dos maiores rebanhos, fator que interfere tanto no custo de produção, quanto na qualidade da carne produzida. Benites (2000) ressaltou em seus estudos a grande dificuldade de o Brasil superar a questão da distância

entre produtores de gado e frigoríficos abatedores que, na primeira metade do século XX, se concentravam no entorno das grandes metrópoles e dos portos do litoral. Eram a logística deficitária que possibilitava a existência dos denominados "marchantes", tocadores de boiada pelas estradas e dos "invernistas", que compravam o gado transportado magro e terminavam o processo de engorda, finalizando o processo de venda aos frigoríficos. Estes entes da cadeia produtiva, tinham menos risco e maiores possibilidades de lucro com a atividade. Aos criadores restava o trabalho menos rentável e com maior vulnerabilidade econômica.

Segundo informações disponibilizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)[68], os frigoríficos exportadores devem ser inspecionados regularmente pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), órgão subordinado à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA). As ações de inspeção são responsabilidade do Serviço de Inspeção Federal (SIF), vinculado ao DIPOA, e tem a função de assegurar a qualidade de produtos de origem animal comestíveis e não- comestíveis destinados ao mercado interno e externo, bem como de produtos importados. Atualmente, o SIF tem atuação em mais de 5 mil estabelecimentos brasileiros.

Ainda segundo o órgão federal, até receber o selo (Figura 15) do SIF, o produto atravessa diversas etapas de fiscalização e inspeção, cujas ações são orientadas e coordenadas pelo MAPA. O sistema permite que a grande quantidade de dados rotineiramente gerados na produção e fiscalização de produtos de origem animal, em estabelecimentos registrados sob o SIF, sejam lançados regularmente gerando informações sobre abate, produção, descarte, comercialização, recepção de matéria prima, rótulos, certificados e guias de trânsito. São sujeitas à fiscalização prevista em lei: os animais destinados ao abate, seus produtos, subprodutos e matérias primas; os pescados e seus derivados; o leite e seus derivados; o ovo e seus derivados e o mel e cera de abelha e seus derivados, sempre visando garantir produtos com certificação sanitária e tecnológica para o consumidor brasileiro, respeitando as legislações nacionais e internacionais vigentes.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015), as unidades frigoríficas instaladas no Mato Grosso do Sul que detém o SIF são responsáveis por mais de 90% de todo o abate realizado no Estado. Portanto, dadas a representatividade e confiabilidade das informações do sistema, reconhecido internacionalmente, estão sendo considerados nesta pesquisa somente os frigoríficos com este tipo de inspeção.

[68] Disponível em: < http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/sif> Acessado em 10 de agosto de 2017.

Figura 15 - Selo de identificação do Serviço de Inspeção Federal – SIF

Fonte: MAPA (2017)

Com configuração similar ao SIF, no Estado de Mato Grosso do Sul, algumas empresas do ramo cárneo operam sob o controle do governo estadual por meio do Serviço de Inspeção Estadual (SIE). A certificação também é definida por meio da expedição de um selo de inspeção, conforme pode ser visto na Figura 16.

Segundo a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO), a Lei Estadual Nº 1.232, de 10 de dezembro de 1991 e o Decreto Nº 6.450, de 24 de abril de 1992, regulam, em todo os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, as atividades industriais de abate e comercialização de produtos de origem animal.

Nesse sentido, cabe ao IAGRO orientar a instalação e fiscalizar as indústrias, atual nos processos de formalização de produtos cárneos, na fiscalização das práticas, objetivando dar qualidade, dentre outros aspectos, à sanidade dos processos, com foco na comercialização de carne no Mato Grosso do Sul e no Brasil. Os municípios sul-mato-grossenses que tem unidades frigoríficas, também tem seus serviços de inspeção municipal, mas o mais comum é que os serviços sejam concomitantes.

Os frigoríficos sul-mato-grossenses objetos desta pesquisa enquadram-se no artigo 17 do Decreto 9.013 de 29 de março de 2017[69], define as normas para que um estabelecimento processador de carne seja legalmente habilitado como abatedouro frigorífico.

No ano de 2017, os dados disponibilizados pela a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO), com base

[69] Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9013.htm#art541> Acessado em 07 de junho de 2017.

nas informações do SIE (Sistema de Inspeção Estadual), indicaram que o Mato Grosso do Sul possuía 14 unidades frigoríficas com registro no SIE, operando em seu parque industrial, em 13 municípios do Estado, conforme pode ser visualizado na Figura 6.

Figura 16 - Selo de identificação do Serviço de Inspeção Estadual – SIE

Fonte: IAGRO (2018)

Importante ressaltar que essas unidades frigoríficas que operam sob o controle do SIE, operam apenas dentro do Brasil, inclusive priorizando a venda de seus produtos no mercado local, nos municípios onde se encontram. São considerados, pelo volume dos abates, como sendo de pequeno porte, e considerados no seu conjunto abateram, segundo a SEMAGRO, 214.005 bovinos, pouco mais de 6% do total abatido no Estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2017.

No contexto dos frigoríficos exportadores, aqueles sob o controle do SIF, a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) divide esses estabelecimentos em cinco classes conforme pode ser visualizado na Tabela 2.

Tabela 2 - Classificação dos Abatedouros Frigoríficos Bovinos

Sigla	Velocidade de abate (cabeças por hora)	Capacidade de industrialização ou Estocagem
MB1	Superior a 80	Sim
MB2	Superior a 80	sim ou não
MB3	40 a 80	sim ou não

MB4	20 a 40	sim ou não
MB5	20	sim ou não

Fonte: MAPA (2017)

No decorrer deste capítulo, a classificação dos frigoríficos sul-mato-grossenses, definida com base nas informações da Tabela 2, que será apresentada mais adiante, ressaltará o fato de que nem sempre a capacidade instalada será necessariamente utilizada pelas empresas do ramo.

Do ponto de vista da produção de carne bovina no Mato Grosso do Sul, os frigoríficos que operam sob o sistema SIF, foram responsáveis por 93,67% dos abates bovinos no Estado em 2017, ante 6,33% dos que operam sob o sistema SIE. Importante ressaltar que a maior parte das unidades produtivas destina seus produtos ao mercado interno brasileiro. As entrevistas apontaram que apenas JBS, Marfrig e Minerva continuam internacionalizadas.

4.1 - Unidades frigoríficas de mercado interno no Mato Grosso do Sul

Especialmente entre os anos de 2005 e 2010, conforme Galera (2011), empresas de grande porte começaram a atuar mais forte e agressivamente na cadeia produtiva da carne bovina no Mato Grosso do Sul. Casaram-se os interesses das empresas em se tornar monopolistas do setor e os interesses da política governamental, que pretendia dar dinamismo ao setor cárneo, fomentar a pecuária e promovendo além da industrialização, a internacionalização do setor frigorífico. Dentre as gigantes do setor, a JBS se destacou, adquirindo plantas de outras empresas em dificuldades, comprando gado a vista e atuando junto aos órgãos estatais buscando variáveis facilitadoras ao seu processo de crescimento.

Ressalte-se que, apesar das tentativas de monopólio apresentarem um viés negativo, a entrada das grandes empresas teve o viés positivo de, em parceria com organizações como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE), a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO), além dos órgãos já citados neste trabalho, DIPOA/SIF, SDA e MAPA, promover uma mudança de mentalidade na cadeia produtiva da carne bovina, do produtor ao consumidor, com relação à melhoria das variáveis sanitárias e manejo de animais, bem como do processo de industrialização e comercialização.

De fato, desde o início do século XX, os frigoríficos exportadores conviveram com

a necessidade constante de atualização de técnicas, procedimentos e mecanismos de controle, da criação ao transporte, do abate à comercialização da carne bovina. Alguns mercados são muito específicos nas exigências. Tornou-se rotina o Estado de Mato Grosso do Sul receber missões sanitárias de vários países do mundo que, antes de abrir seus mercados aos nossos produtos, verificam *in loco* tudo aquilo que a publicidade diz existir.

Nos anos de 2005 a 2010, segundo Galera (2011), o BNDES disponibilizou recursos para internacionalizar o setor e incentivar a atuação de grandes frigoríficos em âmbito mundial. Isto e a abertura de capital de empresas como a JBS (captação de R$ 1,6 bilhão) e a Marfrig (R$ 1 bilhão), possibilitou a expansão de seus negócios, especialmente quanto à inserção no mercado internacional. Internamente, os frigoríficos promoveram uma dispersão geográfica e uma diversificação nas plantas industriais de produção, reduzindo os riscos de embargos sanitários e garantindo o suprimento de animais, menos dependente de oscilações políticas e econômicas regionais.

Essas empresas, conforme já citado anteriormente, tornaram-se *Global Players*. JBS e Marfrig, por exemplo, tornaram-se, respectivamente, a 1ª e a 2ª maior empresa do ramo cárneo do mundo nestes primeiros anos do século XXI.

Apesar do poderio demonstrado no período pelas grandes empresas internacionalizadas, o setor frigorífico sul-mato-grossense conta ainda com outras 27 unidades frigoríficas que responderam por 51,75% dos abates de carne bovina no Estado em 2017, um percentual que, ao nosso ver, merece ser considerado relevante e analisado com profundidade.

Considerando-se apenas as indústrias frigoríficas que estavam operando regularmente ao longo do ano de 2017, chegamos a um total de 39 unidades, com no mínimo 20 dias de atividade por mês. Na Tabela 3 aparecem informações a respeito das capacidades dos frigoríficos SIF sul-mato-grossenses.

As informações presentes na Tabela 3 dão conta de que a capacidade total de abates dos frigoríficos SIF em atividade, no ano de 2017, no Mato Grosso do Sul, era de mais de 18 mil cabeças de bovinos por dia. Conforme os dados do SIF, no geral temos uma capacidade operacional executada de 56%, com uma média de abate diário de pouco mais de 10 mil cabeças. A capacidade ociosa da indústria frigorífica, portanto, girou em torno de 44%, quase 8 mil animais potencialmente não abatidos. A título de comparação, em 2015, a capacidade operacional executada girava em torno de 72%, uma ociosidade de 28%, uma média de abate diário de quase 12 mil cabeças, com pouco mais de 4 mil animais potencialmente não abatidos.

Tabela 3 - Abates em unidades frigoríficas do Sistema de Inspeção Federal (SIF) no Mato Grosso do Sul em 2017

SIF	Indústria	Município	Total	Classificação	Capacidade de abates diários (cabeças)		Taxa de utilização (valores aproximados)
					Instalada	Efetivada (média aproximada)	
25	Frigmann	Amambai	108.498	MB4	550	347	63%
615	JBS	Anastácio	115.379	MB3	1000	369	37%
320	Boibom	Ap. do Taboado	37.579	MB3	250	129	48%
889	Sul	Ap. do Taboado	118.541	MB4	500	379	75%
1878	Buriti	Aquidauana	158.327	MB5	350	507	144%
4238	Marfrig	Bataguassu	338.874	MB5	1500	1086	72%
2100	Minerva	Batayporã	0	MB3	800	0	0%
0888	JBS	Campo Grande	0	MB2	600	0	0%
1662	JBS	Campo Grande	269.393	MB2	3000	863	28%
4400	JBS	Campo Grande	378.989	MB4	1200	1214	101%
3112	JBS	Cassilândia	128.692	MB5	500	412	82%
3723	Urucum	Corumbá	32.109	MB2	150	102	68%
4148	JBS	Coxim	0	MB3	400	0	0%
2842	Global	Guia Lopes	104.187	MB4	350	333	95%
1440	Iguatemi	Iguatemi	102.368	MB3	450	328	73%

1634	Juti	Juti	130.861	MB3	460	419	91%
3181	JBS	Naviraí	165.338	MB3	1500	529	35%
49	JBS	Nova Andradina	104.588	MB2	1100	335	30%
661	Naturafrig	Nova Andradina	134.139	MB5	450	429	95%
3730	Frigobras	Nova Andradina	66.423	MB5	200	213	106%
2863	Marfrig	Paranaíba	38.370	MB5	600	122	20%
3412	JBS	Ponta Porã	91.600	MB4	400	293	73%
3974	Naturafrig	Rochedo	138.758	MB4	450	444	98%
2782	Boibras	São Gabriel d'Oeste	173.247	MB4	580	555	95%
1646	Peri	Terenos	218.351	MB4	700	699	100%
Total			**3.166.190**	**--**	**18.040**	**10.116**	**56%**

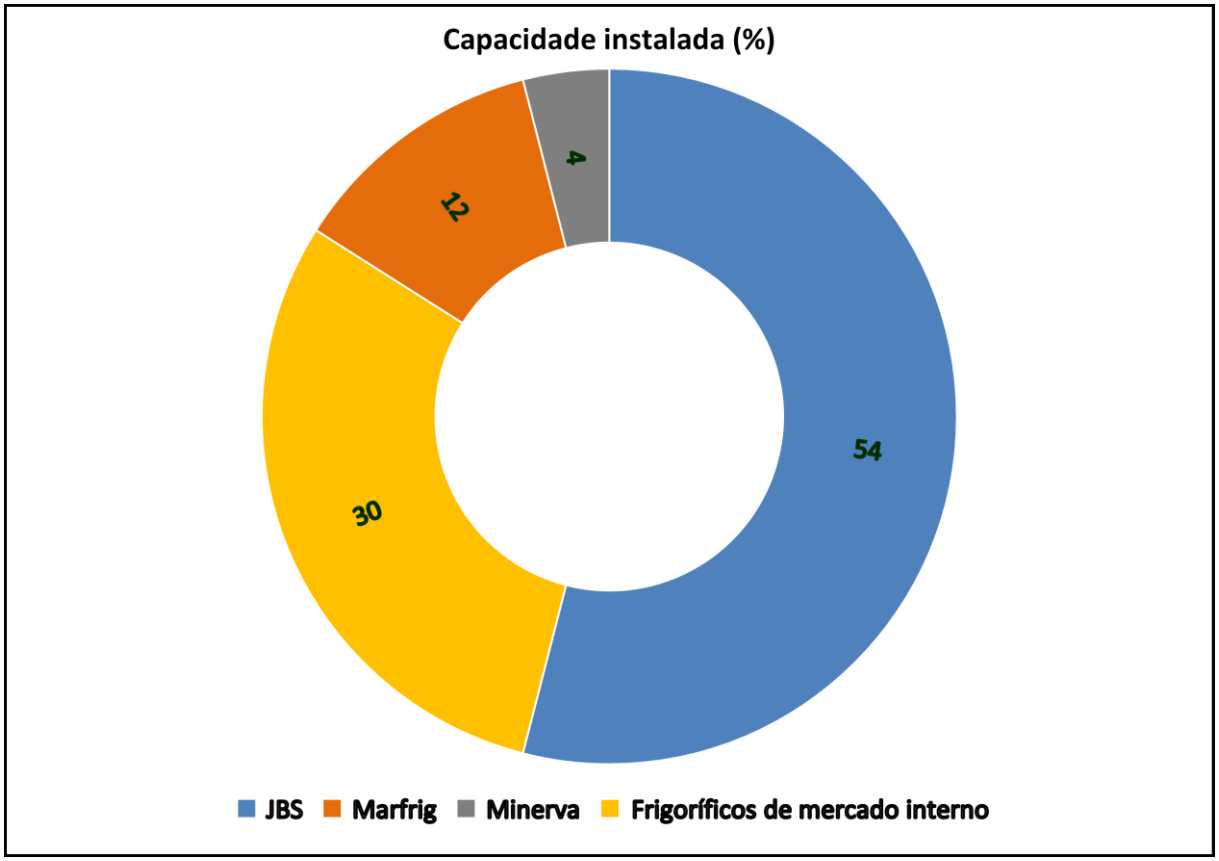
Fonte: SEMAGRO/SEPAF/IAGRO/DFA (2018)
Organização: Valdomiro Lima

Questionados a respeito, tanto os representantes dos frigoríficos quanto os pecuaristas, acreditam que a queda relativa verificada nos números se deve às operações de investigação promovidas pela Polícia Federal em março de 2017[70], que afetaram não apenas os grandes frigoríficos exportadores do Brasil, mas toda a cadeia produtiva da carne bovina, com impactos diretos na produtividade, uma vez que, dada a incerteza sobre o futuro das empresas frigoríficas, os vários elos do circuito produtivo optaram pela cautela e passaram a diminuir eventuais custos bem como evitaram novos investimentos.

Percentualmente, de acordo com as informações apresentadas pelo Gráfico 7, é possível afirmar que existe uma concentração de capacidade instalada na JBS, em relação aos demais frigoríficos. A expansão da empresa, por meio de aquisições de plantas industriais já existentes no Estado, desequilibrou a oferta de postos de abate disponíveis aos pecuaristas sul-mato-grossenses.

[70] Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/sete-perguntas-e-respostas-sobre-operacao-carne-fraca>. Acessado em 10 de junho de 2017

Gráfico 7 - Capacidade instalada dos frigoríficos do Mato Grosso do Sul em 2017



Fonte: SEMAGRO/SEPAF/IAGRO/DFA (2018)
Organização: Valdomiro Lima

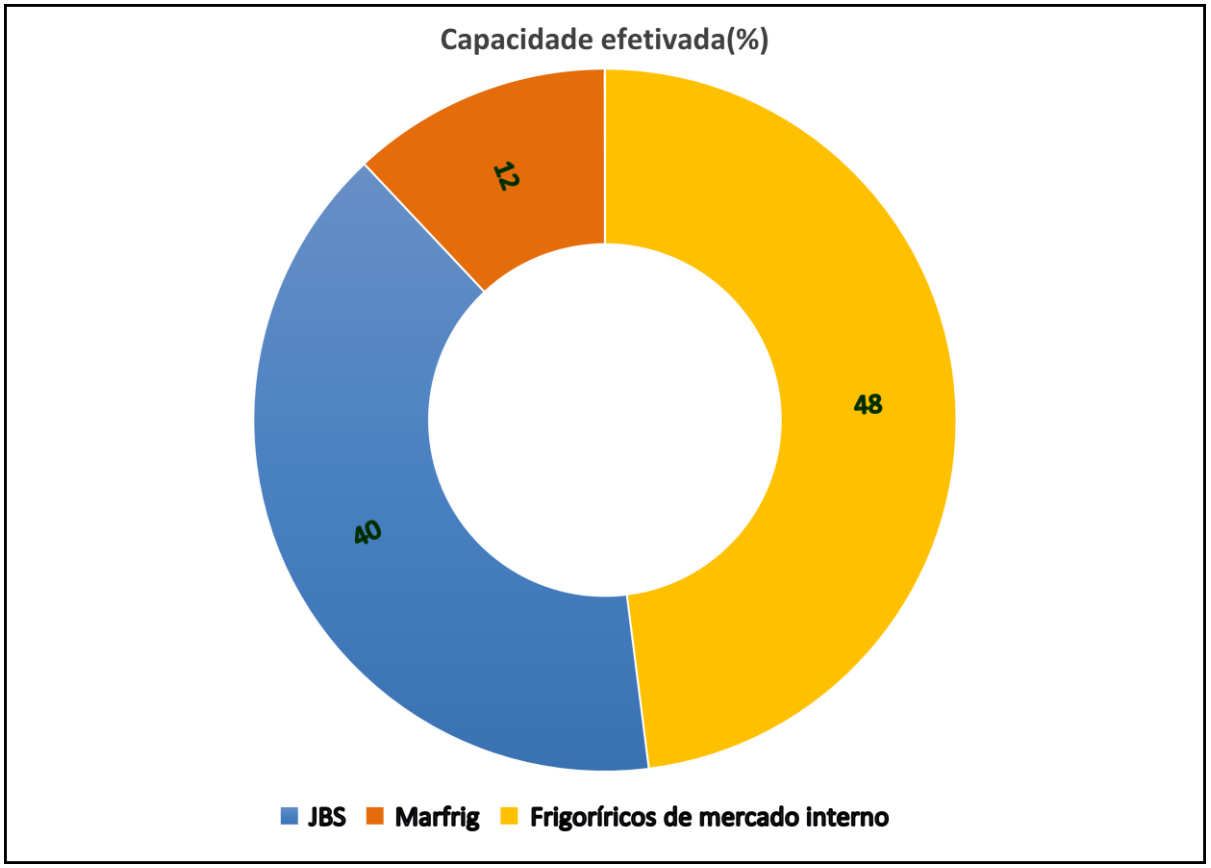
A concentração de capacidades na indústria da carne bovina no Mato Grosso do Sul já havia sido apontada por Galera (2011). Segundo o autor, as maiores empresas passaram, por meio de aquisições de empresas menores e controle sobre os fornecedores, a controlar o setor de abates no Estado. No caso da JBS, os 54% da capacidade instalada de abates, evidenciados no Gráfico 7, e os 40% do total de abates executados, apresentados no Gráfico 8, nos direcionam para o mesmo entendimento.

Torna-se relevante observar que, mesmo tendo apenas 30% da capacidade instalada, conforme nos mostra o Gráfico 7, 48% dos abates sul-mato-grossenses, estão distribuídos entre os frigoríficos de menor porte, de características regionais e voltados para o mercado interno. A título de comparação, em 2015, segundo a SEMAGRO, os frigoríficos de mercado interno detinham 26% da capacidade instalada e 41% dos abates sul-mato-grossenses, o que indica que essas empresas não apenas resistiram à proposta agressiva de aquisição e controle da JBS, mas também conseguem estabelecer formas de competição no mercado de fornecimento de carne bovina brasileiro. Esses números indicam um movimento de reestruturação, com um

incremento da participação dos frigoríficos de mercado interno nos abates, com aumento tanto na capacidade instalada quanto no percentual de abates bovinos no Estado no período.

Conforme pode ser observado no Gráfico 8, a JBS S/A também exerce o papel de protagonista na operação de abate de bovinos em Mato Grosso do Sul.

Gráfico 8 - Capacidade operacional dos frigoríficos do Mato Grosso do Sul em 2017



Fonte: SEMAGRO/SEPAF/IAGRO/DFA (2018)
Organização: Valdomiro Lima

Quando se considera o contexto estudado por Mamigonian (1974) e Benites (2000), que apresentamos no Capítulo 2, a respeito da formação o Brasil Central Pecuário, no qual os pecuaristas do Estado trabalhavam apenas com as fases da cria e da recria, percebe-se um profundo rearranjo da estrutura produtiva, tanto da pecuária quanto da frigorificação, que era praticamente inexistente até os anos 1960.

Ao longo do período compreendido entre as décadas de 1960 a 1980, amplia-se a necessidade de abastecer o crescente mercado consumidor do território que um dia viria a ser o Mato Grosso do Sul. Entendemos ser relevante ressaltar, nesse contexto, a inserção do componente migratório, os agricultores, sulistas em sua maioria, que passam a ocupar as terras

mais férteis do Estado. Houve incremento populacional no período. Vários municípios foram criados nesse contexto, como São Gabriel do Oeste, Laguna Carapã ou Chapadão do Sul, fortemente conectados com a atividade agrícola, especialmente aquela voltada para a exportação.

As entrevistas realizadas com produtores rurais e representantes de frigoríficos, revelaram que, no terço final do século XX, os municípios sul-mato-grossenses buscaram organizar os então denominados "matadouros", com algum rigor sanitário implementado no abate de bovinos, objetivando atender à crescente demanda por alimentos nos municípios sul-mato-grossenses. A constituição dessas unidades de abate foi a gênese dos atuais frigoríficos, que hoje operam concomitantemente no sistema SIF e no sistema SIE, esses últimos apresentados nos próximos parágrafos.

Nesse contexto de uma produção voltada aos mercados locais, um aspecto relevante da indústria da carne bovina foi revelado durante nossas investigações, uma variável importante que extrapola o senso comum a respeito da operação frigorífica sul-mato-grossense. Trata-se da existência de uma rugosidade, da operação resiliente e regular de unidades frigoríficas de porte menor que, apesar da concorrência dos abatedouros do sistema SIF, permaneceram ao longo do tempo operando e abastecendo prioritariamente o mercado local, os municípios do próprio Estado. A Tabela 4 apresenta as 14 unidades de abate SIE, que operaram regularmente ao longo do ano de 2017.

Tabela 4 - Abates em unidades frigoríficas do Sistema de Inspeção Estadual (SIE) no Mato Grosso do Sul em 2017

SIE	Indústria	Município	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
23	Frigodourados	Dourados	1.505	1.129	1.595	1.184	1.340	1.054	1.121	1.333	1.541	1.490	1.478	1.781	**16.551**
31	Frigodil	Três Lagoas	1.564	1.734	1.935	1.902	2.101	1.977	1.930	2.082	1.967	1.945	1.866	1.925	**22.928**
36	Municipal	Naviraí	301	337	433	345	358	358	345	472	433	445	376	460	**4.663**
47	Frigovema	Ivinhema	771	770	906	934	903	1.077	272	908	935	869	1.030	1.056	**10.431**
62	WS	Eldorado	284	224	316	376	472	491	477	464	429	447	446	608	**5.034**
85	Frigofranca	Bonito	2.592	2.448	3.729	2.998	3.379	3.819	3.881	4.903	4.302	4.378	4.653	5.947	**47.029**
108	Esperança	Coxim	739	748	868	796	892	840	782	889	859	754	870	1.036	**10.073**
143	RD/Esperança	Dourados	0	80	130	101	67	83	108	115	108	101	115	127	**1.135**
148	São Francisco	Caarapó	351	291	429	406	503	493	586	626	656	702	657	618	**6.318**
152	Frigomar	Deodápolis	1.525	1.356	1.916	1.608	1.474	2.302	2.948	3.210	2.673	2.144	2.279	3.532	**26.967**
182	Dois Irmãos	Pedro Gomes	443	408	503	472	511	560	521	492	452	482	505	536	**5.885**
184	Meat Center	Dois Irmãos do Buriti	2.826	2.781	3.418	3.093	1.962	3.401	3.255	3.411	3.140	3.098	3.275	3.552	**37.212**
213	Frigocorte	Maracaju	1.846	1.217	39	1.578	571	0	249	2.612	2.468	284	0	0	**10.864**
217	Nutri Carnes	Paranaíba	1.065	1.058	1.380	1.127	1.261	1.031	551	901	541	0	0	0	**8.915**
Total			**15.812**	**14.581**	**17.597**	**16.920**	**15.794**	**17.486**	**17.026**	**22.418**	**20.504**	**17.139**	**17.550**	**21.178**	**214.005**

Fonte: SEMAGRO/SEPAF/IAGRO (2018)
Organização: Valdomiro Lima

As 14 unidades frigoríficas que operam no Mato Grosso do Sul, sob o sistema SIE, tem sua atuação limitada ao território estadual, com a venda de carne desossada restringindo-se ao município de instalação e no máximo ao mercado consumidor de cidades do entorno. Nesse sentido, as entrevistas indicaram um dado relevante, no caso as relações pessoais locais, entre criadores, abatedouros, comerciantes e consumidores, incluídas aí as esferas do poder público municipal, relações estas que permitem o estabelecimento de vínculos contratuais mais consolidados, uma característica comum de cidades menores, onde todos tendem a se conhecer e, por ter uma visão mais completa do circuito produtivo, estabelecer relações de confiança que favorecem os negócios locais.

Outro aspecto a ser observado a respeito desses frigoríficos do sistema SIE diz respeito às características da contratação dos abates, uma vez que os frigoríficos SIF operam com cargas maiores de bovinos, no mínimo um caminhão carregado (em torno de 20 animais machos), para se fazer um contrato de transporte e abate. No caso de frigoríficos menores, como o WS que aparece na Figura 17, é comum que os próprios produtores procurem o abatedouro para comercializar cargas muito menores, até mesmo de um ou dois animais. Nesse caso, é o próprio criador que transporta o animal até o abate

Figura 17 - Frigorífico do Sistema de Inspeção Estatual (SIE) WS de Eldorado – MS

Fonte: trabalho de campo (2018)
Autoria: Valdomiro Lima

O gerente da unidade frigorífica WS (Figura 17), Sr. Luziano Wits, revelou-nos em entrevista[71] que preferencialmente paga à vista o produtor que faz o próprio transporte e paga a prazo quando é a empresa quem tem de empreender o transporte dos animais. O processo decisório a respeito dos pagamentos também se relaciona com questões pessoais de confiança, podendo ser a vista, a prazo ou mesmo por meio de cartas de crédito entre o frigorífico e o comércio local, ou ainda garantia de contratos futuros.

Figura 18 - Frigorífico do Sistema de Inspeção Federal (SIF) Naturafrig de Nova Andradina - MS

Fonte: trabalho de campo (2018)
Autoria: Valdomiro Lima

Entendemos ser relevante ressaltar o elevado índice de aproveitamento da capacidade instalada dos frigoríficos SIE e SIF de mercado interno[72]. A maioria opera próximo do limite operacional, como é o caso da unidade frigorífica Naturafrig (Figura 18), com duas plantas de abate instaladas no Estado de Mato Grosso do Sul operando com 95% e 98% das respectivas capacidades, conforme demonstrado na Tabela 3. Trata-se, a nosso ver, de um importante elemento de análise a respeito da hipótese de que houve uma reestruturação dos frigoríficos de menor porte, desenvolvendo-se concomitantemente com a internacionalização dos *Global Players* JBS, Marfrig e Minerva. Segundo o gerente do supracitado frigorífico, nos anos 2000,

[71] Entrevista concedida a este autor em 22/05/2018 em Eldorado-MS.
[72] Para fins de diferenciação, denominamos "SIF de mercado interno" os frigoríficos do Sistema de Inspeção federal que não sejam JBS, Marfrig e Minerva.

ocorreu o que ele denomina “modernização tecnológica”, com a compra de novos equipamentos de abate e refrigeração, a adoção de novas técnicas e procedimentos sanitários, a informatização dos processos administrativos e a capacitação da mão-de-obra.

Ao se analisar as informações das Tabelas 3 e 4, percebe-se uma regularidade nos abates dessas unidades frigoríficas focadas no mercado interno da carne bovina, que operam sob o SIE e SIF, característica que será corroborada mais a frente neste trabalho pelas Tabelas 6 e 7. Ressalte-se que, diferente do que afirma o senso comum a respeito do domínio dos frigoríficos exportadores sobre o mercado da carne, os frigoríficos menores apresentam uma resiliência produtiva considerável, mesmo diante de cenários de incerteza, como aquele provocado pela condução (a nosso ver um desastre do ponto de vista da estratégia de competição internacional) da operação da Polícia Federal intitulada “Carne fraca”, em março de 2017 e que se repetiu em 2018. As exportações foram negativamente afetadas, mas os abates com foco no abastecimento do mercado interno mantiveram-se regulares no período.

Nesse sentido, é salutar considerar, na análise do circuito espacial da carne bovina sul-mato-grossense, o fato do número de animais criados no Estado e transportados para o abate em outros Estados ter diminuído drasticamente, quando se compara ao cenário descrito por Benites (2000) a respeito da criação de gado no então Mato Grosso uno ser majoritariamente de bovinos magros que eram levados às invernadas paulistas e mineiras para a terminação e posterior abate.

Tabela 5 - Bovinos movimentados para o abate fora do Mato Grosso do Sul em 2016

Gênero	Total de abates
Fêmeas	62.812
Machos	181.560
Total	244.372
% aproximado sobre o total de abates	8%

Fonte: SEMAGRO/SEPAF/IAGRO (2018)
Organização: Valdomiro Lima

A Tabela 5 mostra que, em 2016, 244.372 bovinos foram levados para a abate fora do Mato Grosso do Sul, o que equivale a 7,49% do total de bovinos abatidos naquele ano. Questionados a esse respeito, os sócios-proprietários das unidades frigoríficas Frigmann (Amambai) e Iguatemi (Iguatemi), Sr. Bauermann e Piccinato, disseram ser uma estratégia utilizada pelos grandes exportadores (citaram especialmente o Minerva) que tem unidades industriais no Estado de São Paulo, uma tática com o objetivo de pagar menos impostos e

atender algumas demandas específicas contratadas no Estado, no caso de carnes especiais para nichos de mercado, restaurantes e açougues *gourmet.*

4.2 - Unidades frigoríficas sul-mato-grossenses sob o Sistema de Inspeção Estatual (SIE)

Caracterizado historicamente por ser um fornecedor de gêneros agropecuários, o Estado do Mato Grosso do Sul passou, no quarto final do século XX por um processo de frigorificação que mudou a realidade da produção pecuária, então muito dependente dos frigoríficos da região sudeste, e que acaba por mudar também o perfil econômico do Estado, com a atividade frigorífica assumindo um protagonismo industrial, contribuindo para a diversificação produtiva para além das agropecuária e da mineração de exportação.

Nos anos 2000, objetivando inserir o país de maneira mais altiva no mundo dos negócios globais, as diretrizes da política econômica brasileira impulsionaram a inserção das empresas brasileiras de maneira mais agressiva e competitiva no comércio global, conforme descrito no Capítulo 3. No caso da carne bovina, com destaque ao aporte financeiro do BNDES, constituíram-se os *Global Players* da carne bovina, JBS, Marfrig e Minerva. O país é hoje um dos maiores criadores e o maior exportador de carne bovina no mundo.

Ao mesmo tempo em que o foco da produção pecuária bovina estava na exportação de carne, o mercado interno continuava demandando proteína animal. Notadamente, ainda na década de 1990, durante os governos de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a consolidação da nova moeda, a estabilização monetária e o início da recuperação da renda dos brasileiros já indicava que haveria um nicho mercadológico que deveria ser atendido por empresas frigoríficas com foco no mercado interno.

Nesse cenário, os pequenos e médios frigoríficos foram beneficiados pelos avanços econômicos e sociais vivenciados no Brasil nos anos 2000, especialmente nos anos do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). As medidas econômicas adotadas no período ampliaram a renda de milhões de pessoas, criando um novo mercado consumidor, ávido por consumir os mais variados produtos[73]. A carne bovina, dentre

[73] A título de exemplo, a política de recuperação do poder de compra do salário mínimo, nos 8 anos de Lula, significou um aumento real de 44,63%, já descontada a inflação do período. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/como-foi-evolucao-do-salario-minimo-no-governo-lula-2827550> Acessado em 10/06/2018.

outras, foi uma das beneficiadas nesse contexto. Ao se analisar as Tabelas 6 e 7, percebe-se que, no mesmo período em que se aumentavam os abates destinados à exportação, o mercado interno continuava sendo abastecido regularmente. Foi um período de consolidação das 27 demais unidades frigoríficas de menor porte voltadas ao abastecimento interno.

Dentre as 27 unidades frigoríficas sul-mato-grossenses voltadas ao mercado interno, 14 estão integradas ao Sistema de Inspeção Estadual (SIE). A Tabela 6 apresenta uma série histórica desses abatedouros de caráter regional. O sistema SIE não os habilita à exportação, mas potencialmente podem comercializar a produção em todo o território nacional. Seus representantes, uma vez entrevistados, no entanto, afirmaram que entregam toda sua produção nos mercados consumidores mais próximos, geralmente no próprio município de instalação.

Tabela 6 - Abates em unidades frigoríficas do Sistema de Inspeção Estadual (SIE) no Mato Grosso do Sul (2006 – 2016)

SIE	Indústria	Município	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
85	Frigofranca	Bonito	3.655	2.994	0	8.397	6.627	0	15.050	23.948	35.653	33.958	36.300
148	São Francisco	Caarapó	2.466	2.971	2.868	4.767	5.315	5.207	4.638	4.574	5.144	3.834	3.344
108	Esperança	Coxim	4.731	2.736	4.129	4.142	4.830	5.290	7.638	9.082	10.166	7.928	9.100
152	Frigomar	Deodápolis	2.466	2.971	2.868	4.767	5.315	5.207	4.638	4.574	8.420	8.691	14.647
184	Meat Center	Dois I. do Buriti	0	0	7.382	19.319	21.351	26.878	34.833	29.753	25.692	27.271	31.165
23	Frigodourados	Dourados	0	0	0	0	0	0	0	23.478	19.277	0	20.608
143	RD/Esperança	Dourados	1.200	1.221	1.190	958	1.060	1.162	1.244	1.523	1.149	965	1.143
62	WS	Eldorado	1.730	2.887	2.240	2.465	1.795	0	3.341	3.557	4.139	3.163	3.851
47	Frigovema	Ivinhema	13.377	14.719	11.754	11.667	13.536	21.775	12.511	12.180	12.185	9.668	11.344
213	Frigocorte	Maracaju	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.543	23.188
36	Municipal	Naviraí	1.639	1.896	1.834	1.707	1.928	2.565	4.144	4.300	4.038	0	3.255
217	Nutri Carnes	Paranaíba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8.644
182	Dois Irmãos	Pedro Gomes	0	112	3.233	4.058	2.879	0	5.831	4.015	5.218	5.190	5.667
31	Frigodil	Três Lagoas	6.707	6.701	7.275	7.648	14.048	13.493	0	16.955	20.101	7.743	18.024

Fonte: SEMAGRO/SEPAF/IAGRO (2018)
Organização: Valdomiro Lima

A série histórica de abates dos frigoríficos SIE apresentada na Tabela 6 indica que a competição mercadológica destes com os grandes frigoríficos exportadores, entre 2006 e 2016, não afetou negativamente os seus desempenhos produtivos. Os abates, em absoluta maioria, aumentaram. Dentre os 14 abatedouros, 12 deles ampliaram os abates ao longo do período. Apenas dois deles tiveram menos abates no último ano em relação ao primeiro ano da série, os frigoríficos RD/Esperança de Dourados (Figura 20), com uma queda de 4,75% e o Frigovema de Ivinhema (Figura 19), com uma queda de 15,2%. Mas mesmo estes, ao longo da série chegaram a apresentar aumentos da ordem, sempre em relação ao primeiro ano da série, de 26,91% e 62,77%, respectivamente.

Figura 19 - Frigorífico do Sistema de Inspeção Estadual (SIE) Frigovema de Ivinhema-MS

Fonte: trabalho de campo (2018)
Autoria: Valdomiro Lima

Nesse sentido, quando questionados a respeito, os representantes das unidades frigoríficas apresentaram algumas respostas para este cenário que contraria o senso comum a respeito do poderio dominador dos grandes exportadores de proteína animal. Inúmeras denúncias e reclamações de produtores rurais e associações de classe motivaram reportagens jornalísticas, que deram destaque para uma eventual concentração dos abates nos *Global Players* JBS, Marfrig e Minerva. E de fato, eles passaram, especialmente a JBS, a abater mais da metade do que os demais 27 abatedouros do Estado, mas sem que isso significasse

diminuição dos abates destas.

Figura 20 - Frigorífico do Sistema de Inspeção Estadual (SIE) RD/Esperança de Dourados-MS

Fonte: trabalho de campo (2018)
Autoria: Valdomiro Lima

Segundo os entrevistados, paralelamente à emergência dos grandes frigoríficos, promoveram-se mudanças no sistema de compra e venda de gado (passaram a pagar à vista), uma negociação em volumes menores (até mesmo um ou dois animais), uma negociação individualizada sobre preços e prazos (visando sempre a fidelidade em contratos futuros), melhorias técnicas nas plantas de abate, com a compra de maquinários e treinamento de funcionários (inclusive aproveitando-se de equipamentos desativados pelos grandes e cursos criados para eles mas que também eram oferecidos a todos)

Ainda no contexto da modernização tecnológica, linhas de crédito nos bancos públicos foram oferecidas em condições melhores a todos os frigoríficos, fossem grandes ou pequenos. Em entrevista[74], o gerente da unidade frigorífica Frigomar de Deodápolis-MS, que aparece na Figura 22 relatou que recorreu a financiamento bancário do Banco do Brasil, viabilizado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), conforme pode ser

[74] Entrevista concedida a este autor em 15/05/2018 em Deodápolis-MS.

visualizado na Figura 21 objetivando ampliar e modernizar as estruturas de abate, foram viabilizados mais de 2 milhões de reais para um frigorífico com capacidade de abate de 50 cabeças por dia. O crédito estatal, portanto, não era apenas para os grandes exportadores. Esteve disponível aos projetos de empresas frigoríficas durantes os governos de Lula e Dilma, entre 2003 e 2016.

Figura 21 - Captação de recursos do Frigorífico do Sistema de Inspeção Estadual (SIE) Frigomar de Deodápolis-MS

Fonte: trabalho de campo (2018)
Autoria: Valdomiro Lima

Os frigoríficos sul-mato-grossenses que operam sob o sistema SIE, segundo apurado nas entrevistas, utilizam-se de algumas estratégias na competição com os grandes. Uma delas é se aproveitar da ausência de um grande abatedouro próximo a um grande mercado consumidor. Esse é o caso dos municípios de Dourados, Três Lagoas e Corumbá, que juntos agregam aproximadamente 445 mil habitantes[75] JBS, Marfrig e Minerva não operam com foco direto nesses municípios. Segundo o representante da unidade frigorífica RD/Esperança (Figura 20),

[75] IBGE (2017), disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama> Acessado em 21/07/2018.

de Dourados-MS, o mercado consumidor local, por exemplo, fica aberto para a concorrência dos abatedouros menores. As vendas são regulares e com clientes fidelizados, geralmente, pequenos açougues e supermercados dos mais variados bairros da cidade. O fato de abater logo pela manhã e diretamente realizar a entrega da carne é uma das principais estratégias de competitividade com os grandes frigoríficos. Já o representante da unidade frigorífica Frigomar de Deodápolis-MS (Figura 22), considera que o fato de vender localmente aos mesmos clientes é vantajoso, bem como conhecer "pelo nome", os produtores de gado bovino na região, tudo isso faz a diferença para a fidelização de clientes e fornecedores.

Figura 22 - Frigorífico do Sistema de Inspeção Estadual (SIE) Frigomar de Deodápolis-MS

Fonte: trabalho de campo (2018)
Autoria: Valdomiro Lima

Uma das questões que mais permeiam o debate acerca da produção de carne bovina no Brasil é o poder exercido pelos grandes *Global Players n*a definição dos preços e das regras de criação, compra e venda de bovinos. A representante[76] da unidade frigorífica Municipal de Naviraí (Figura 23), Srª Regina Alexandre, empreendimento administrado na forma de uma cooperativa de pequenos produtores rurais que administram um abatedouro de propriedade do município, relativiza a concorrência com os grandes. Segundo ela, em Naviraí, os

[76] Entrevista concedida a este autor em 21/05/2018 em Naviraí-MS

supermercados compram preferencialmente do frigorífico local, apesar de que, de vez em quando, a JBS, que tem uma de suas unidades na cidade, “joga o preço lá embaixo” para tentar vender a carne que por algum motivo não foi exportada. Alega que isso não atinge de fato as vendas da cooperativa, devido à fidelização dos açougues e supermercados, em relação à garantia de procedência e qualidade dos animais abatidos.

Os pecuaristas com os quais conversamos ao longo dessa pesquisa, corroboram com a estratégia de fidelização entre produtor, abatedouro e comércio locais, citada no parágrafo anterior. Segundo eles, se as condições de compra e venda forem similares, se a negociação for igualmente vantajosa com o pequeno ou com o grande frigorífico, o produtor tende a priorizar a empresa local, que “sempre esteve aqui quando precisamos”

Figura 23 - Frigorífico do Sistema de Inspeção Estadual (SIE) Municipal de Naviraí-MS

Fonte: trabalho de campo (2018)
Autoria: Valdomiro Lima

Durante nossas entrevistas com os representantes das unidades frigoríficas SIE sul-mato-grossenses, uma questão, no entanto, acabou por coincidir com o que se considera senso comum a respeito da produção de carne bovina no Mato Grosso do Sul, de que as grandes empresas exportadoras, especialmente a JBS, pratica aquilo que é chamado no mundo dos

negócios como *dumping*[77], a prática considerada desleal, de vender carne abaixo do preço normal de mercado, prejudicando a livre-concorrência entre todas as empresas do ramo cárneo. Além desta, também o Marfrig e o Minerva são acusados da prática de "truste[78]", a prática de, por meio de aquisições de plantas frigoríficas as mais diversas, oligopolizar e controlar a compra de gado e o comércio de carne, muitas vezes inviabilizando o empreendimento de produtores e frigoríficos de menor porte.

O cenário descrito no parágrafo anterior é um dado da realidade. No entanto, reiteramos que no geral, todos os frigoríficos SIE e SIF que atuam no Mato Grosso do Sul ampliaram suas atividades ao longo dos últimos 11 anos, conforme pode ser visualizado e comprovado nas Tabelas 6 e 7. Se é fato que os 3 grandes exportadores cárneos se destacaram na balança comercial brasileira, também é fato que as unidades frigoríficas de menor porte, os SIE e os SIF voltados ao mercado interno, se mantiveram competitivos, inclusive aumentando o volume de abates, o que poderá ser observado nos próximos parágrafos desse trabalho.

4.3 - Unidades frigoríficas sul-mato-grossenses sob o Sistema de Inspeção Federal (SIF)

O mercado interno da carne bovina no Mato Grosso do Sul tem sido histórica e majoritariamente abastecido por abatedouros que, além do SIE, operam sob o sistema SIF, unidades estas que estão também aptas a vender carne para o mercado externo.

Ao todo, conforme dissemos, das 25 unidades frigoríficas que operam sob o sistema SIF, apenas JBS (9 unidades), Marfrig (2 unidades) e Minerva (1 unidade) priorizam a exportação. Os demais 13 abatedouros vendem prioritariamente dentro do Mato Grosso do Sul e alternativamente para outras unidades da federação.

A partir da análise da teoria dos ciclos econômicos de Ignácio Rangel (1983), autor revisitado no Capítulo I, é possível afirmar que um conjunto de iniciativas do governo federal nos anos 2000, contribuiu decisivamente para a transferência de recursos para áreas que estavam com capacidade ociosa, no caso, a indústria frigorífica sul-mato-grossense, que tinha potencial de crescimento, mas esbarrava em dois entraves, a falta de incentivos à modernização tecnológica, o que permitiria a competitividade no mercado externo da carne e baixa renda da população, fator que a obrigava priorizar fontes de proteína alternativas e mais baratas, tornando

[77] Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/defesa-comercial/205-o-que-e-defesa-comercial/1768-dumping> Acessado em 10 de agosto de 2018.
[78] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm> Acessado em 10 de agosto de 2018.

ociosa, portanto, a demanda por carne bovina, característica da alimentação básica brasileira.

É importante ressaltar que a percepção a respeito da capacidade ociosa do setor frigorífico no Estado, também apareceu nas entrevistas feitas com os representantes dos abatedouros. Também eles afirmaram que tiveram de fato dificuldades operativas diante da emergência dos *Global Players*, mas concomitantemente, puderam ampliar a produtividade, seguindo o mesmo caminho trilhado por estes. Aquisição de equipamentos, modernização das plantas e procedimentos de abate, mudanças no padrão de gestão da compra e venda de gado dos criadores sul-mato-grossenses, enfim, uma reestruturação que também se traduz em números expressivos de abates, conforme pode ser visualizado na Tabela 7.

Tabela 7 - Abates em unidades frigoríficas do Sistema de Inspeção Federal (SIF) no Mato Grosso do Sul (2006 – 2016)

SIF	Indústria	Município	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
25	Frigmann	Amambai	0	0	0	0	0	0	0	0	2.120	79.798	89.258
615	JBS	Anastácio	225.328	182.990	134.173	24.168	0	0	0	0	68.822	124.424	134.281
320	Boibom	Ap. do Taboado	0	0	0	0	0	0	0	13.551	21.840	29.390	34.912
889	Sul	Ap. do Taboado	93.990	97.908	83.622	98.029	79.087	72.047	94.755	85.418	90.998	103.504	111.845
1878	Buriti	Aquidauana	58.426	52.877	40.526	84.924	89.252	88.232	123.289	107.837	108.640	108.864	127.949
4238	Marfrig	Bataguassu	364.540	322.271	220.952	212.944	282.180	267.633	261.344	257.254	254.753	290.603	327.627
2100	Minerva	Batayporã	150.199	161.622	152.307	186.665	184.193	180.248	180.806	172.286	147.928	62.721	0
888	JBS	Campo Grande	229.492	186.313	121.970	0	0	0	0	0	0	0	0
1662	JBS	Campo Grande	249.266	231.262	228.694	228.212	237.198	247.273	277.223	284.014	293.563	269.304	258.251
4400	JBS	Campo Grande	0	0	181.459	497.482	430.239	397.062	494.017	498.124	469.561	410.368	388.047
3112	JBS	Cassilândia	97.706	100.892	0	106.246	119.861	96.044	156.101	118.456	102.951	108.813	118.077
3723	Urucum	Corumbá	19.326	13.886	13.603	16.685	13.356	15.396	17.329	25.181	21.654	16.160	17.143
4148	JBS	Coxim	42.566	30.046	18.563	116.556	131.811	133.977	125.220	133.375	137.103	123.085	108.985
2842	Global	Guia Lopes	72.970	87.742	78.158	97.605	94.836	62.727	104.026	100.764	90.505	88.689	98.431
1440	Iguatemi	Iguatemi	43.288	102.427	26.959	0	0	56.619	94.581	63.282	108.106	99.737	108.106
1634	Juti	Juti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11.792	70.241
3181	JBS	Naviraí	424.205	344.126	353.872	413.482	328.796	279.054	287.653	265.981	299.230	189.325	203.370

49	JBS	Nova Andradina	223.648	228.065	165.557	29.077	20.868	0	8.451	173.849	182.474	124.600	122.349
661	Naturafrig	Nova Andradina	115.753	121.901	102.844	139.007	138.433	126.904	137.842	140.414	142.239	124.848	113.658
3730	Frigobras	Nova Andradina	9.181	2.518	0	4.098	24.747	40.617	71.533	63.568	68.328	58.663	66.394
2863	Marfrig	Paranaíba	1.161	18.093	26.049	0	96.793	122.305	152.930	149.558	146.064	92.789	13.055
3412	JBS	Ponta Porã	53.607	84.102	93.613	108.090	99.549	92.138	103.867	112.685	98.836	106.736	96.044
3974	Naturafrig	Rochedo	0	0	32.136	105.437	107.701	101.910	129.448	152.130	145.950	121.833	114.162
2782	Boibras	São Gabriel d'Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	42.765	156.625	169.885
1646	Peri	Terenos	166.947	186.426	142.293	131.895	139.411	175.010	191.669	205.467	169.876	176.877	176.844

Fonte: SEMAGRO/SEPAF/IAGRO/DFA (2018)
Organização: Valdomiro Lima

Os 13 frigoríficos sul-mato-grossenses, que operam sob o sistema SIF, e que priorizam o abastecimento do mercado interno de carne bovina demonstraram, ao longo do período 2006 – 2016, uma resiliência produtiva, frente aos expressivos números exibidos por JBS, Marfrig e Minerva. Tal cenário é passível de comprovação ao se analisar os números apresentados na Tabela 7, os quais por sua vez indicam a manutenção ou o aumento do número de abates de animais no intervalo temporal supracitado.

No conjunto de fatores que consideramos relevantes, no sentido de comprovar a nossa hipótese de reestruturação das unidades frigoríficas de mercado interno sul-mato-grossenses, entendemos ser importante destacar que, no apogeu da internacionalização dos *Global Players* da carne bovina, quatro novas plantas industriais iniciaram suas operações, especificamente as unidades frigoríficas Boibom, em 2013, Frigmann e Boibras, em 2014 e Juti, em 2015. Ressalte-se que os números de abates foram crescentes, conforme pode ser visualizado nas Tabelas 6 e 7 e nos Gráficos 13 e 14. O crescimento, portanto, pôde ser verificado não apenas nos abatedouros exportadores, mas também nos demais SIE e SIF voltados para o mercado interno.

Durante o ano de 2017, a imprensa local e nacional, deram ênfase às acusações de que a JBS promovia um monopólio dentre os abatedouros do Estado. Até mesmo uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, ao mesmo tempo em que a empresa foi envolvida em investigações policiais e em processos judiciais, no âmbito federal, o que abriria espaços à concorrência que potencialmente poderia então, crescer no negócio da carne. O senso comum apontava esses fatores como essenciais para afirmar que haveria um reposicionamento da empresa, no sentido de diminuir o suposto monopólio.

No entanto, os números que apresentamos nesta pesquisa dão conta do fato de que os abates bovinos aumentaram ao longo do período 2006-2016, bem como novas plantas frigoríficas foram abertas no período. Além disso, no Gráfico 8, pode-se comprovar que 48% do total dos abates em 2017 são de frigoríficos SIE e SIF que não focam a exportação. Já no Gráfico 14, fica evidente que a série histórica também demonstra que um eventual monopólio deve ser relativizado.

Os aumentos sucessíveis nos abates de frigoríficos SIE e SIF de mercado interno, entre os anos de 2006 a 2016, indicam que aconteceram mudanças estruturais no sistema produtivo dessas unidades. Elas não apenas conseguiram competir, mas também evoluir no quantitativo de abates. A cientifização do território, a técnica e a tecnologia aplicadas à indústria frigorífica sul-mato-grossense concomitantemente com a modernização no sistema produtivo das próprias fazendas pecuárias do Estado, aliados a programas como o "Novilho Precoce", tudo isso veio contribuir decisivamente para esse processo de inflexão produtiva, a reestruturação da indústria frigorífica sul-mato-grossense no século XXI. Além do verificado aumento nos abates frigoríficos. As entrevistas realizadas com pecuaristas, representantes das unidades frigoríficas e com órgãos públicos (especialmente com os técnicos da SEMAGRO, comprovam essa hipótese.

Numa entrevista[79] realizada durante nossos trabalhos de campo, o proprietário da unidade frigorífica Frigmann (Figura 24) Sr. Ivo Bauermann, nos revelou que a presença de uma grande planta exportadora (ele citou especificamente a JBS), impacta positiva e negativamente a atuação de um frigorífico de menor potencial financeiro-estrutural.

Segundo Bauermann, a prática de "despejar carne barata" no mercado interno é comum no Mato Grosso do Sul. Isso, segundo ele, exige que a operação de abate ocorra sempre que possível atrelada a contratos de médio e longo prazo com fornecedores e compradores,

[79] Entrevista concedida a este autor em 04/05/2018 em Amambai-MS.

buscando fidelidade e que se negocie os preços pagando o fornecedor sempre a vista, o que lhe garante um diferencial em sua região, perante os criadores fornecedores.

Além disso, e ainda segundo Bauermann, visando diminuir custos e otimizar a produção, foi necessário investir numa nova planta frigorífica, com equipamentos modernizados e adaptação total às normas do SIF. Outra estratégia adotada foi a de fechar contratos de venda de carne com rede de supermercados que operam em vários Estados. No caso em questão, parte da produção de carne é destinada ao Estado do Paraná. Os números do Gráfico 14 indicam que o caminho adotado pelo empreendedor, em relação à evolução dos abates, parece-nos significar, de fato, uma reestruturação.

Figura 24 - Frigorífico do Sistema de Inspeção Federal (SIF) Frigmann de Amambai-MS

Fonte: trabalho de campo (2018)
Autoria: Valdomiro Lima

Ainda durante o trabalho de campo, uma visita em especial, à unidade frigorífica Iguatemi (Figuras 25 a 30), em Iguatemi-MS, evidenciou que a reestruturação industrial da cadeia produtiva da carne bovina vem se adensando e permitindo aos abatedouros SIF se manter no mercado de forma competitiva.

Figura 25 - Frigorífico do Sistema de Inspeção Federal (SIF) Iguatemi, em Iguatemi-MS

Fonte: trabalho de campo (2018)
Autoria: Valdomiro Lima

Em meio às indagações, o sócio proprietário da unidade frigorífica Iguatemi, Sr. Marcelo Piccinato[80], revelou-nos que estava abatendo bovinos no sistema de abate *halal* em suas instalações e a produção estava sendo destinada ao mercado interno, voltada aos consumidores brasileiros que professam a fé islâmica, mas que já havia embarcado parte da produção para o mundo árabe no primeiro semestre de 2018.

Objetivando inserir-se no mercado externo da carne bovina, o frigorífico Iguatemi, segundo Piccinato, passou por muitas mudanças, sendo a mais importante a adoção de uma, palavras dele "gestão administrativa baseada num planejamento estratégico com foco na preparação para atuar no competitivo mercado exportador de carne bovina mundial". Instado a ser mais específico, listou algumas iniciativas, sendo as mais relevantes: mudanças no sistema de seleção de animais; melhoria nas técnicas de recepção e pré-abate (Figura 27); modernização dos procedimentos de abate, compra de novas máquinas e treinamento de funcionários (Figuras 26, 28 e 29).

[80] Entrevista concedida a este autor em 22/05/2018 em Iguatemi-MS.

Figura 26 - Preparação para exportação de carne bovina do Frigorífico do Sistema de Inspeção Federal (SIF) Iguatemi, em Iguatemi-MS

Fonte: trabalho de campo (2018)
Autoria: Valdomiro Lima

No que toca ao manejo pré-abate, os bovinos são submetidos a um período de descanso pós-transporte, geralmente considerado estressante, e submetidos a uma higienização sanitária e a hidratação. Piccinato afirma que, sempre que possível, o animal é abatido no dia seguinte ao da chegada ao frigorífico e que esses processos, se bem executados, contribuem sobremaneira para a melhoria da qualidade da carne a ser comercializada posteriormente.

Quanto à estratégia de seleção de animais para o abate, o frigorífico Iguatemi, segundo Piccinato, busca priorizar o criador que comprove a realização de um manejo humanizado e sustentável, priorizando aqueles que fazem parte de algum programa de melhoramento do plantel, como o "Novilho Precoce" ou o "SISBOV", já descritos nesse trabalho anteriormente.

Nesse sentido, é possível apontar, a partir da leitura dos dois parágrafos anteriores, indicativos de ações e estratégias que se aprimoram no contexto do circuito espacial da produção da carne bovina sul-mato-grossense, no caso a modernização da técnicas e práticas de manejo da fazenda pecuária e do frigorífico, etapas fundamentais na rede de cooperação que se estabelecem no âmbito das relações capitalistas de produção da carne bovina no Estado.

Figura 27 - Manejo pré-abate no Frigorífico do Sistema de Inspeção Federal (SIF) Iguatemi, em Iguatemi-MS

Fonte: trabalho de campo
Autoria: Valdomiro Lima

Segundo Piccinato, houve um incremento em geral na maioria dos frigoríficos do Brasil, motivados que foram pela expansão de sucesso da JBS e Marfrig, principalmente. Ele afirma inclusive que parte da carne exportada por eles, é abatida em frigoríficos como o Iguatemi, numa relação de parceria, objetivando aproveitar melhor a questão logística que sempre há de ser resolvida entre o local de busca e o local de abate dos animais. Nesse caso, o frigorífico SIF de perfil mais modesto, participa do circuito produtivo como um complemento na produção industrial e nas exportações brasileiras, mesmo não configurando nas estatísticas oficiais.

As melhorias nos procedimentos de abate passam por capacitação dos trabalhadores. Nesse caso, o Sr. Piccinato nos disse que conta com a colaboração da Prefeitura Municipal de Iguatemi-MS, que tem feito esforços nesse sentido. O próprio frigorífico também capacita seus empregados, investindo na formação de técnicos e gestores de maior qualidade, inclusive melhorando suas remunerações. Quanto à modernização dos procedimentos de abate, informou-nos que a compra de novas máquinas e equipamentos e o treinamento de funcionários para utilizá-las, vem dando resultado, um incremento produtivo fundamental entendido como um pré-requisito levando em conta no mercado exportador.

Figura 28 - Esteiras de desossa e preparação de peças cárneas do Frigorífico do Sistema de Inspeção Federal (SIF) Iguatemi, em Iguatemi-MS

Fonte: trabalho de campo (2018)
Autoria: Valdomiro Lima

Ao ser questionado a respeito da origem dos recursos que permitiram essas inovações, ampliações e aquisições, Piccinato nos disse que todo o aporte financeiro é oriundo de recursos próprios dele e de outro sócio proprietário. O investimento total foi da ordem de 18 milhões de reais nos últimos dois anos, sem recorrer a financiamento externo, nem mesmo empréstimos bancários como pessoa física. A esse respeito, ele argumenta que apesar de haver disponibilidade de recursos a juros competitivos nos bancos públicos de fomento, prefere não ter de submeter aos pré-requisitos exigidos, com prazos definidos para melhorias nas plantas de abate e metas de produção e exportação futuras acordadas. A nosso ver, trata-se de uma exceção à regra, uma vez que as facilidades para pagamento tornam esse tipo de parceria empresa-banco de fomento, uma política de sucesso e uma das marcas dos governos Lula e Dilma (2003 – 2016), um período de inserção competitiva do Brasil no circuito mundial da produção de carne bovina mundial.

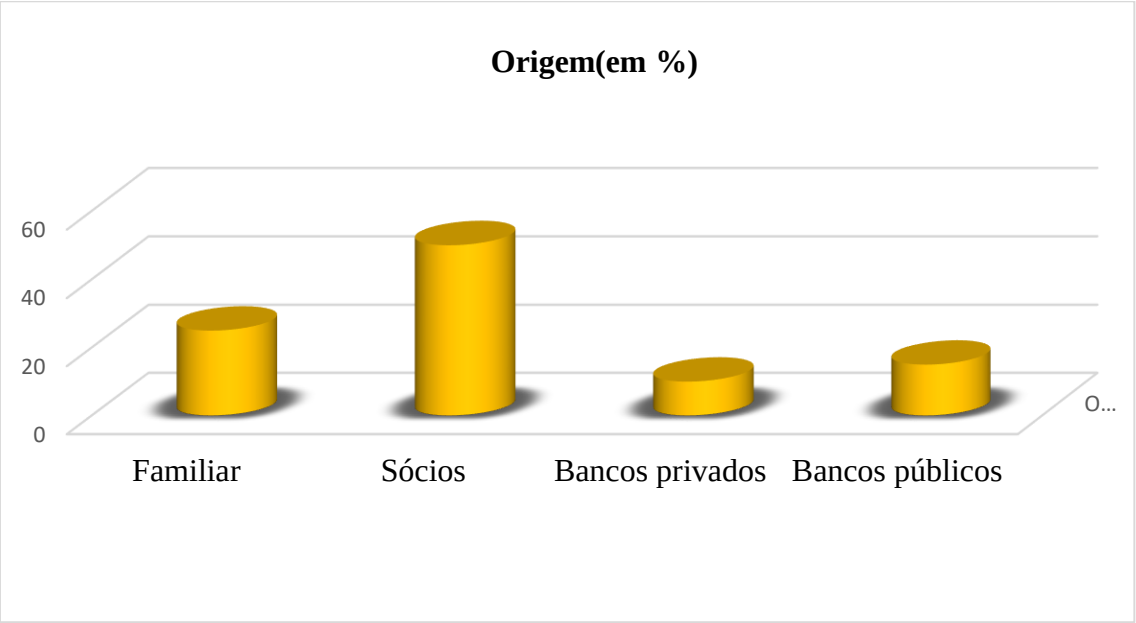
Figura 29 – Sistemas de refrigeração do Frigorífico do Sistema de Inspeção Federal (SIF) Iguatemi, em Iguatemi-MS

Fonte: trabalho de campo (2018)
Autoria: Valdomiro Lima

As indagações a respeito das fontes de recursos financeiros das unidades abatedouras deram origem ao Gráfico 9, onde são apresentadas as principais fontes de financiamento da reestruturação dos frigoríficos SIE e SIF de mercado interno. Percebe-se ainda que a maior parte dos investimentos nas plantas de abate são oriundos de capital próprio, seja familiar ou de sócios-proprietários. Bancos respondem ainda pela menor parte dos recursos investidos.

Nesse sentido, o Gráfico 9, que apresenta a origem dos financiadores das unidades frigoríficas, corrobora com o Gráfico 10, que trata do poder decisório dentro da unidade frigorífica. Majoritariamente a gestão é familiar ou societária. Não identificamos nas entrevistas ou nas consultas aos órgãos estatais a existência de unidades frigoríficas dos sistemas SIE e SIF de mercado interno que tenham aberto o seu capital e negociado qualquer participação na bolsa de valores.

Gráfico 9 - Fontes de recursos financeiros das unidades frigoríficas dos sistemas SIE e SIF de mercado interno



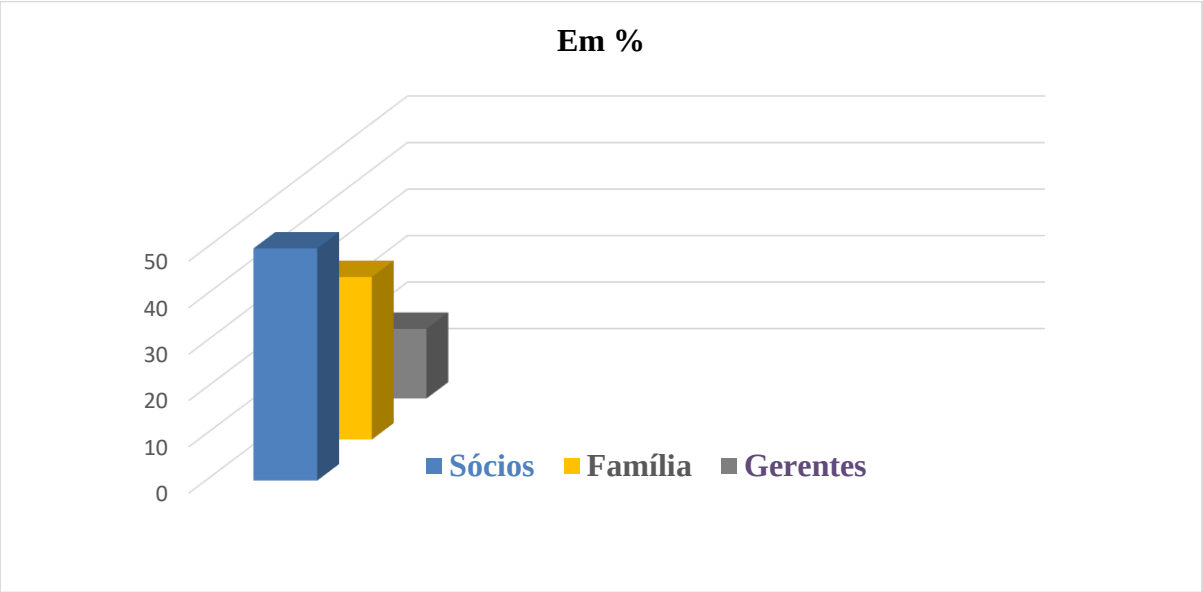
Fonte: Entrevistas (2018)
Organização: Valdomiro Lima

No cômputo geral das entrevistas realizadas com os representantes das unidades frigoríficas, identificamos que aproximadamente 60% dos proprietários entrevistados mostravam-se conhecedores do processo de produção de gado bovino, do funcionamento da fazenda pecuária. Por volta de 30 % deles disseram que também são criadores ou tem familiares atuando na atividade.

Nesse contexto, acreditamos poder afirmar que a experiência no setor de criação de gado acaba convertendo-se uma estratégia de competitividade no âmbito da gestão do frigorífico, uma vez que, ao mensuram melhor os custos do produtor, possibilita qualificar o processo de formação de preço do bovino destinado ao abate. Nas palavras dos próprios, a negociação se dá em bases mais reais e atinge bons níveis de confiabilidade ente as partes, gerando parcerias mais duradouras.

E ainda, no mesmo sentido, essa relação de proximidade entre pecuaristas, transportadores (caminhoneiros e empresas), frigoríficos e os varejistas, estes localizados nos municípios, permitem inclusive formar relações de confiança não apenas entre esses entes, mas também com os consumidores locais de carne bovina, muito mais fiéis que os mercados mundiais, mais voláteis e sujeitos a crises eventuais.

Gráfico 10 - Controle decisório nas unidades frigoríficas dos sistemas SIE e SIF de mercado interno



Fonte: Entrevistas (2018)
Organização: Valdomiro Lima

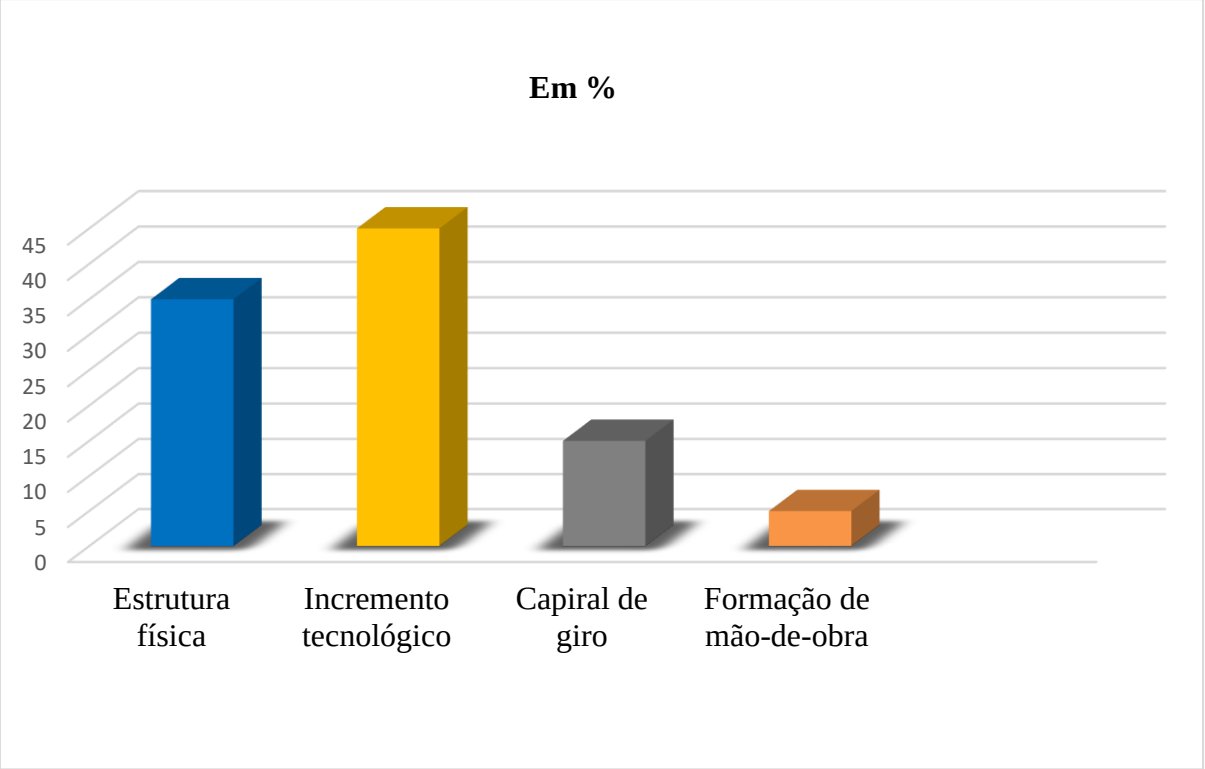
As unidades frigoríficas sul-mato-grossenses, do sistema SIE e SIF de mercado interno, priorizam o incremento tecnológico das plantas de abate e a melhoria das estruturas físicas (Gráfico 11). Parte deste processo segue o rastro deixado pelos *Global Players* da proteína animal, uma vez que estes, ao adotar novos padrões tecnológicos, adquirindo maquinários mais modernos e agregando competitividade aos seus processos produtivos, induzem o mercado a cobrar que todas as empresas do ramo também se reestruturem.

Nesse contexto, os próprios governos, preocupados com episódios que porventura possam criar empecilhos à exportação da carne brasileira, o que concorreria negativamente para uma piora dos resultados da balança comercial do país, acabam por atuar no sentido de forçar ou favorecer uma inflexão modernizante no setor. Alteram-se regras sanitárias, modificam-se normas técnicas, amplia-se a necessidade de rastreabilidade animal, criam-se programas de fomento, com crédito mais barato e assistência técnica para que as plantas frigoríficas sofram cada uma a sua própria revolução tecnológica, tudo com foco na competitividade no circuito global da carne bovina.

Ainda no contexto do Gráfico 11, os gestores entrevistados também demonstraram grande preocupação com o capital de giro, uma vez que esta é uma questão nevrálgica no momento da compra do gado. A maioria dos pecuaristas negocia as condições da venda de seus animais ponderando se o pagamento será à vista ou a prazo. O pagamento à vista vem se configurando como uma vantagem competitiva dos frigoríficos SIE e SIF de mercado interno,

uma vez que JBS, Marfrig e Minerva negociam pagamentos para no mínimo 30 dias de prazo futuro.

Gráfico 11 - Destinação dos recursos financeiros das unidades frigoríficas dos sistemas SIE e SIF de mercado interno



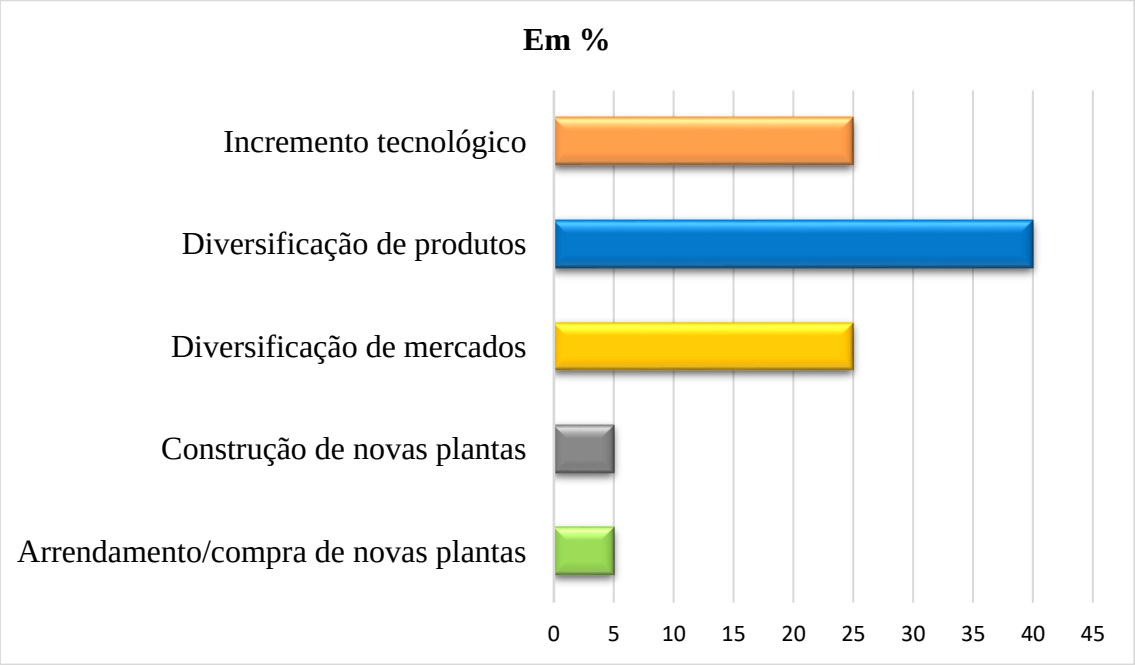
Fonte: Entrevistas (2018)
Organização: Valdomiro Lima

A lógica da acumulação capitalista se expressa por meio da superação de crises cíclicas, como as que temos constantemente vivenciado ao longo dos séculos XX e XXI. No caso das unidades frigoríficas SIE e SIF de mercado interno, o crescimento dos três grandes frigoríficos brasileiros, JBS, Marfrig e Minerva, com a eventual ameaça de se configurar um monopólio na produção da carne bovina brasileira, essa crise possibilitou que houvesse uma tentativa de reposicionamento técnico e tecnológico das demais plantas de abate, com o objetivo de conseguir minimamente competir no mercado interno e, eventualmente, inserir-se no comércio global de proteína animal.

A partir desse cenário, as unidades frigoríficas SIE e SIF de mercado interno passaram a adotar, com variados graus de intensidade e diferenças quanto à temporalidade, estratégias inovadoras no sentido de modificar o processo produtivo de suas respectivas plantas de abate, buscando ganhar mais mercado, interna e até mesmo externamente. O Gráfico 12 apresenta as

principais respostas dos representantes dessas unidades, quando instados a dizer de quais estratégias faziam uso nesse contexto.

Gráfico 12 - Estratégias de crescimento das unidades frigoríficas SIE e SIF de mercado interno



Fonte: Entrevistas (2018)
Organização: Valdomiro Lima

Aos grandes frigoríficos exportadores sul-mato-grossenses foram atribuídas, pela imprensa e por políticos do Estado, tentativas de monopolizar o setor de abates no Estado, principalmente na segunda metade da década passada. Uma das estratégias utilizadas era a compra de plantas de abate frigorífico já existentes, e que eram deixadas em estado de espera, diminuindo a quantidade de abatedouros disponíveis, e criando uma situação similar a um cartel, uma associação de empresas que passariam a controlar os abates e submeteria os pecuaristas às suas condições. Uma leitura atenta dos Gráficos 13 e 14, indicam que, embora tal fato tenha ocorrido, 27 outras unidades frigoríficas continuaram abatendo regularmente, inclusive com números majoritariamente crescentes ao longo do período 2006 – 2016.

A análise do Gráfico 12 indica que dentre as estratégias de crescimento utilizadas pelas unidades frigoríficas SIE e SIF de mercado interno, destacam-se as diversificações de produtos e mercados, e o incremento tecnológico. Durante as visitas aos abatedouros, fomos informados que a unidade frigorífica Naturafrig de Nova Andradina-MS (Figura 18), inseriu-se no cenário exportador por meio de miúdos bovinos e subprodutos, como tendões, língua e medula. A

unidade frigorífica Iguatemi inseriu-se no mundo árabe, exportando 30% de sua produção (Figura 30) para a Arábia Saudita, o Irã e Hong Kong. Importante ressaltar que os dois primeiros exigem o abate feito por meio do sistema *halal*, com supervisão *in loco* durante todos os procedimentos, da chegada do animal à finalização do manejo da carne.

Figura 30 - Carne preparada para exportação no Frigorífico do Sistema de Inspeção Federal (SIF) Iguatemi em Iguatemi-MS

Fonte: trabalho de campo (2018)
Autoria: Valdomiro Lima

Desde os anos 1990, com o advento do plano de estabilização da economia, iniciado ainda no governo do Presidente Itamar Franco, o planejamento governamental tinha como estratégia um enfoque nas exportações. Leis aprovadas desde então, buscavam facilitar a exportação de uma série de produtos, como a chamada Lei Kandir[81], que extinguia a cobrança do Imposto sobre a Comercialização de Mercadorias e Serviços, que incidia sobre as exportações de produtos primários e semielaborados, enquadrando todo o setor do agronegócio

[81] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp87.htm>. Acessado em 12 de julho de 2018.

brasileiro. Nos anos que se seguiram, outras iniciativas foram levadas adiante, sempre objetivando aumentar o volume de exportações e contribuindo para o superávit da balança comercial brasileira.

Especialmente nos governos de Lula (2003 a 2010), o forte aporte financeiro do BNDES elevou algumas de nossas empresas a se tornarem referência mundial, caso das frigoríficas JBS, Marfrig e Minerva. O que percebemos agora é que, embora o momento político-econômico do país e o apoio do governo não sejam os mesmos, o caminho aberto por essas empresas, permitiu que o setor frigorífico do SIE e do SIF de mercado interno pudesse, além de ampliar sua capacidade efetiva de abates, também buscar espaço no mercado internacional da proteína animal, coisa que três unidades frigoríficas sul-mato-grossenses (Naturafrig de Rochedo e Nova Andradina e Iguatemi de Iguatemi) já estão fazendo.

É nesse sentido que entendemos ser possível afirmar que houve uma reestruturação industrial no setor frigorífico do Estado do Mato Grosso do Sul especialmente após o ano de 2006.

4.4 - A indústria frigorífica sul-mato-grossense no século XXI: a hipótese da reestruturação do setor de mercado interno

No processo histórico de constituição do território brasileiro, as atenções econômicas ficaram majoritariamente voltadas para o exterior. Mesmo após a independência político-administrativa do país, ainda assim mantivemos uma relação de subordinação em relação às nações europeias, continuamos a abastecê-los de produtos de menor valor agregado. Nossas importações de produtos manufaturados estão na origem de boa parte de nosso endividamento externo. Isso é parte essencial e conhecida da história do país.

No início do século XX, especialmente da década de 1930 em diante, houve tentativas de industrialização tornaram-se mais intensas e mais efetivas. Durante as fases expansivas[82] da economia mundial, havia uma forte elevação da capacidade de importação e exportação, aumentando-se a capacidade de intercâmbio. Nas fases depressivas, a economia brasileira reagia à crise mundial, diminuindo o intercâmbio comercial. Nessas fases recessivas dos ciclos, ocasionamos consecutivas substituições de importações. A frigorificação do Brasil se insere neste contexto.

Conforme apresentamos nos Capítulos I e II deste trabalho, inicialmente os frigoríficos

[82] Ver Rangel (1983)

estrangeiros dominavam o setor. Ao longo do século XX, novas empresas de capital nacional surgiram, se expandiram e dominarem o setor. Quando ocorreu a desconcentração dos matadouros e frigoríficos em direção ao interior, já eram grupos nacionais atuando no setor. O primeiro surto exportador dos frigoríficos de capital nacional, conforme Benites (2000), ocorreu a partir de 1982, ano em que ocorreu o conflito das Malvinas e os argentinos perderam espaço no mercado europeu. Mas somente no final da década de 1990, logo após a estabilização da economia, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, surgiram possibilidades reais de competição no mercado mundial da carne bovina.

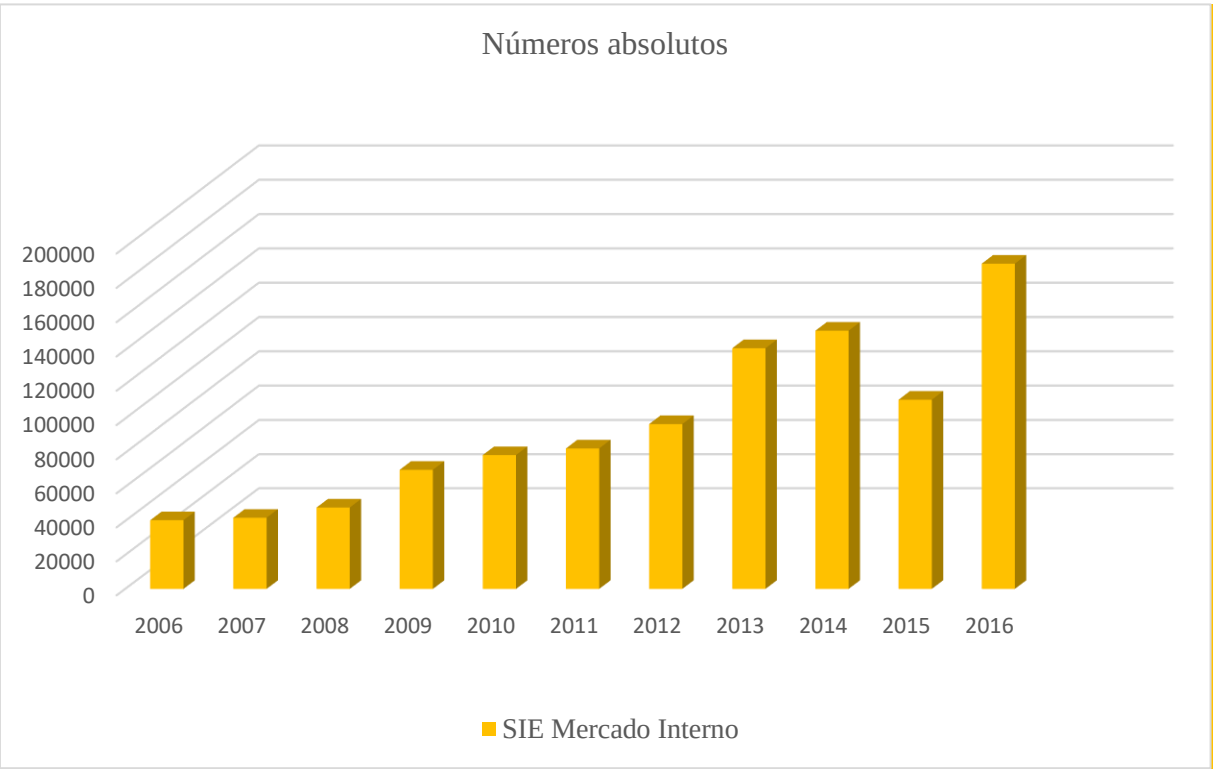
Aos poucos, o setor frigorífico nacional teve acesso ao BNDES, o que se intensificou a partir de 2003 já no contexto do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, período em que os problemas sanitários do gado europeu contribuíram para a inflexão definitiva rumo à exportação da carne brasileira. As isenções fiscais para exportar, o reforço sanitário e as missões comerciais governamentais mundo afora fortaleceram a imagem da carne brasileira e, por volta do ano de 2005 o Brasil e seus frigoríficos, mais do que se inserir no mercado mundial de proteína animal, passar a buscar a hegemonia, o domínio do setor.

A partir destes momento e contexto, o Mato Grosso do Sul ganhou relevância estratégica. Historicamente pecuário, com fazendeiros e animais bem adaptados ao meio, com logística relativamente favorável, o Estado vivenciou a chegada e o crescimento das grandes empresas do setor frigorífico, Minerva, Marfrig e destacadamente a JBS. Juntas, essas empresas passaram a abater algo entre 50 e 60% do gado bovino e contribuindo para a reestruturação da indústria de proteína animal sul-mato-grossense.

A reestruturação industrial perpetrada pelos grandes frigoríficos exportadores, ao todo com 12 plantas industriais (9 da JBS, 2 do Marfrig e 1 do Minerva) no Mato Grosso do Sul, acabou por pavimentar o caminho para todas as demais unidades frigoríficas. Seguir um modelo similar de inflexão técnica, tecnológica e estrutural, e adotar um modelo de gestão de caráter exportador passou a ser imperativo para os frigoríficos regionais se sustentarem no mercado de maneira mais competitiva.

É nesse contexto que muitas empresas do ramo frigorífico, por não conseguirem se adaptar às novas exigências do mercado, acabam por ter suas atividades encerradas. É salutar ressaltar, no entanto, que algumas unidades frigoríficas iniciaram suas atividades no mesmo período e os abates no geral mantiveram-se em ritmo crescente no Estado, conforme pode ser visualizado nos Gráficos 13 e 14. Nesse sentido, pode-se dizer que um novo cenário se configurou para pecuaristas e empresas do setor produtivo da carne bovina, cada qual buscando também a sua reestruturação.

Gráfico 13 - Evolução dos abates em unidades frigoríficas do Sistema de Inspeção Estadual (SIE) no Mato Grosso do Sul (2006 – 2016)



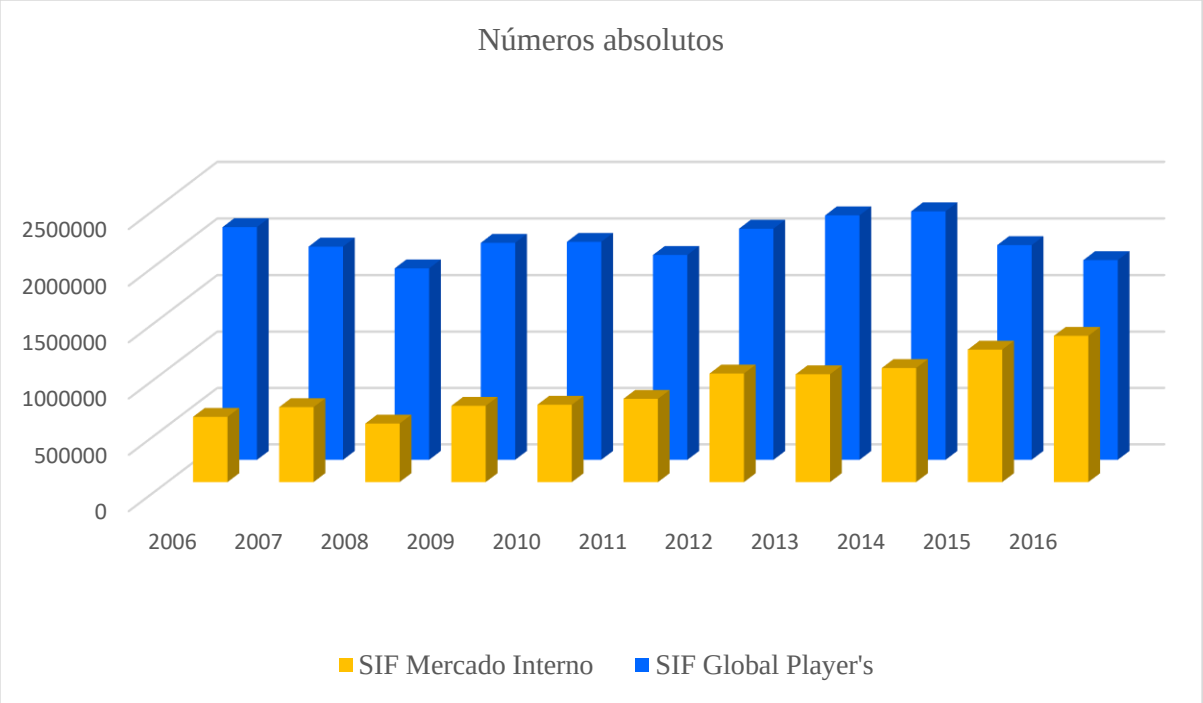
Fonte: SEMAGRO/SEPAF/IAGRO/DFA (2018)
Organização: Valdomiro Lima

As unidades frigoríficas do Sistema de Inspeção Estadual (SIE), concomitantemente ao processo de crescimento produtivo e exportador dos frigoríficos SIF JBS, Marfrig e Minerva, ocorrido em meados da década de 2000, obtiveram números de abates crescentes ao longo da série histórica entre 2006 e 2016. Fatores como o aumento da renda das famílias brasileiras no período dos governos Lula e Dilma (2003 – 2016), contribuíram, segundo os representantes frigoríficos entrevistados, para as vendas de carne aumentarem internamente no Brasil. A própria internacionalização desses grandes frigoríficos, favoreceu a entrada e/ou permanência dos frigoríficos SIE nos mercados locais de consumo de proteína animal.

Conforme pode ser visualizado no Gráfico 13, o volume de abates dos frigoríficos do sistema SIE mantiveram-se crescentes entre 2006 e 2014, com uma queda do ano de 2015 e voltando a subir em 2016. O ano de 2015, conforme já foi dito neste trabalho, foi um ano de queda nos indicadores sociais, de aumento do desemprego e diminuição do consumo das famílias. Em situações como essa, de recessão, a carne bovina acaba sendo preterida em função de outras fontes de proteína, como aves e suínos, geralmente mais baratos e acessíveis, daí a

diminuição da demanda. Mas foi, em todos os setores econômicos do país, um ano atípico, cujos efeitos diminuíram de intensidade, mas ainda impactam todo o sistema produtivo brasileiro.

Gráfico 14 - Evolução dos abates em unidades frigoríficas do Sistema de Inspeção Federal (SIF) no Mato Grosso do Sul (2006 – 2016)



Fonte: SEMAGRO/SEPAF/IAGRO/DFA (2018)
Organização: Valdomiro Lima

O Gráfico 14, a nosso ver, também corrobora com a nossa hipótese de reestruturação industrial dos frigoríficos SIE e SIF de mercado interno. Tirante uma queda em 2008, o número de abates foi sempre crescente na série histórica entre 2006 e 2016. E talvez seja a hora de reconhecer que o termo adotado por nós neste trabalho, para nominar as unidades frigoríficas do sistema SIF que atendiam exclusivamente o mercado interno, não seja mais o mais adequado, uma vez que identificamos nas entrevistas realizadas em 2018, que o cenário dos anos anteriores foi modificado, uma vez que esses frigoríficos estão também exportando suas produções. Numericamente minoria dentre as 27 unidades que atendiam apenas o mercado interno, 3 delas passaram a exportar em 2017 e 2018. Somente com o passar do tempo poderemos confirmar se essa inflexão será sustentável e/ou ampliada, mas trata-se de um dado relevante, uma mudança de cenário que não pode ser desprezada numa análise da indústria frigorífica brasileira.

Ao analisar as respostas dadas pelos representantes das unidades frigoríficas SIE e SIF

de mercado interno referentes ao seu processo produtivo, e considerando-se as informações apresentados nos Gráficos 13 e 14, é possível afirmar que houve uma reestruturação produtiva dessas plantas de abate, feita no "rastro" dos *Global Players.*

Nesse sentido, apresentamos três principais estratégias de competição promovidas pelas unidades frigoríficas SIE e SIF de mercado interno, frente às eventuais oligopolização e internacionalização do setor frigorífico brasileiro e especialmente sul-mato-grossense. São elas:

1. Estruturar-se como uma referência regional e estabelecer uma aliança com os transportadores e com os produtores pecuários, criando um diferencial de confiabilidade no processo de contratação de serviços e na compra e venda de bovinos. Nesse sentido, é importante ressaltar a influência que os proprietários de frigoríficos SIE e SIF de mercado interno têm nas questões municipais, junto a prefeitos, vereadores, sindicatos rurais e comerciantes locais, influência esta que impacta fortemente na formação de uma rede de relações que fortalece parcerias presentes e futuras.
2. Atender a um público-alvo mais restrito, fugindo da competição no atacado, com foco em clientes com demandas específicas. Essa estratégia busca oferecer produtos no varejo, preferencialmente aos pequenos e médios açougues, mercearias, e supermercados, fora do raio de ação principal dos *Global Players.* Pode-se usar como exemplo dessa estratégia a pequena rede de 3 açougues Simental de Dourados-MS, que oferece produtos de primeira linha, a chamada carne *gourmet.*
3. Abrir rotas de exportação em direção a nichos do mercado mundial da carne bovina ainda não explorados, ou não priorizados pelos frigoríficos internacionalizados JBS, Marfrig e Minerva, como por exemplo o abate *halal* destinado ao Irã e à Israel, conforme citados nas entrevistas.

Entendemos ser necessário, portanto, repensar a tipologia, a classificação que daremos para esse tipo de empresa que, sem recorrer ao BNDES, sem se enquadrar naquilo que se chamou de "política das campeãs nacionais", sem adotar o perfil agressivo de adquirir novas plantas, seja aqui ou no exterior, está não apenas conseguindo competir internamente, mas também internacionalizando-se, exportando carne para outros países. Há um futuro para além dos *Global Players* JBS, Marfrig e Minerva. Ignácio Rangel e suas ideias sobre ciclos, fases de expansão e retração, e especialmente a transferência de recursos ociosos para áreas estranguladas, mostram-se muito atuais nesse século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor produtivo de carne bovina do Mato Grosso do Sul se reestruturou ao longo de sua história. A atividade da pecuária bovina, que teve início a partir da necessidade de abastecimento da população de colonizadores que desde o século XVIII ocupava o oeste brasileiro, converteu-se ao longo dos anos num dinâmico processo gerencial, técnico e tecnológico, conectado com a modernidade do meio técnico-científico-informacional, comum aos séculos XX e, especialmente, ao XXI.

Quanto ao Estado de Mato Grosso do Sul, podemos dizer que também passou por sua reestruturação produtiva, especialmente no quarto final do século XX, quando, por meio do incremento logístico, qualificou o seu circuito espacial da produção de carne bovina, superando uma de suas incompletudes, no caso, de ser um mero criador e vendedor de gado vivo para os frigoríficos do Sudeste, e passou a conviver com a industrialização do processo de abate de bovinos, com a chegada dos frigoríficos ao Estado.

Na década de 2000, o Mato Grosso do Sul assistiu a emergência dos grandes frigoríficos exportadores de carne bovina brasileiros, no caso, a JBS, o Marfrig e o Minerva. No Estado, em 2017, esses *Global Players* da proteína animal tem 12 plantas frigoríficas operacionais, computando 52% dos abates. No mundo, adotam uma política agressiva e predatória, com aquisições de outros frigoríficos e diversificação produtiva e verticalização industrial. Também atuam em variados outros setores industriais fora do ramo alimentício e, marca desse século de inflexões, operam com ações na bolsa de valores.

Ressalte-se, nesse contexto, a participação decisiva do BNDES nos processos de reestruturação e internacionalização dessas empresas. Diferente da abordagem comumente vista na imprensa e sociedade em geral, o banco estatal não teve prejuízos nessas operações, conforme evidenciado nessa pesquisa. Em recente entrevista, o Professor Fernando Haddad[83], candidato à sucessão presidencial em 2018, ao ser questionado sobre o papel do BNDES em um eventual governo seu, deu a resposta pertinente que não costuma ser dada com a devida assertiva e clareza, de que no período em que se acusa o Governo Lula de apostar nas "campeãs nacionais", nenhum projeto foi recusado por critérios que não fossem técnicos e que todas as empresas brasileiras que apresentaram projetos de internacionalização foram consideradas. Haddad disse ainda que o aumento das exportações obtido na década de 2000 foram importantes para todos os demais setores da economia, impactando em aumentos de produção, arrecadação

[83] Disponível em: <https://globosatplay.globo.com/globonews/v/7002394/?utm_source=twitter&utm_medium=organico&utm_campaign=gnews&utm_content=post>. Acessado em 07 de setembro de 2018.

de impostos e geração de empregos formais. Nesse sentido, nada temos a reparar ou a acrescentar nessa análise.

Nossa hipótese partiu do pressuposto de que os frigoríficos de carne bovina que num primeiro momento não haviam se internacionalizado, ao serem confrontados com um novo padrão gerencial, técnico e tecnológico das grandes empresas do setor, muitos deles seguiram pelo mesmo caminho, adotando estratégias várias para ganhar competitividade na disputa pelo mercado da proteína animal.

Nesse contexto, importante ressaltar a importante participação das organizações públicas, o trabalho das secretarias e órgãos estaduais do governo sul-mato-grossense, como a SEMAGRO, a SEMADE, a UEMS, A FUNDECT o IAGRO, atuando concomitantemente com órgãos federais como a UFGD, a UFMS, o IFMS, a SUDECO, o MAPA, o MDIC, a SECEX, o BNDES, a CONAB, o IBGE, e a EMBRAPA, dentre outros atores desse contexto. Destacamos também a atuação de entidades associativas de classe e empresariais, como a ABIEC, a CNA, o SENAR, o SENAI, as associações de frigoríficos e os sindicatos rurais, importantes pontos de apoio a empresários, pecuaristas e trabalhadores do setor de produção de carne bovina, todos esses entes colaborando para a melhoria dos processos produtivos, da fazenda pecuária ao porto de exportação, do frigorífico às missões comerciais no exterior, tudo influindo para a dinamização do circuito espacial produtivo da carne bovina sul-mato-grossense e brasileira.

Ressaltamos ao longo desse trabalho, por meio de variados gráficos e tabelas, a evolução histórica dos abates, em frigoríficos SIF *Global Players*, SIF de mercado interno e SIE. A regra geral foi de aumento nos abates, o que demonstra, dentre outros aspectos, que a eventual monopolização do setor frigorífico no Estado acabou por não ocorrer, ao menos não na forma como se apresenta comumente nos noticiários da imprensa em geral. De fato, Minerva, Marfrig e especialmente JBS, são responsáveis por aproximadamente metade dos abates realizados no Estado. No entanto, isso não significou diminuição dos abates frigoríficos nas demais unidades no período de 2006 a 2017. Ao contrário, o aumento foi majoritário e perceptível nos demais abatedouros sul-mato-grossenses.

Nesse sentido, acreditamos que a reestruturação nos sistemas produtivos das unidades frigoríficas SIE e SIF de mercado interno, explica o fato de que, mesmo com o acirramento da competição, com a implantação de novos padrões gerencial, técnico e tecnológico, com o aumento dos abates e a exportação de carne, todos esses promovidos pelos frigoríficos internacionalizados, essas empresas não apenas se mantiveram ativas, mas aumentaram seus abates e também buscaram ingressar no mercado externo da proteína animal.

Esperamos, por fim, que esse trabalho de pesquisa se converta também num convite à novas reflexões a respeito das realidades econômicas brasileira e sul-mato-grossense, tendo como base a concepção de Ignácio Rangel, no caso a transferência de recursos de áreas com capacidade ociosa para áreas carentes de investimentos. O setor frigorífico da carne bovina sul-mato-grossense certamente era, até meados dos anos 2000, um desses setores com potencial de investimento subutilizado, capital ocioso, portanto. Rangel, um estudioso da economia que atuou com destaque nos primórdios do antigo BNDE (o "S" veio somente em 1982) sempre defendeu as parcerias entre o Estado e o setor privado, como forma de dinamizar o fluxo dos investimentos e alavancar setores estrangulados da economia.

Em nossas incursões pelo meio pecuário e frigorífico do Mato Grosso do Sul, pudemos notar que ainda há muito a se fazer e pesquisar no setor de proteína animal do Estado. Cito dois aspectos desse circuito produtivo que merecem ser analisados futuramente: considerável parte dos pecuaristas ainda não se integraram aos meio técnico-científico-informacional; e há muitos abatedouros operando apenas sob o controle do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) nos municípios sul-mato-grossenses. Um observador pessimista poderia identificar de saída, duas desvantagens competitivas. Outro, mais otimista, partiria do pressuposto de que aí estão duas áreas com capacidade ociosa que eventualmente poderiam ser objeto de intervenções e convertidas em vantagens comparativas. Certamente nos identificamos com o segundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABCZ. Associação Brasileira de Criadores de Zebu. **Raças Zebuínas.** Disponível em: <http://www.abcz.org.br/Home/Conteudo/23985-Racas-Zebuinas> Acessado em 10 de junho de 2017.

ABIEC. **Sumário Anual.** Disponível em: <http://abiec.siteoficial.ws/images/upload/sumario-pt-010217.pdf> Acessado em 20 de julho de 2018.

ABRAFRIGO. Associação Brasileira de Frigoríficos. Disponível em: < http://www.abrafrigo.com.br/> Acessado em 05 de junho de 2017.

ABREU, S. de **Planejamento governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense. Contexto, propósitos e contradições.** São Paulo: USP, 2001.

ABPA. **Sumário Anual.** Disponível em: <http://abpa-br.com.br/storage/files/3678c_final_abpa_relatorio_anual_2016_portugues_web_reduzido.pdf > Acessado em 20 de setembro de 2018.

AGÊNCIA BRASIL. Luciano Coutinho nega uso do BNDES para negociar contribuições políticas. Disponível em: < http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-10/luciano-coutinho-nega-uso- do-bndes-para-negociar-contribuições-politicas>. Acessado em 25 de outubro de 2017.

_____. **Operação Carne Fraca.** Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/sete-perguntas-e-respostas-sobre-operacao-carne-fraca>. Acessado em 10 de junho de 2017

ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo: Unesp, 1995.

ASSOCARNES. Associação de Matadouros, Frigoríficos e Distribuidores de Carne de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://www.beefpoint.com.br/tag/assocarnes/> Acessado em: 08 de agosto de 2017.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Relatório Anual.** Disponível em: http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home. Acesso em 13 de abril de 2017.

BATAYPORÃ. Prefeitura Municipal. **Frigorífico Minerva retoma atividades neste ano em Batayporã.** Disponível em: <http://www.bataypora.ms.gov.br/noticias/Economia/frigorifico-minerva-retoma- atividades-neste-ano-em-bataypora> Acessado em 17 de dezembro de 2017.

BENITES, Miguel Gimenez. **Brasil Central Pecuário: Interesses e conflitos.** Presidente Prudente: Unesp/FCT, 2000.

BERNARDES, Júlia. A.; ARACRI, L. A. dos S. (Orgs.). **Espaço e Circuitos Produtivos: A cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense.** Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010.

BERTHOLI, Anderson. **O lugar da pecuária na Formação Sócio-Espacial Sul-Mato-Grossense**. (Dissertação) PPGGeo/CFH/UFSC. Florianópolis, 2006.

BRASIL. **Economia e emprego.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/01/industrias-brasileiras-fazem-abate-religioso-de-carnes-para-garantir-mercados- estrangeiros.> Acessado em 10 de setembro de 2017.

_____. **Lei nº 12529.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm> Acessado em 10 de agosto de 2018.

_____. **Lei Complementar 87.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp87.htm>. Acessado em 12 de julho de 2018.

_____. **Decreto 9013.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9013.htm#art541> Acessado em 07 de junho de 2017.

BUAINAIN, Antônio Márcio. et al. (2013). **Sete teses sobre o mundo rural brasileiro.** In: Revista de Política Agrícola. Ano XXII. n. 2. Abril/Maio/Junho de 2013. p. 105- 121.

CASTILLO, Ricardo. FREDERICO, Samuel. Espaço Geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. In: **Sociedade e Natureza.** Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474, dez, 2010.

CAPANEMA, Renato de Oliveira. **Trânsito de bovinos nos Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Brasil, 2008**. (Dissertação), Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal/UFMG. Belo Horizonte, 2010.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do *boom* ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

DANTAS, D. S. ; SOUZA, A. O. . Mato Grosso do Sul no contexto dos Programas de Concessões rodoviárias: desafios e perspectivas. **Geofronter**, v. 2 n.3, p. 161-174-174, 2017.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – SEPLAN/IBGE. **Atlas Multireferencial de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, 1990.

_____. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/>. Variados acessos. Acessos entre: 20 de março de 2017 e 10 de abril de 2018.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: < https://www.embrapa.br/> Acessado em 20 de junho de 2017.

EXAME. Revista. **Chegou a vez dele.** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/chegou-a-vez-dele/> Acessado em 22 de dezembro de 2017.

FAMASUL. Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul. **Participação de Mercado das Indústrias Frigoríficas em Mato Grosso do Sul**. Disponível em http://portal.sistemafamasul.com.br. Acesso em 14 de abril de 2017.

_____. **Infoagro.** Disponível em: http://portal.sistemafamasul.com.br/infoagro-levantamento-do-sistema-famasul- apresenta-serie-historica-dos-ultimos-40-anos/ Acessado

em 20 de novembro de 2017.

FACCIN, A.C.T.M. **Complexo soja no Mato Grosso do Sul: competitividade regional e vulnerabilidade territorial.** (Tese) PPGG/FCH/UFGD. Dourados, 2017.

FORMIGONI, I. Consumo de carne bovina**. Farmnews**, 2017. Disponível em: < http://www.farmnews.com.br/pesquisa/consumo-de-carne-bovina-4/> Acessado em 17 de janeiro de 2018.

GALERA, Mauricio Martorelli. **A inserção dos frigoríficos exportadores de Mato Grosso do Sul no mercado global.** (Dissertação) PPGG/FCH/UFGD. Dourados, 2011.

GAZETA DO POVO. Jornal. **Produção de carne bovina aumenta 45% em 15 anos, diz Mapa.** Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/pecuaria/producao-de-carne-bovina- aumenta-45-no-brasil-em-15-anos-diz-mapa-2i5rkl7jp470er1fhm6je8v13> Acesso em 9 de Junho de 2017.

GLOBONEWS. Jornal. **Central das eleições entrevista candidatos à vice-presidência. Fernando Haddad, candidato a vice pelo PT, é o convidado de hoje.**
Disponível em:
<https://globosatplay.globo.com/globonews/v/7002394/?utm_source=twitter&utm_medium=organico&utm_campaign=gnews&utm_content=post>. Acessado em 07 de setembro de 2018.

GOOGLE. *Maps*. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@-22.2849707,-53.2820428,3a,60y,279.29h,89.45t/data=!3m6!1e1!3m4!1s2wDslIOF6a_e_jHIrYOHaA!2e0!7i13312!8i6656 Acessado em 20 de setembro de 2017.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

IAGRO. Agência estadual de defesa sanitária vegetal e animal. Disponível em: < http://www.iagro.ms.gov.br/>. Acessado em 13 de maio de 2017.

____
IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____O. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

_____, O. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores da Pecuária Bovina Brasileira.** Disponível em:
<ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Pecuaria/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2016/abate-leite-couro-ovos_201604caderno.pdf> Acessado em 19 de dezembro de 2017.

_____, **Estabelecimentos agropecuários produtores de bovinos.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/. Acesso em 27 de abril de 2017.

_____**Censo Agropecuário**. Disponível em:
<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pecuaria.html>.

Acessado em 08/09/2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)** Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/tab5.shtm> Acessado em 18 de dezembro de 2017.

_____. **Panorama MS.** Sisponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama> Acessado em 10 de julho de 2018.

JBS. **Sobre a JBS.** Disponível em: < https://jbs.com.br/sobre/>. Acessado em 20 de dezembro de 2017.

JESUS, F.S. Os ciclos de Kondratieff. **Geografia opinativa**, 2017. Disponível em: http://www.geografiaopinativa.com.br/2016/07/os-ciclos-de-kondratiev.html Acessado em 20 de setembro de 2017.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Comércio exterior brasileiro: a tese da "reprimarização" da pauta exportadora e suas repercussões para mato grosso do sul. In: **XVI Encontro Nacional de Geógrafos**, 2010. Porto Alegre. Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Dinâmicas Produtivas da Economia de Exportação no Mato Grosso do Sul – Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 21, p.33-47, jan. /abr.2011.

MAMIGONIAN, A. **Notas sobre os frigoríficos do Brasil Central pecuário.** Belém: AGB, 1974.

_____.(Org.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. Florianópolis: PPGG/UFSC, 1997. p. 104-118.

MAPA. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Encefalopatia Espongiforme Bovina.** Disponível em: < http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/prog-nacional-de-controle-da-raiva-dos-herbivoros-e-outras- encefalopatias> Acessado em 15 de novembro de 2017.

_____. Disponível em: < http://www.agricultura.gov.br/>. Variados acessos. Acessos entre: 11 de março de 2017 e 22 de agosto de 2018.

_____. **Sistema de Inspeção Federal.** Disponível em: < http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/sif> Acessado em 10 de agosto de 2017.

MARFRIG *FOODS.* **A empresa.** Disponível em: < http://www.marfrig.com.br/pt/marfrig-global-*foods*/a-empresa> Acessado em 22 de dezembro de 2017.

MDIC. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Disponível em: <http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1498748599.pdf> Acessado em 12 de janeiro de 2018.

_____. **Defesa comercial.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-

exterior/defesa-comercial/205-o-que-e-defesa-comercial/1768-dumping> Acessado em 10 de agosto de 2018.

MINERVA *FOODS.* **Sobre o Minerva *Foods***. Disponível em: <http://portal.minerva*foods*.com/sobre-minerva-*foods*> Acessado em 22 de dezembro de 2017.

MOREIRA JR, Hermes. Reflexões sobre desenvolvimento, inovação e competição internacional. **Textos de Economia**, v. 17, p. 09-30, 2014.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

NOVANEWS. *Site* Jornalístico. **Fechado a cerca de três anos, Frigorífico Minerva segue sem previsão de voltar a operar em Batayporã.** Disponível em: <https://www.novanews.com.br/noticias/cidades/fechado-ha-cerca-de-tres-anos-frigorifico-minerva-segue-sem-previsao-de-voltar-a-operar-em-bataypora> Acessado em 18 de setembro de 2018.

OGLOBO. Jornal. **Como foi a evolução do salário mínimo no governo Lula.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/como-foi-evolucao-do-salario-minimo-no-governo-lula-2827550> Acessado em 10/06/2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches(org.) et al. **Geografia do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1998.

PIZZO, M.R. Rangel e a concessão de serviços públicos à iniciativa privada. *In*:

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** Trad. Rita Lima. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, p. 125-164.

POSSAS, M.L. **Estruturas de mercado em Oligopólio**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

RANGEL, Ignácio. **Recursos ociosos e política econômica**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____, Ignácio. **O ciclo médio e o ciclo longo no Brasil.** Revista Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 31-42, 1983.

_____, Ignácio. **A história das dualidades brasileiras.** Revista de economia política, São Paulo, n.1, 1981.

_____, Ignácio. **Obras reunidas**. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____, Ignácio**. Recursos ociosos e ciclo econômico: alternativas para a crise brasileira.** Revista de Economia Política, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 21-30, 1989a.

_____, Ignácio. **Economia: milagre e anti-milagre.** Rio de janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**.

Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n 54, p. 35-59, jun. 1977.

_____, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios.** Petrópolis: Vozes, 1982

_____, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. Editora Hucitec, São Paulo, 1996.

_____, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil – território e sociedade no início do século XXI.**São Paulo: Record, 2001.

SECEX. Secretaria de Comércio Exterior. Disponível em: < http://portal.siscomex.gov.br/legislacao/legislacao/orgaos/secretaria-de-comercio-exterior-secex>. Acessado em 20 de maio de 2017.

_____. **Exportações de Unidades Frigoríficas com registro no SIF.** Disponível em: http://portal.siscomex.gov.br. Acesso em 13 de março de 2017.

SEMADE. **Brasil perto dos 100% da cota Hilton.** Disponível em: < http://www.semade.ms.gov.br/wp- content/uploads/sites/20/2016/08/Jaime-Verruck-Entrevista-para-a-revista-DBO.pdf> Acessado em 02 de outubro de 2017.

SENADO FEDERAL. **Proibição de cobrança retroativa do Funrural é promulgada.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/09/12/proibicao-de-cobranca-retroativa-do-funrural-e-promulgada>. Acessado em 20 de julho de 2018.

SICADEMS. Sindicato das indústrias de frios, carnes e derivados do estado do MS. Disponível em: < http://www.sindicatodaindustria.com.br/sicadems/> Acessado em: 08 de agosto de 2017.

SILVA, C.H.R.da. **Política industrial brasileira e a industrialização de Mato Grosso do Sul no século XXI.** (Tese) PPGG/FCH/UFGD. Dourados, 2016.

SILVEIRA. M.R. **A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil.** Tese (Doutorado) – São Paulo: UNESP, 2001.

SILVEIRA, F.F., SPOHR, N. **Estratégia internacional de uma multinacional emergente brasileira no setor de frigoríficos: o caso JBS.** São Paulo: USP, 2010.

SUDECO. Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste. Disponível em: <http://www.sudeco.gov.br/> Acessado em 07 de março de 2018.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Brasil: exportações de carne bovina**. https://www.usda.gov, acesso em 18 de maio de 2017.

VALOR ECONÔMICO. Jornal. **Apesar dos embargos, Rússia depende de carnes do Brasil.** Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/5201229/apesar-de-embargos-russia-depende-de-carnes-do-brasil> Acessado em 02 de novembro de 2017

_____. Jornal. **JBS põe mais ativos a venda e atrai grupo chinês.** Disponível em: < http://www.valor.com.br/agro/5011636/jbs-poe-mais-ativos-venda-e-atrai-grupo- chinês>

Acessado em 25 de agosto de 2017.

_____. Jornal. **Queda de braço em MS pode ter reflexos importantes para a JBS.** Disponível em: < http://www.valor.com.br/agro/5162708/queda-de-braco-em-ms-pode-ter-reflexos- importantes-para-jbs> Acessado em 22 de outubro de 2017.